



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Brasília - 2012

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
MEMBROS DA CDHM	11
O QUE É A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS?	13
PRODUÇÃO LEGISLATIVA EM DIREITOS HUMANOS	14
MATÉRIAS IMPORTANTES EM TRAMITAÇÃO	17
PROPOSTAS LEGISLATIVAS APRECIADAS NA CDHM EM 2012	17
NÚMEROS DE ATIVIDADES DA CDHM	19
A CDHM E O ORÇAMENTO DA UNIÃO	19
Emendas da CDHM à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	20
Emendas da CDHM ao Orçamento da União de 2013	21
Participação em fóruns de cooperação com outras entidades	21
MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA	23
Comissão Parlamentar contribui no resgate da verdade e memória	23
Planejamento estratégico define plano de trabalho da CPV	23
Documentos tornam públicos formação, objetivos e posicionamento político da CVP	24
Criada a Rede Legislativa Nacional pela Memória, Verdade e Justiça	27
Ex-soldados e colaboradores locais da Guerrilha do Araguaia também foram vítimas de violações	29

Comissão Parlamentar da Verdade tem encontro com sociedade civil	29
Comissão exhibe e debate filme sobre Manuel Fiel Filho	30
Comissão Parlamentar da Verdade ouve depoimentos sobre massacre dos waimiri-atroari	31
Comissão realiza lançamento e debate sobre livro que investigou repressão a camponeses	32
Comissão Parlamentar, Memoria e Verdade, realiza seminário sobre a Operação Condor	33
Moção de Repúdio ao golpe parlamentar contra o presidente paraguaio	34
CPV colhe depoimento de ex-agentes da ditadura	34
Advogados de presos políticos são homenageados	35
Comissões propõem Dia Internacional do Direito à Verdade no calendário nacional, de estados e municípios	36
Por iniciativa da CPV, Câmara devolve simbolicamente mandatos aos deputados cassados pela ditadura de 1964	37
Exposição situou Câmara nos Anos de Chumbo	38
Livro conferiu permanência à homenagem aos deputados	39
Acordo de Cooperação Técnica une Comissão Nacional da Verdade e Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça	39
Plano de trabalho para 2013	40
DIREITO AO TRABALHO É DIREITO HUMANO	42
CDHM: presença forte nas votações de propostas pela erradicação do trabalho escravo e a extensão de direitos às domésticas	42
Participação da CDHM na votação da PEC do Trabalho Escravo	42
CDHM ajuda a garantir aprovação da PEC do Trabalho Doméstico	43
Diligências em Minas verificam situação de comunidade quilombola e investigações sobre assassinato de trabalhadores sem-terra	44
Precarização no trabalho: secretariado parlamentar, funcionários de embaixadas e de organismos internacionais	44
DIREITO À SAÚDE	47

Delegação da CDHM vai às emergências hospitalares checar situação e fundamentar propostas	47
Diligências a hospitais realizadas em 2012	47
CRIANÇA, ADOLESCENTE E JOVEM	49
Debate foca extermínio de adolescentes e jovens nas regiões Norte e Nordeste	49
Seminário debate proteção da criança frente ao consumismo	50
Ato público reivindica votação de projeto que limita propaganda dirigida a crianças	52
Uso indiscriminado de remédios para problemas de aprendizagem preocupam psicólogos e médicos	53
DIREITO À MORADIA	
Ação preventiva contra violência em despejo	54
Ato lança campanha pela função social da propriedade urbana ,	54
Luta pelo direito à moradia no DF recebe apoio da CDHM	55
População na rua é tema de audiência pública na CDHM	56
PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	56
Audiência busca articulação com movimentos sociais	56
Comissão cumpre agenda de promoção de direitos humanos no Rio	57
Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão presta contas ao público em evento na CDHM	58
CDHM emite moção em apoio à autonomia funcional e administrativa das Defensorias Públicas	58

Especialista estrangeira profere conferência sobre humilhação, dignidade e direitos humanos	60
Relatório da sociedade civil mostra situação de direitos humanos no Brasil	61
DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO	63
Movimentos propõem fundo para sanar danos da mineração	63
Comissão investiga denúncias de violações em obras de hidrelétricas de Rondônia	64
Economia solidária é objeto de audiência pública na Câmara	64
PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	66
CDHM debate os entraves e soluções para as questões étnico-raciais no Brasil	66
Secretário anuncia em audiência proposta de plano de cotas para negros	67
Deputados conferem denúncias de violências contra comunidade Quilombola em área disputada com a Marinha	69
Ações em defesa do Quilombo do Rio dos Macacos	70
Comunidades quilombolas de Rondônia recebem visita e apoio da CDHM	72
CDHM analisa os desafios para Implementação do Estatuto da Igualdade Racial	72
POVOS INDÍGENAS	73
Parlamentares visitam área dos Guarani-Kaiowá	73
CDHM patrocina ato público em solidariedade aos povos indígenas	75
Moção de apoio à causa indígena	76
DIVERSIDADE	77

IX Seminário LGBT apóia o respeito à diversidade na infância	77
--	----

DIREITOS HUMANOS SÃO INTERNACIONAIS

Comissões parlamentares debatem situação dos cubanos presos nos EUA por atuarem contra o terrorismo	80
Migrações internacionais e direitos humanos: haitianos no Brasil, refúgio e tráfico de pessoas	82
CDHM recebe delegações estrangeiras	83
Comissão Interamericana é solicitada a decidir sobre violações do estado paraguaio contra refugiados políticos	85
Moção da CDHM pede clemência a brasileiro condenado à morte na Indonésia	85

ANISTIA POLÍTICA

Transposição do regime jurídico dos servidores públicos	86
O cancelamento dos termos de adesão dos anistiados políticos militares	88

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O Dia do orgulho autista é tema de audiência pública na CDHM	90
--	----

COMBATE À VIOLÊNCIA E À IMPUNIDADE

CDHM exige fim de ação de grupos de extermínio em Goiás	91
Comissão reforça exigência de júri imediato dos acusados da chacina dos fiscais em Unai	92
Violência associada à exploração de madeira no Amazonas é debatida em audiência conjunta	94
Deputados acompanham investigação sobre morte de líderes extrativistas	95
Membros da CDHM aprovam moção de solidariedade ao presidente do	95

colegiado em protesto contra violência policial	
Moção de apoio a Dom Pedro Casaldáliga	96
Comissão vai ao Maranhão contribuir nas investigações sobre execução de jornalista	97

DIREITO HUMANO À COMUNICAÇÃO

Diálogo reúne deputados e relator da ONU para liberdade de opinião e expressão	97
Em defesa do respeito à dignidade humana nos meios de comunicação	99
CDHM debate alcance da Lei de Acesso à Informação	99
CDHM aprova moção em defesa do direito de asilo político para fundador do Wikileaks e da inviolabilidade das embaixadas	100
Comissão totaliza 838 denúncias de violação de direitos humanos na internet	101

SISTEMA PENITENCIÁRIO

Seminário avalia sistema carcerário quatro anos depois da CPI que percorreu as prisões do país	103
--	-----

APRESENTAÇÃO

No momento em que encerramos nosso período de gestão da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), que transcorreu de março de 2012 a fevereiro de 2013, é com o sentimento do dever cumprido que apresentamos esta prestação de contas, relatando as principais atividades do colegiado num ano especialmente marcado por conquistas importantes, mas também por desafios que continuarão na pauta da Comissão e de todos os defensores dos direitos humanos.

Ao avaliar o que conseguimos realizar nesses 12 meses, contabilizamos um resultado animador, não por mérito exclusivo deste presidente, pois as conquistas acumuladas são coletivas, dependeram do esforço de todos. A Comissão conta com deputadas e deputados experientes e compromissados com a causa, além de uma equipe de servidores que se envolve e gosta do que faz. Este presidente procurou fortalecer esse trabalho conjunto, abrindo espaços para que todos os membros do colegiado contribuíssem de acordo com suas aptidões.

2013 foi um ano de votações importantes no Congresso Nacional para os direitos humanos. Tais decisões, embora tenham tido como palco o plenário geral da Câmara, resultaram da mobilização promovida pela Comissão, que possibilitou, assim, os avanços conquistados. Casos emblemáticos foram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/2001, que estabelece a expropriação das terras em que for constatado o trabalho escravo; e a PEC 478/2010, que equipara os direitos do trabalhador doméstico ao de todos os trabalhadores brasileiros. Ambas as propostas, para converterem-se em normas constitucionais, precisam ser aprovadas agora pelo Senado.

A bem-sucedida mobilização que precedeu as votações das duas PECs teve na CDHM uma base de articulação e ação direta que envolveu a animação das redes sociais, o envolvimento de artistas e personalidades de projeção pública que atuaram junto ao Congresso, à sociedade e à mídia, além do diálogo/pressão junto aos parlamentares relutantes, especialmente lideranças partidárias.

Um trabalho que durou o ano inteiro – e continuará em 2013 – foi a criação e atuação da Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça (CPV), no âmbito da CDHM. Sob a coordenação da Deputada Luíza Erundina (PSB-SP), a CPV concebeu e viabilizou, com o apoio de toda a CDHM, o projeto Devolução Simbólica dos Mandatos dos deputados cassados sem processo legal pela ditadura civil-militar de 1964. Em função de sua relevância, o projeto foi abraçado pela Câmara dos Deputados como um todo, tornando-se institucional. O projeto consistiu em três ações: sessão solene, exposição de imagens e lançamento do

livro Parlamento Mutilado, contendo pesquisa inédita sobre as 173 cassações arbitrárias de deputados.

Ainda na área da defesa da memória, da verdade e da justiça, a CDHM realizou vários eventos importantes, como o seminário internacional sobre a Operação Condor, com participantes qualificados do Uruguai, Paraguai, Chile, Argentina e Estados Unidos da América, países envolvidos naquela operação que sequestrou, torturou e matou ativistas que resistiram às ditaduras no Cone Sul. Ouvimos vários depoimentos de valor histórico, assinamos acordo de cooperação com a Comissão Nacional da Verdade, à qual transferimos todo o acervo da Comissão de Direitos Humanos e Minorias sobre o tema - documentação organizada desde sua criação, em 1995.

Outro conjunto temático de importância estratégica a animar a CDHM no decorrer do ano foi a promoção da igualdade racial, materializada na realização de várias audiências públicas para o debate sobre a implementação do Estatuto da Igualdade Racial, a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, a defesa da política de cotas, a ação junto a tribunais e governos fomentando tais políticas, além da tolerância e diversidade religiosa. Houve uma ação intensiva também para a mediação do conflito entre a comunidade do quilombo Rio de Macacos e a Marinha do Brasil, na Bahia, com diligências ao local, audiência pública e sucessivas reuniões com autoridades em busca de soluções para o impasse.

Transcorreu o ano com prioridade a defesa dos povos indígenas do Brasil, num momento em que é crítica a situação dos Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul. Acompanharam-se os casos de violações e ameaças a essa e outras comunidades indígenas, como os Pataxó e os Tupinambá, na Bahia. No DF, a Comissão defendeu a preservação da Taba dos Pajés frente à especulação imobiliária. A CDHM recebeu as caravanas de índios na Capital, abrindo espaços para que suas lideranças e entidades de apoio fossem recebidas por autoridades públicas. Nas regiões de seus assentamentos tradicionais, a CDHM visitou e tomou conhecimento diretamente dos conflitos e dificuldades vividas pelos indígenas em sua relação com a sociedade envolvente.

Houve acompanhamento permanente da agenda legislativa indígena, que inclui a movimentação de matérias positivas para a sobrevivência digna desses brasileiros, como o Estatuto dos Povos Indígenas. Por outro lado, a CDHM manteve vigilância às numerosas matérias que, em última análise, visam reduzir direitos e terras de ocupação tradicional. A principal emenda ao Orçamento da União produzida pela CDHM foi destinada a financiar políticas públicas para os indígenas, por ser este segmento da população o menos contemplado.

Diligências em todas as macrorregiões do país (Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste, Norte e Sul) foram realizadas pela Comissão para verificar os padrões de respeito aos direitos humanos nos setores de emergência e urgência hospitalar. Tendo em vista que esses setores estão apresentando gravíssimas deficiências que ameaçam o direito à vida, a CDHM manteve um grupo de trabalho que deverá

concluir em 2013 um diagnóstico com um conjunto de conclusões e indicações de providências aos órgãos competentes do poder público.

Outro campo de ação estratégico da CDHM em 2012 foi o do direito ao trabalho e à dignidade no trabalho. Além de nossa participação na mobilização que contribuiu para a votação de matérias como as PECs do trabalho escravo e trabalho doméstico, a CDHM, abriu espaços para o debate da economia solidária, da reforma agrária, do trabalho das comunidades tradicionais.

No final do ano, a CDHM criou um grupo de trabalho, que continuará suas atividades em 2013, para encaminhar propostas de solução para categorias profissionais que ainda não tiveram seus direitos trabalhistas devidamente regulamentados. Referimo-nos ao Secretariado Parlamentar e aos funcionários de organismos internacionais e embaixadas.

Expressões contemporâneas dos direitos da criança e do adolescente foram colocadas em pauta, como o combate ao abuso da publicidade dirigida a esse público, que tem causado comportamento consumista, obesidade infantil, precipitação sexual, além de estimular a criminalidade juvenil. Foram debatidos ainda os abusos na prescrição de remédios tarja preta a crianças que apresentam transtornos no processo educacional. Mas a CDHM não descuidou dos aspectos que, infelizmente, são mais constantes na realidade brasileira, como o combate ao extermínio de jovens negros e pobres, a exploração sexual, a adoção sem critérios e o tráfico de crianças e adolescentes.

Igualmente contemporânea tem sido a utilização da internet para combater as violações cometidas no próprio ambiente da rede mundial de computadores. A ferramenta de denúncias de violações de direitos humanos cometidas nesse meio, instalada na página da CDHM, é um espaço importante para inibir e não deixar que fiquem impunes esses crimes. Das 838 denúncias recebidas desde a instalação do serviço, há 17 meses, 66 geraram investigações da Polícia Federal, com resultados importantes.

Outro indicador da interatividade entre a sociedade e os cidadãos com a CDHM, em janeiro de 2013, mesmo em meio ao recesso parlamentar, a página da Comissão foi a mais visitada. “Obteve seis mil acessos no mês, seguida da Comissão de Orçamento, com pouco mais de três mil acessos, e a do Mercosul, com 1.159. Todas as demais comissões tiveram menos de mil acessos em janeiro”, segundo relatório do Departamento de Comissões da Câmara.

A CDHM acolheu as populações tradicionais, camponeses, indígenas, ribeirinhos e outros atingidos por obras de infraestrutura, como as hidrelétricas, e grandes projetos econômicos, como os de mineração, siderurgia, o agronegócio e o latifúndio. A perspectiva da CDHM foi orientada pela necessidade de avaliação ampla dos custos e impactos desses grandes projetos e de garantir a reparação dos danos sociais e ambientais causados a populações vulneráveis, além de um

planejamento para prover os serviços públicos para as populações atraídas pelas obras, considerando, ao mesmo tempo, a necessidade de desenvolvimento.

Nesse ano, em que a CPI do Sistema Carcerário da Câmara dos Deputados completou três anos, fizemos um balanço da implementação das indicações do seu relatório final. Foi possível identificar que algumas propostas avançaram, mas é muito pouco. Há muito por fazer em face do flagelo que são as prisões brasileiras - o que levou o próprio ministro da Justiça, José Martins Cardozo, a dizer que preferia morrer a ficar preso por muito tempo nessas masmorras medievais. Fizemos visitas a presídios, acompanhamos casos, além de termos realizado um seminário que analisou o sistema de forma panorâmica, gerando propostas e cobrando a implantação de compromissos assumidos perante o Conselho Nacional de Justiça.

O sentido maior do nosso trabalho foi o da humanização das penitenciárias e de outras unidades prisionais como delegacias e instituições de internação de adolescentes, com ênfase na garantia dos direitos humanos dos internos, capacitação para o trabalho e encaminhamento dos egressos. Afinal, se todo crime deve ter seu correspondente castigo, é preciso lembrar também que uma pessoa é sempre maior que o seu erro. A sociedade não pode esperar que pessoas esquecidas nos infernos prisionais saiam de lá corretas, cumpridores das leis. Visto assim, a humanização do sistema prisional não é uma concessão, mas um dever e uma necessidade de toda a sociedade.

O enfrentamento desses desafios não foi feito isoladamente. A CDHM manteve sua articulação com a sociedade civil, os movimentos sociais e manteve-se sempre receptiva ao cidadão individualmente. Buscamos atuar sempre em cooperação respeitosa e interdependente com outras instituições do poder público, como, por exemplo, a Secretaria de Direitos Humanos, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, o Ministério da Justiça, o Ministério Público, o Conselho Nacional de Justiça, as Defensorias Públicas, outras Comissões da Câmara e a Frente Parlamentar Nacional de Direitos Humanos, que inclui as assembleias legislativas e câmaras municipais.

A visibilidade da CDHM foi positiva em 2012. As ações da Comissão despertaram atenção por terem correspondido a temas relevantes na conjuntura e valorizados pela sociedade. O protagonismo do colegiado parlamentar se expressou por meio de uma presença qualificada e transparente de seus representantes no debate, na articulação e votação de projetos. Tais ações conquistaram espaços importantes na mídia, desde os órgãos de comunicação da Câmara dos Deputados até a imprensa estrangeira.

Cada um dos temas e das ações descritas neste Relatório de Atividades buscou não apenas constatar os problemas, mas abrir processos de articulação, mobilização e negociação, sempre procurando a cooperação com outros poderes

públicos e a sociedade civil e, principalmente, gerando propostas resolutivas, capazes de gerar soluções com a urgência que a vida quer.

Neste relatório, que temos a satisfação de passar às suas mãos, cara leitora, caro leitor, não encontrarás minuciosas descrições das atividades, mas um resumo daquelas que nos pareceram mais importantes no período. Que sirvam de roteiro para aqueles que desejam pesquisar ou se informar mais sobre os temas relatados e de estímulo aos que querem se somar à luta pela causa nobre dos direitos humanos.

DEPUTADOS MEMBROS DA CDHM

Presidente: Domingos Dutra (PT/MA)
1º Vice-Presidente: Erika Kokay (PT/DF)
2º Vice-Presidente: Padre Ton (PT/RO)
3º Vice-Presidente: cargo vago

TITULARES	SUPLENTES
PT	
<u>Domingos Dutra</u> PT/MA (Gab. 806-IV)	<u>Janete Rocha Pietá</u> PT/SP (Gab. 578-III)
<u>Erika Kokay</u> PT/DF (Gab. 203-IV)	<u>Luiz Alberto</u> PT/BA (Gab. 954-IV)
<u>Padre Ton</u> PT/RO (Gab. 280-III)	<u>Luiz Couto</u> PT/PB (Gab. 442-IV)
PMDB	
3 vagas	(Deputado do PSB ocupa a vaga)
	(Deputado do PCdoB ocupa a vaga)
	1 vaga
PSDB	
2 vagas	<u>Antonio Carlos Mendes Thame</u> PSDB/SP (Gab. 624-IV)
	<u>Luiz Fernando Machado</u> PSDB/SP (Gab. 832-IV)
PP	
(Deputado do PSD ocupa a vaga)	(Deputado do PSC ocupa a vaga)
DEM	
1 vaga	1 vaga
PR	

<u>Lincoln Portela</u> PR/MG (Gab. 615-IV)	<u>Ronaldo Fonseca</u> PR/DF (Gab. 382-III)
PSB	
1 vaga	<u>Janete Capiberibe</u> PSB/AP (Gab. 209-IV) - vaga do PMDB
	<u>Keiko Ota</u> PSB/SP (Gab. 523-IV)
	<u>Luiza Erundina</u> PSB/SP (Gab. 620-IV) - vaga do PDT
PDT	
1 vaga	(Deputado do PSB ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
1 vaga	<u>Arnaldo Jordy</u> PPS/PA (Gab. 376-III) - vaga do PTB
	<u>Roberto de Lucena</u> PV/SP (Gab. 235-IV)
PTB	
1 vaga	(Deputado do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)
PSOL	
<u>Jean Wyllys</u> PSOL/RJ (Gab. 646-IV)	<u>Chico Alencar</u> PSOL/RJ (Gab. 848-IV)
PRP	
1 vaga	(Deputado do PTdoB ocupa a vaga)
PTC	
1 vaga	(Deputado do PSC ocupa a vaga)
PSD	
<u>Liliam Sá</u> PSD/RJ (Gab. 434-IV) - vaga do PP	
PSC	
	<u>Antônia Lúcia</u> PSC/AC (Gab. 444-IV) - vaga do PTC
	<u>Pastor Marco Feliciano</u> PSC/SP (Gab. 254-IV) - vaga do PP
PCdoB	
	<u>Manuela D'ávila</u> PCdoB/RS (Gab. 438-IV) - vaga do PMDB
PTdoB	
	<u>Rosinha da Adefal</u> PTdoB/AL (Gab. 230-IV) - vaga do PRP

O QUE É A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS?

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) é uma das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados. Constituída por 18 deputados membros titulares e 18 membros suplentes, é dirigida por um presidente e três vice-presidentes. Teve sua constituição aprovada por unanimidade do plenário da Câmara dos Deputados em janeiro de 1995.

Comprometido com o avanço dos direitos humanos na Constituição de 1988, com as convenções e sistemas internacionais dos quais o Brasil é signatário e com o impulso dos movimentos sociais e da participação da sociedade civil no processo político, o Congresso Nacional dava um passo vigoroso para institucionalizar a promoção e a defesa de direitos. A CDHM é, assim, fruto do desenvolvimento da democracia brasileira.

A CDHM converteu-se no desaguadouro de demandas trazidas à Câmara dos Deputados, permitindo uma resposta rápida às violações que ficariam sujeitas à incerta criação de CPI. O Congresso Nacional dotou-se de um instrumento capaz de exercer sua função propositiva e fiscalizadora, equiparando-se desta forma aos parlamentos das mais modernas democracias do mundo.

Atividades

A CDHM analisa e delibera sobre proposições a ela despachadas pela Presidência da Câmara dos Deputados; elabora projetos de lei, emendas ao Orçamento, indicações e requerimentos de informação ao Governo Federal; recebe e encaminha denúncias fundamentadas aos órgãos pertinentes e exerce a fiscalização dos órgãos de Estado. A partir da reforma do regimento interno da Câmara dos Deputados, em 2004, o colegiado passou a chamar-se Comissão de Direitos Humanos e Minorias (acrescentou “e Minorias”), conquistando poder deliberativo sobre todas as modalidades de proposição legislativa em sua área de competência temática.

A cooperação com outras instituições do poder público e com a sociedade civil é outra missão regimental da CDHM. Audiências Públicas, seminários e outros eventos são realizados constantemente com a parceria dessas entidades. É sistemática a cooperação entre a comissão e outras instituições do poder público, movimentos sociais, organizações não-governamentais, organismos internacionais e imprensa no exercício de suas atividades. A CDHM tornou-se, para as organizações sociais atuantes em direitos humanos, uma importante referência política, um suporte institucional qualificado, um organismo disposto a cooperar na proteção, promoção e defesa dos direitos humanos.

A CDHM acompanha o trabalho das organizações responsáveis por direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA) e ONGs internacionais, mantendo comunicação e colaboração com base nos instrumentos em que o Brasil é parte. Desta forma, a Comissão contribui para a integração do país no sistema global e regional de proteção desses direitos. Em 2005 foi criado, com a participação da CDHM, organismos internacionais, organizações sociais e de Estado, o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, para acompanhar e contribuir no aperfeiçoamento das políticas públicas relacionadas a essa interface temática cada vez mais importante num mundo globalizado.

O regime jurídico da CDHM, previsto pela Resolução nº 80/95 da Câmara dos Deputados, enumera, além das competências comuns a todas as demais comissões permanentes, as seguintes atribuições: *"recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas à ameaça ou violação de direitos humanos; fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à proteção dos direitos humanos; colaboração com entidades não-governamentais, nacionais e internacionais, que atuem na defesa dos direitos humanos; pesquisa e estudos relativos à situação dos direitos humanos no Brasil e no mundo, inclusive para efeito de divulgação pública"*.

PRODUÇÃO LEGISLATIVA EM DIREITOS HUMANOS

Gestão março de 2012 a Fevereiro de 2013

A Câmara dos Deputados deliberou sobre importantes matérias relacionadas a direitos humanos em 2012. Foram aprovadas pela Casa, no período, as seguintes matérias:

Emenda à Constituição que criminaliza o trabalho escravo

A Câmara aprovou a PEC 438/01, do Senado, que permite a expropriação de imóveis rurais e urbanos onde a fiscalização encontrar exploração de trabalho escravo. Esses imóveis serão destinados à reforma agrária ou a programas de habitação popular. O Código Penal já prevê pena para esse crime, de reclusão de dois a oito anos e multa. O texto seguiu para o Senado e no começo de 2013 se encontrava naquela casa à espera de votação.

Emenda que estende direitos ao trabalhador doméstico

PEC 478/2010, que equipara os direitos do trabalhador doméstico ao de todos os trabalhadores brasileiros. Os principais ganhos dos empregados domésticos são o

FGTS obrigatório, o pagamento de horas extras e o seguro-desemprego. A PEC será analisada agora pelo Senado Federal.

Tipificando a exploração sexual

O PL 5658/09, que amplia a tipificação do crime de exploração sexual de criança ou adolescente e torna hediondos outros crimes relacionados à pedofilia, pode ser um instrumento de combate à impunidade. A matéria será votada ainda pelo Senado. São considerados crimes o aliciamento, o agenciamento, a atração ou a indução de criança ou adolescente à prática de exploração sexual. Atualmente, o crime é definido apenas como submeter pessoas dessas idades à prostituição ou à exploração sexual. Na Lei do Crime Hediondo, o texto inclui na listagem tráfico nacional ou internacional de pessoa para exploração sexual; facilitação do envio da pessoa ao exterior sem requisitos legais; comercialização ou divulgação de material de pedofilia (vídeos, fotos); atividade de exploração sexual de criança e adolescente; e remoção, compra e venda de órgãos do corpo humano em desacordo com a Lei dos Transplantes.

Crimes sexuais

A Câmara aprovou a chamada Lei Joanna Maranhão (12.650/12) para determinar que a contagem da prescrição dos crimes sexuais contra crianças e adolescentes passa a ser contada somente a partir de quando elas completarem 18 anos. A nadadora brasileira Joanna Maranhão acusou, quando adulta, seu treinador por abuso sexual sofrido na infância, mas a lei então não permitia mais a denúncia. O texto da nova lei é oriundo do PL 6719/09. No caso dos crimes de maior gravidade, como o estupro, a nova contagem da prescrição permitirá que a ação seja iniciada 20 anos depois da maioridade. Atualmente, a prescrição conta a partir da data do crime.

Respeito à pessoa com autismo

A equiparação do autista às pessoas com deficiência, para todos os efeitos legais, foi aprovada por meio do PL 1631/11, que cria a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A matéria aguarda sanção presidencial. O projeto permite ao autista acesso a tratamento especializado na rede pública e estabelece diretrizes da política nacional, como o estímulo à entrada no mercado de trabalho, respeitadas as limitações da síndrome; o acesso a atendimento multiprofissional e a medicamentos; o direito a acompanhante em escolas de ensino regular e a proteção previdenciária.

Recusa de atendimento médico

A Lei 12.653/12 aumenta a pena para instituições e profissionais que condicionarem o atendimento médico emergencial a qualquer tipo de garantia financeira (cheque-caução ou nota promissória). A matéria foi aprovada com rapidez em 2012, depois que Duvanier Paiva Ferreira, respeitado servidor público

do Ministério do Planejamento, morreu por falta de atendimento nas circunstâncias descritas na lei, à porta de um hospital em Brasília.

Acompanhamento de pena

A Câmara aprovou o PL 2786/11, que cria um sistema informatizado para registrar dados de acompanhamento da execução de penas. O texto já foi convertido na Lei 12.714/12. O objetivo é evitar a perda de direitos dos presos, como a progressão de regime ou a liberdade por cumprimento da pena. Segundo a proposta, todos os dados serão acompanhados pelo juiz, pelo representante do Ministério Público e pelo defensor. Também terão acesso a eles a pessoa presa ou sob custódia e os representantes dos conselhos penitenciários estaduais e dos conselhos da comunidade.

Contagem de pena

O tempo cumprido pelo réu em prisão provisória, em prisão administrativa ou em internação passará a ser considerado na contagem da sentença condenatória, como prevê a Lei 12.736/12, oriunda do PL 2784/11. Como o juiz vai contabilizar o tempo de prisão já cumprido, esse cálculo terá impacto imediato na definição do regime inicial de cumprimento de pena (fechado, semiaberto ou aberto). Atualmente, após a sentença condenatória, o réu pode aguardar meses até a decisão posterior do juiz sobre o cálculo e o desconto da pena provisória já cumprida. Essa indefinição pode fazer com que o condenado comece a cumprir pena em regime mais severo do que aquele no qual efetivamente deveria estar, caso o tempo de prisão tivesse sido descontado no momento da sentença. Essa é uma das causas de superlotação no sistema carcerário.

Milícias e grupos de extermínio

O crime de formação de milícia ou grupos de extermínio foi tipificado por meio da Lei 12.720/12. De acordo com o texto aprovado pela Câmara, o homicídio praticado por milícias está condicionado ao pretexto de prestação de serviço de segurança e, com o agravante, a pena pelo homicídio praticado nessa condição pode chegar ao total de 9 a 30 anos de reclusão. A lei também prevê pena de reclusão de 4 a 8 anos para aqueles que organizarem, integrarem, mantiverem ou custearem organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos no Código Penal.

MATÉRIAS IMPORTANTES EM TRAMITAÇÃO

A despeito dos avanços, há diversas matérias fundamentais para os direitos humanos com dificuldades em sua tramitação, e para os quais se recomendam, em 2013, especial atenção e esforços de articulação para colocá-los em pauta e aprová-las nas duas casas do Congresso Nacional.

- PL 4715/1994 - Transforma o atual CDDPH no Conselho Nacional dos Direitos Humanos, com mais poderes de atuação;

- PL 2442/2011 - Cria o Sistema Nacional e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura;

- PL 2057/91, que cria o Estatuto dos Povos Indígenas;

- PL 3571/08, que cria o Conselho Nacional de Política Indigenista;

- PL 4575/2009 - Regulamenta o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos;

PL 4702/2012 - Estabelece a regulamentação da Profissão do Cuidador de Idoso;

MSC 696/2010 – Convenção Internacional sobre Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes;

MSC 548/2012 – Estabelece a estrutura do Instituto de Política Pública de Direitos Humanos- IPPDH, a operar no âmbito do Mercosul;

PL 5655/2009 – Cria a nova Lei sobre Estrangeiros

PROPOSTAS LEGISLATIVAS APRECIADAS NA CDHM EM 2012

- PL-1518/2011 JANETE ROCHA PIETÁ - Dispõe sobre o percentual mínimo de recursos destinados a educação indígena e quilombola.
Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer da Relatora, Dep. Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), pela aprovação. Em 21/03/12.
- PL-693/2011 CARLOS BEZERRA - Dá nova redação ao art. 59 da Lei nº 6.001 de 19

de dezembro de 1973, para adaptá-la à nova redação do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Keiko Ota (PSB-SP), pela aprovação. Em 25/04/12.

PL-734/2011 MARCELO AGUIAR - Autoriza o Poder Público a criar o Programa "Viver de bem" - Sem Estigma e Preconceito no Brasil.

Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), pela aprovação. Em 23/05/12.

PL-2882/2011 BENEDITA DA SILVA - Dá nova redação ao inciso VIII, §1º, do art. 11 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para incluir declaração sobre o quesito raça/cor no registro do candidato.

Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Liliam Sá (PSD-RJ), pela aprovação. Em 23/05/12.

PDC-62/2011 NERI GELLER - Susta o processo nº 08620.0073/2010 da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em conformidade com o § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775, de 1996, do Ministério da Justiça, que cria homologa a demarcação de terra indígena Apiaká do Pontal e Isolados.

Parecer da Relatora, Dep. Erika Kokay, pela rejeição. Aprovado por unanimidade o Parecer Rejeitada em 25/04/12.

PDC-1565/2009 VALDIR COLATTO - Susta os efeitos da Portaria nº 175, de 20 de fevereiro de 2009, da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, que constitui grupo técnico para realizar os trabalhos de levantamento fundiário e avaliação de benfeitorias das ocupações de terceiros na Terra Indígena Guarani do Araça'i, nos municípios de Cunha Porã e Saudades, Estado de Santa Catarina.

Parecer do Relator, Dep. Domingos Dutra, pela rejeição. Aprovado por unanimidade o Parecer. Rejeitada em 23/05/12.

PDC-2765/2010 ANA ARRAES - Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, situados na terra indígena localizada no município de Águas Belas- PE, no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

Parecer do Relator, Dep. Padre Ton (PT-RO), pela rejeição.

Aprovado por unanimidade o Parecer
Rejeitada em 28/11/12.

PDC-2766/2010 ANA ARRAES - Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal , o aproveitamento dos recursos hídricos, situados na terra indígena localizada no município de PESQUEIRA- PE, no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.
Parecer do Relator, Dep. Padre Ton (PT-RO), pela rejeição.
Aprovado por unanimidade o Parecer
Rejeitada em 28/11/12.

NÚMEROS DE ATIVIDADES DA CDHM

Março de 2012 a julho de 2012

- 9** Reuniões deliberativas ordinárias
- 3** Seminários
- 16** Audiências públicas
- 4** Outras audiências
- 12** Diligências

A CDHM E O ORÇAMENTO DA UNIÃO

Cada comissão permanente da Câmara tem direito a apresentar cinco emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e quatro ao Orçamento da União na sua respectiva área temática. A CDHM valorizou o processo orçamentário buscando priorizar ações de políticas públicas voltadas para os direitos humanos.

Várias propostas de emendas foram recepcionadas tanto de entidades da sociedade civil quanto de órgãos governamentais executores de programas no setor. Colocadas em votação, as emendas relacionadas a seguir foram aprovadas pelo voto do plenário da Comissão.

Além de debater e apresentar as emendas, a Comissão atuou no acompanhamento dos desdobramentos de sua tramitação no Congresso Nacional e, posteriormente, na tentativa de garantir a efetiva execução dos recursos destinados.

Emendas da CDHM para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) orienta a elaboração do Orçamento da União para o ano a que se refere. As emendas da CDHM aprovadas para a LDO de 2013 foram as seguintes:

PROGRAMA/AÇÃO	META
Programa: 2020 – Cidadania e Justiça 1. Ação: Preservação do Acervo Nacional-MJ (seq.4145)	Acervo preservado (unidade) 339.552
Programa: Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia 2. Ação: Ampliação e consolidação da rede de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência (seq. 1037)	Serviço apoiado (unidade) 120
Programa: Enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial (SEPPIR) 3. Ação: Fomento ao Desenvolvimento local para comunidades remanescentes de quilombos e outras comunidades tradicionais (seq. 1075)	Comunidade atendida (unidade) 50
Programa: Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (SEDH) 4. Ação: Apoio a centro de referência em direitos humanos (seq. 1015)	Instituição apoiada (unidade) 27
Programa: Promoção dos direitos da pessoa com deficiência (SEDH) 5. Ação: Apoio a serviços de atendimento a pessoas com deficiência (seq. 1007)	Comitê apoiado (unidade) 40

Emendas da CDHM ao Orçamento da União de 2013

As emendas ao Orçamento da União devem incidir sobre ações já previstas no projeto de Orçamento da União, encaminhado anualmente pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional. Estas foram as emendas escolhidas pelo plenário da CDHM, em 28/22/2012, para serem incluídas no Orçamento de 2013.

1. PROGRAMAS/AÇÕES	VALOR PREVISTO NO ORÇAMENTO PARA 2013	EMENDA PROPOSTA PELA CDH
Programa: Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.(solicitação da SDH) 1.Ação: Promoção e defesa dos direitos humanos. (seq 4034) OBS: Ação abrangente, contempla os programas orçamentários: Centro de referência; população de rua; educação em dir. humanos; direito à memória e à verdade; fornecimento de documento civil; combate à tortura; combate ao trabalho escravo e direito humanos e segurança pública.	R\$ 10.350.880,00	R\$ 50.000.000,00
Programa: Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial. (solicitação da SEPIR) 2.Ação: Fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para Promoção da Igualdade Racial (seq.4079)	R\$ 2.011.435,00	R\$ 20.000.000,00
Programa: Políticas para as Mulheres: Promoção da autonomia e enfrentamento à violência. (solicitação da Secretaria de Políticas p/ as Mulheres) 3.Ação: Ação: Promoção de políticas de igualdade e de direitos das mulheres. (seq. 4051)	R\$ 11.778.750,00	R\$ 100.000.000,00
Programa: Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (Min. da Justiça) 4.Ação: Fiscalização e Demarcação de terras indígenas, localização e proteção de índios isolados e de recente contato.	R\$ 35.863.432,00	R\$ 200.000.000,00

Participação em fóruns com outras entidades

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias participa, por meio de deputados e assessores, de fóruns coletivos em que entidades do poder público e da sociedade civil se somam para atingir objetivos comuns relacionados aos direitos humanos.

Eis os fóruns com participação e/ou coordenação da CDHM:

1. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH)
2. Fórum Parlamentar Nacional de Direitos Humanos
3. Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa
4. Campanha Quem Financia a Baixaria é contra a Cidadania
5. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos
6. Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
7. Fórum Nacional Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
8. Coordenação do Programa Nacional de Proteção a Defensores de Direitos Humanos em Situação de Risco
9. Campanha Infância Livre do Consumismo
10. Grupo de Trabalho Migrações e Refúgio
11. Grupo de Trabalho pela Valorização do Secretariado Parlamentar.

A CDHM participa de fóruns que reúnem diferentes órgãos de Estado e da sociedade, como o CDDPH, o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Alguns desses fóruns são formados a partir de subcomissões e temas importantes em pauta na Comissão, sendo alguns permanentes, outros temporários.

Outros operam no âmbito parlamentar, com participação efetiva da CDHM, como as Frentes Parlamentares organizadas para articular a ação sobre assuntos pertencentes ao escopo temático da comissão. Como as frentes não têm estrutura própria, a CDHM tem apoiado aquelas relacionadas a temas que lhe são afetos.

São os casos das frentes parlamentares em defesa dos direitos da criança e adolescente, a de defesa da primeira infância, pela liberdade de expressão e o direito a comunicação com participação popular, dos direitos da mulher, pela promoção da igualdade racial, de apoio aos povos indígenas.

MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Comissão Parlamentar contribui no resgate da verdade e memória

A Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça (CPV), subcomissão criada em novembro de 2011 pela CDHM, teve seu funcionamento revalidado para 2012, com a missão de contribuir e fiscalizar os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), numa ação complementar integrada a uma rede parlamentar e em parceria com fóruns da sociedade civil, como os comitês estaduais, de universidades, da OAB e de outras entidades de classe.

No decorrer de 2012, a CPV ouviu testemunhas em audiências públicas e realizou diligências pelo país, além de outras ações no sentido de elucidar atos ainda obscuros da época da Ditadura de 1964. Um projeto da Comissão que inspirou o envolvimento de toda a Câmara dos Deputados foi a devolução simbólica da representação popular e da dignidade dos mandatos de deputados federais cassados por atos de exceção entre 1964 e 1977 (veja texto sobre o tema).

Para ajudar no resgate da verdade histórica dos Anos de Chumbo, a CDHM disponibilizou, por meio da CPV, todo o seu acervo de informações, documentos e objetos em seu poder pertinentes ao tema. Em uma cerimônia no dia 06 de dezembro de 2012, a CDHM e sua CVP entregaram à CNV o acervo com mais de 20 mil páginas de documentos e objetos colecionados desde sua criação, em 1995.

Planejamento estratégico define plano de trabalho da CPV

As atividades da Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça (CPV) em 2012 começaram a ser desenhadas numa reunião de planejamento estratégico, em dia 15 de março, em continuidade ao debate geral da reunião ordinária da CDHM que criou a CPV. Foram avaliados desde o nome e a missão da comissão

até seu plano de atividades em 2012 e suas relações com outras entidades públicas e da sociedade civil.

Nessa definição das atribuições e do plano de trabalho da CVP, os deputados expressaram preocupação com os efeitos educativos e comunicativos das ações da CPV, bem como a necessidade em clarificar sua relação complementar – e não concorrencial – com a Comissão Nacional da Verdade, além de fiscalizatória, como é da natureza do Legislativo.

Documentos tornam públicos formação, objetivos e posicionamento político da CVP

*Documento de registro da Comissão Parlamentar
Memória, Verdade e Justiça*

A Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça (CPV) é a denominação pública da subcomissão permanente criada no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados para contribuir e fiscalizar os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída na Presidência da República, pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, “com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos” ocorridas entre 1946 e 1988.

A Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça (CPV) tem as seguintes atribuições:

- 1. Organizar e encaminhar à CNV informações, dados e documentos de posse da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, acumulados no decorrer de suas atividades;*
- 2. Pesquisar, avaliar e encaminhar à CNV informações, dados e documentos sobre eventuais casos de violações de direitos humanos de parlamentares e servidores da Câmara dos Deputados no período em análise;*
- 3. Receber, organizar e encaminhar informações, dados, documentos e sugestões que possam subsidiar a CNV no esclarecimento de fatos objeto de sua competência;*
- 4. Realizar seminários, audiências públicas e diligências, no âmbito da Câmara e nos estados da federação, com o objetivo de ajudar na elucidação de denúncias e fatos pertinentes;*
- 5. Atuar na sensibilização da Câmara dos Deputados e da opinião pública para a importância do estabelecimento da verdade histórica sobre o período em análise;*

6. *Exercer fiscalização parlamentar dos trabalhos da CNV, órgão vinculado ao poder Executivo, de modo a contribuir para que a mesma desempenhe com êxito suas competências e cumpra plenamente suas finalidades;*

A CPV foi instituída em decorrência da aprovação, pela unanimidade do plenário da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, na reunião ordinária de 30/11/2011, e ratificada em 14/03/2012, pela aprovação unânime dos requerimentos 150/2011 e 024/2012, ambos da Deputada Luiza Erundina (PSB-SP), eleita nas duas ocasiões Coordenadora da CPV.

A Subcomissão também atende ao objeto estabelecido no Requerimento nº 90/2011, de autoria da Deputada Manuela d'Ávila (PC do B-RS), aprovado pela CDHM, de apuração dos casos de violações de direitos humanos com motivação política contra parlamentares e servidores da Câmara dos Deputados entre abril de 1964 e outubro de 1988.

Deputados membros

Coordenadora: Luiza Erundina (PSB-SP)

Arnaldo Jordy (PPS-PA)

Chico Alencar (PSOL-RJ)

Domingos Dutra (PT-MA)

Érika Kokay (PT-DF)

Janete Capiberibe (PSB-AP)

Janete Rocha Pietá (PT-SP)

Jean Wyllys (PSOL-RJ)

Luiz Couto (PT-PB)

Manuela d'Ávila (PC do B-RS)

Rosinha da Adefal (PT do B-AL)

Manifesto da Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça à sociedade brasileira

O Congresso Nacional assumiu suas responsabilidades na busca da verdade e da justiça ao aprovar a Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, que criou, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade.

A Câmara dos Deputados acaba de criar, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, a Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça como expressão do compromisso do Legislativo com a missão de conhecer os fatos e responsáveis pelas graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 em nosso país.

A Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça inclui a perspectiva da justiça de transição, conceito fundado em tratados internacionais e presente nos processos de restauração democrática de outros países que também superaram regimes ditatoriais. As conclusões de seu trabalho serão encaminhadas ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, como é praxe no Estado Democrático de Direito.

A redemocratização do país permanecerá inacabada sem o conhecimento e a apuração das violações de direitos humanos cometidas durante o regime militar. É premente, portanto, acolher o testemunho dos sobreviventes e envidar esforços para a abertura dos arquivos da repressão ainda subtraídos do conhecimento público.

A Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça, como órgão do Poder Legislativo, cumprirá a prerrogativa constitucional de fiscalizar o Poder Executivo, além de contribuir com a Comissão Nacional da Verdade compartilhando com ela os resultados de suas iniciativas, inclusive colocando à sua disposição as informações e documentos acumulados pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias no decorrer de sua trajetória.

É também dever desta Casa, que teve suas portas fechadas e prerrogativas usurpadas, apurar as violações de direitos humanos perpetradas contra parlamentares e servidores, restituindo-lhes, ainda que simbolicamente, a dignidade de seus mandatos e de seus direitos de cidadania.

A Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça realizará seminários, audiências públicas e diligências com a finalidade de partilhar informações, experiências e angústias das vítimas da ditadura, contribuindo, assim, com o efetivo resgate da verdade histórica.

Resta-nos, por fim, apelar à agilidade do Poder Executivo na implantação da Comissão Nacional da Verdade, criada por Lei promulgada há mais de quatro meses e até o presente sem qualquer efeito prático.

Brasília, março de 2012

Criada a Rede Legislativa Nacional pela Memória, Verdade e Justiça

Durante o 12º Fórum Parlamentar Nacional de Direitos Humanos, realizado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) no dia 28 de março de 2012, foi criada a rede de comissões e parlamentares municipais, estaduais e federais com o objetivo de colaborar no esclarecimento das violações de direitos humanos cometidas por agentes públicos entre 1946 e 1988, com ênfase no período da ditadura de 1964 a 1985. Participaram do 12º Fórum representantes de 11 comissões de direitos humanos de assembleias legislativas e de 5 câmaras municipais.

A Rede Legislativa Memória, Verdade e Justiça é integrada por comissões e parlamentares ligados à luta pelos direitos humanos para expressar o compromisso com o estabelecimento da verdade factual e a realização da justiça sobre as violações de direitos naquele período.

A iniciativa se somou à promulgação da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, que criou, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade (CNV).

A Rede Legislativa pela Memória, Verdade e Justiça tem a missão de reunir e dar encaminhamento a documentos e testemunhos sobre as violações cometidas em cada estado da federação contra parlamentares, além de atuar em parceria com a sociedade civil e outros poderes públicos para contribuir com a Comissão Nacional da Verdade.

Espaço de discussão no site da Câmara

Também foi lançada, na ocasião, comunidade de discussão no espaço do site e-Democracia, da Câmara dos Deputados, denominada *Memória, Verdade e Justiça* (<http://edemocracia.camara.leg.br/web/memoria-e-verdade>).

Os trabalhos foram conduzidos pelo presidente da CDHM, deputado Domingos Dutra (PT-MA). Participaram da mesa de abertura do Fórum Legislativo Nacional a coordenadora da Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça, deputada Luiza Erundina, os ex-presidentes da CDHM, ex-deputados Pedro Wilson e Nilmário Miranda, o deputado Luiz Couto, também ex-presidente do colegiado; a procuradora federal dos direitos do cidadão, Gilda Carvalho; e a sra. Iara Xavier

Pereira, representante do Comitê pela Verdade, Memória e Justiça do Distrito Federal e da Comissão Nacional de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

A deputada Luiza Erundina apresentou, na ocasião, proposta de devolução simbólica dos mandatos dos deputados federais cassados pela ditadura de 1964 e do Projeto de Lei que inclui o Dia Internacional do Direito à Verdade no calendário nacional de datas comemorativas. A proposta teve acolhida unânime.

Participantes

- Deputada Luiza Erundina, Coordenadora da Subcomissão Parlamentar Verdade e Memória;
- Gilda Pereira de Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, da Procuradoria Geral da República;
- Iara Xavier, Coordenadora do Comitê da Verdade do Distrito Federal;
- Pedro Wilson, Ex-presidente da CDHM e Secretário Nacional de Águas do Ministério do Meio Ambiente;
- Nilmário Miranda, ex-Presidente da CDHM e presidente da Fundação Perseu Abramo;
- Vereador Marcelo Santa Cruz, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Olinda/PE;
- Deputado Estadual Laerte Tetila, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul;
- Deputado Estadual Bira do Pindaré, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Maranhão;
- Deputado Estadual Yulo Oiticica, membro da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa da Bahia;
- Deputado Estadual Edilson Moura, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Pará;
- Deputada Estadual Luciana Carmineti, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Santa Catarina;
- Deputado Estadual Judson Cabral, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Alagoas;
- Vereadora Sargento Regina, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Natal/RN;
- Vereador Roberto Sabino, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Manaus/AM;
- Deputado Estadual Aloísio Palmar, Presidente do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu;

- Deputada Distrital Celina Leão, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do DF;
- Jornalista e historiador Jarbas Silva Marques, ex-presos político;
- Assessor Fábio Fazzion, representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Goiás;
- Márcio Santiago, Presidente da Comissão da Verdade e do Memorial da Anistia Política da OAB/MG;
- Sr. Lindovaldo Duque, ex-Cabo da FAB e Diretor da Associação Brasileira de Anistiados Políticos (Abap);
- Senador Pedro Simon;
- Deputado Federal Chico Alencar, membro da CDHM;
- Deputada Federal Janete Capiberibe, membro da CDHM.

Ex-soldados e colaboradores locais da Guerrilha do Araguaia também foram vítimas de violações

Em audiência pública reservada da Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça (CPV), realizada no dia 3 de abril, foram ouvidos dois ex-soldados do Exército, que relataram suas experiências de envolvimento na Guerrilha do Araguaia e que também foram atingidos por ações que violaram seus direitos humanos. Outro expositor do evento foi o Sr. Sezostrys Alves da Costa, camponês da região, hoje diretor Tesoureiro da Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia.

A CPV recebeu documentação dos convidados, inclusive conjunto de fotografias. Posteriormente, a comissão encaminhou para tratamento de saúde um dos depoentes, que estava sofrendo com doenças contraídas no período em que esteve na guerrilha, em razão das atividades que desempenhou.

Comissão Parlamentar da Verdade tem encontro com sociedade civil

Um encontro com entidades da sociedade civil, realizado no dia 10 de abril, produziu propostas de cooperação no resgate da memória histórica sobre as violações de direitos humanos com motivação política entre 1946 e 1988. A audiência pública da Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça (CPV) contou com ampla participação de setores organizados da sociedade civil.

“Já estão formados 16 comitês estaduais, e temos registro da existência de pelo menos 33 comitês populares em todo o país, todos mobilizados para ajudar na construção coletiva da nossa história”, contabilizou a coordenadora da Comissão Parlamentar da Verdade, Deputada Luiza Erundina (PSB-SP). Ela acredita que muitas outras organizações serão criadas em sindicatos, universidades, movimentos sociais etc.

Erundina explicou que a cooperação do Legislativo com a sociedade civil visa a “somar forças para ajudar-nos mutuamente, seja encorajando novos testemunhos ou revelando documentos com valor histórico, seja no encaminhamento de acervos à Comissão Nacional da Verdade e ao Ministério Público para as providências cabíveis, dentro do estado democrático de direito”.

O ex-presidente da OAB, Cezar Britto, defendeu a tese de que “anistia não é esquecimento, e os crimes contra a humanidade são imprescritíveis”.

O evento contou com a participação dos seguintes expositores:

Sr. Carlos Moura, secretário executivo adjunto da CNBB-Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; José Henrique Rodrigues Torres, presidente do Conselho Executivo da Associação Juizes para a Democracia; Expedido Solonês, representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Sezostrys Alves da Costa, diretor da Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia; Gílson Cardoso, coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH; Aurélio Virgílio Veiga Rios, procurador federal dos Direitos do Cidadão em Exercício e subprocurador-geral da República; Eliana Magalhães Graça, representante do Instituto Nacional de Estudos Sócio-Econômicos; Jair Krischke, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre; juíza Renata Gil de Alcântara Videira, vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; Iara Xavier Pereira, integrante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; César Britto, representante do Conselho Federal da OAB e ex-presidente da OAB; Janderson Barros dos Santos, representante do Movimento Levante Popular da Juventude.

Comissão exhibe e debate filme sobre Manuel Fiel Filho

A Comissão Parlamentar da Verdade homenageou, no dia 17 de abril, o líder operário Manuel Fiel Filho, sequestrado, torturado e morto por agentes da ditadura, em 1976. Foi exibido o filme documentário *Perdão, Mr. Fiel – o operário*

que derrubou a ditadura no Brasil. Em seguida, houve um debate com a participação do diretor do filme, Jorge Oliveira.

A Sra. Thereza de Lourdes Martins Fiel, viúva de Fiel Filho, esteve presente, juntamente com a filha, Maria Aparecida. Também na mesa dos debates, a Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Dra. Gilda Pereira Carvalho, e o jornalista e historiador Jarbas da Silva Marques.

O assassinato de Fiel Filho provocou forte reação mobilizadora na sociedade brasileira. A missa de corpo presente, na Catedral da Sé, em São Paulo, transformou-se numa enorme manifestação pacífica, mas contundente, contra a ditadura.

Comissão Parlamentar da Verdade ouve depoimentos sobre massacre dos waimiri-atroari

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou no dia 9 de maio de 2012, no âmbito da Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça (CPV), audiência pública para debater a ocorrência do massacre da etnia indígena waimiri-atroari noticiado pelo jornal *A Crítica*, publicado em Manaus-AM.

Segundo o diário amazonense, as vítimas desse massacre estão fora da lista oficial de desaparecidos políticos e das relações de vítimas de violação de direitos humanos durante a ditadura de 1964. Eles foram considerados pelas autoridades militares empecilhos para o desenvolvimento e tratados como guerrilheiros e inimigos do regime militar. Por resistirem à construção da BR-174, que liga Manaus a Boa Vista, atravessando seu relatório, os waimiri-atroari sofreram um massacre, perpetrado por forças regulares do regime militar.

Segundo os relatos, entre 1972 e 1975, dois mil indígenas waimiri-atroari, número muito superior aos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, por exemplo, desapareceram sem deixar vestígios. Esse contingente importante de nativos, cuja história permanece obscura, continua na memória dos sobreviventes.

O segredo transformou-se em tabu, com profundas ressonâncias na etnia atingida, o que garantiu a impunidade dos que cometeram os crimes. O episódio chama a atenção para as indagações que restaram sobre as violências contra os povos indígenas durante a ditadura, bem como a necessidade de investigação específica sobre eles.

“O massacre dos waimiri-atroari ocorreu por etapas e envolveu diferentes órgãos do regime militar”, disse o indigenista e ex-missionário Egidio Schwade, 76, um dos principais agentes da mobilização que objetiva tornar público este episódio e provocar sua inclusão nas investigações da Comissão Nacional da Verdade, da Presidência da República.

Desde o início de 2011, Schwade vem divulgando uma série de artigos sobre os fatos relacionados à violenta ocupação das terras dos waimiri-atroari. A CPV recebeu o dossiê dos textos escritos pelo indigenista e posteriormente os encaminhou à Comissão Nacional da Verdade.

Participaram, como expositores, os convidados, Cleber Buzatto, secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário; Gilney Viana, representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Elaize Farias, repórter do jornal *A Crítica*; Egídio Schwade, indigenista, missionário e fundador do CIMI; Francisca Picanço, representante da Fundação Nacional do Índio - FUNAI; e Stephen Baines, professor do Departamento de Antropologia da UnB.

Comissão realiza lançamento e debate sobre livro que investigou repressão a camponeses

Audiência pública da CDHM, no âmbito da Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça (CPV), analisou, no dia 16 de maio, a repressão política aos camponeses no período da ditadura de 1964. Na oportunidade foi realizado o lançamento do livro *Retrato da Repressão Política no Campo - Brasil 1962 - 1985: Camponeses Torturados, Mortos e Desaparecidos*.

A obra reuniu relatos sobre os casos, num projeto da UFRJ, com apoio da Secretaria de Direitos Humanos.

Participaram, como expositores do referido evento os convidados: Antônio Canuto, representante da Comissão Pastoral da Terra; Antônio Escrivão Filho, representante da ONG Terra de Direitos; Manoel Conceição Santos, ex-militante da Ação Popular e ativista dos direitos humanos; Moacir Gracindo Soares Palmeira, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenador do livro *Retrato da Repressão Política no Campo - Brasil 1962 - 1985: Camponeses Torturados, Mortos e Desaparecidos*; e Sr. Gilney Viana, representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Comissão Parlamentar, Memória e Verdade, realiza seminário sobre a Operação Condor

CDHM realizou, nos dias 4 e 5 de julho, no âmbito da Comissão Parlamentar, Memória e Verdade, seminário internacional sobre a Operação Condor. O evento teve a participação de especialistas no tema, entre parlamentares, jornalistas e pesquisadores argentinos, brasileiros, chilenos uruguaios, paraguaios e estadunidenses.

A Operação Condor, nome pelo qual ficou conhecida a articulação entre as forças armadas dos países do Cone Sul, formado por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, com participação dos Estados Unidos da América, resultou na mais vasta e duradoura ação repressiva da história do continente, mobilizando secretamente militares e policiais desses sete países nos anos 1970, produzindo uma contabilidade macabra de violações de Direitos Humanos, inclusive a eliminação de vários opositores políticos dessas ditaduras.

O Seminário Internacional sobre a Operação Condor foi promovido com a parceria da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos e da Fundação João Mangabeira.

O *Arquivo do Terror* – quatro toneladas de papéis descoberto no Paraguai em 1992, com 60 mil documentos, totalizando 593 mil páginas microfilmadas – preservou intactos diários, arquivos, fotos, fichas, relatórios, a correspondência e a rotina de terror e morte da Operação Condor.

O cálculo total de vítimas, a partir do registro desse arquivo, oferece um resultado assustador: 30 mil desaparecidos, 50 mil mortos, 400 mil encarcerados, segundo o coordenador do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), de Porto Alegre, Jair Krischke, acrescentando que nas investigações oficiais realizadas por comissões independentes sob governos civis após a volta da democracia, os números são inferiores, mas ainda impressionam: 13.960 mortos e desaparecidos políticos no Cone Sul, no período de atuação da Operação Condor.

As ações desenvolvidas no âmbito da Operação Condor caracterizaram-se pela violência – mediante a disseminação da prática do sequestro, centros clandestinos de detenção, tortura, execuções e o desaparecimento forçado de opositores – e pela total inobservância dos mais elementares direitos fundamentais. Os países mencionados compartilhavam informações e técnicas repressivas e também cumpriam missões clandestinas de interesse dos vizinhos em seus respectivos

territórios. Os EUA enviaram aos países da região especialistas no uso da tortura para arrancar confissões.

Participaram, como expositores, o pesquisador e ativista dos direitos humanos no Cone Sul, Jair Krischke, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos; o ex-militante contra a ditadura no Uruguai e atual deputado pelo partido Victoria del Pueblo (PVP), Luiz Puig Cardozo; o juiz federal argentino e historiador, autor de várias obras sobre a Operação Condor, Daniel Rafecas; o médico e militante pelos direitos humanos no Paraguai, Alfredo Boccia Paz; a professora e pesquisadora da universidade de Long Island (Nova York, EUA), J. Patrice McSherry, autora de vários livros sobre as ditadoras militares na América do Sul; a jornalista chilena Mónica González, fundadora e diretora da fundação Centro de Investigación Periodística.

Moção de Repúdio ao golpe parlamentar contra o presidente paraguaio

Os participantes do Seminário Internacional sobre a Operação Condor, com as diferentes instâncias de representação para as quais estão mandatados, somam-se ao clamor democrático mundial e REPUDIAM O GOLPE PARLAMENTAR QUE DESTITUIU DA PRESIDÊNCIA DO PARAGUAI O PRESIDENTE FERNANDO LUGO. Os oligarcas da concentração fundiária, articulados com os setores mais conservadores da sociedade paraguaia, com forte presença no Parlamento, derrubaram um presidente eleito em processo sumário, de 36 horas, afrontando o direito de livre, prévia e ampla defesa prevista no artigo 17 de sua própria Constituição. A celeridade golpista visou não permitir qualquer reação popular aos seus sinistros intentos, beneficiários que são de uma estrutura social injusta, que querem perpetuar. Amparados pela história e pelo despertar dos nossos povos, afirmamos: esses retrocessos obscurantistas, com seus poluídos ares de legalidade, não prevalecerão!

Brasília, 5 de Julho de 2012.

CPV colhe depoimento de ex-agentes da ditadura

A Deputada Luiza Erundina e o Deputado Jean Willys, membros da Comissão Parlamentar da Verdade (CPV), articularam os depoimentos ao Ministério Público Federal e à própria Comissão, de Cláudio Guerra, ex-delegado de Polícia e agente da ditadura militar, e Marival Chaves, ex-sargento do Exército que trabalhou no

setor de informações durante o regime militar. As oitivas tiveram lugar em Vitória-ES, nos dias 28 e 29 de maio, com participação, também, da consultora legislativa Débora Bithiah de Azevedo, designada para assessorar a Comissão, e do jornalista e escritor Luiz Cláudio Cunha.

As perguntas aos dois depoentes foram feitas por procuradores de quatro estados: Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais, com a presença ainda do procurador Ivan Marques, de Uruguaiana, coordenador do Grupo de Trabalho sobre Justiça de Transição do Ministério Público Federal.

Durante o dia 28 e a manhã do dia 29 foi ouvido o Sr. Cláudio Guerra, que havia lançado poucas semanas antes o livro *Memórias de uma guerra suja*, no qual conta sua participação em atividades repressivas durante a ditadura militar, que incluem execuções, ocultação de cadáveres e atentados a bomba. Cláudio Guerra confirmou fatos narrados no livro e deu detalhes sobre casos que estão sendo investigados pelo GT do Ministério Público.

A tarde do dia 29 foi dedicada ao depoimento do Sr. Marival Chaves, que já havia concedido duas entrevistas à imprensa (em 1992 e 2004) sobre os bastidores das atividades repressivas durante o regime militar, sem, no entanto, ter sido ouvido em inquérito pelo poder público. Marival Chaves igualmente confirmou o que havia dito nas referidas entrevistas e detalhou aspectos questionados pelos procuradores.

A participação da Comissão do Congresso Nacional nas duas oitivas teve início muito antes da sua realização, viabilizada também pela intensa participação dos parlamentares ao longo de todo o processo de abordagem e convencimento dos ex-agentes que foram ouvidos como testemunhas. O acompanhamento dos depoimentos permitiu que a Comissão se mantivesse informada e pudesse dar encaminhamento efetivo a denúncias que serão objeto de investigação nos próximos anos.

Essa diligência em Vitória foi importante para o Congresso Nacional pudesse se inteirar do teor dos relatos de ex-agentes do regime militar que se dispuseram a contar o que ouviram, viram e presenciaram.

Advogados de presos políticos são homenageados

Uma parceria da CDHM, por meio da CPV, com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da Câmara, foi responsável pela realização de um ato público de homenagem aos advogados dos presos políticos, em 13 de novembro de 2012.

Na solenidade realizada na sede nacional da OAB, cada um dos homenageados presentes recebeu um portfólio com certificado impresso, assinado pelo presidente

da OAB, Ophir Cavalcanti, e pelos deputados Luiza Erundina, Domingos Dutra e Ricardo Berzoini, presidente da CCJC. O documento reconhece os feitos exemplares dos advogados na resistência democrática e na defesa dos direitos políticos e civis de ativistas políticos e cidadãos comuns atingidos pelos atos de exceção da ditadura de 1964.

A Deputada Luiza Erundina lembrou que “a resistência ao regime de arbítrio instaurado pelo golpe de estado de 1964 teve entre os advogados brasileiros alguns de seus mais importantes protagonistas”. Para a coordenadora da CPV, “esses profissionais dignificaram a carreira jurídica e contribuíram para salvar a vida de muitos cidadãos ao não se deixar intimidar pelas ameaças e perigos dos anos de chumbo”.

Para o deputado Domingos Dutra, “a coragem de muitos desses advogados foi diretamente responsável pela sobrevivência e pela libertação de pessoas detidas por órgãos da repressão. Coube a esses advogados denunciar abusos e registrar as violações de direitos humanos cometidas por agentes do Estado, desmascarando a tentativa de esconder o caráter totalitário dos governos militares”.

Participaram da solenidade a ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, o coordenador da Comissão Nacional da Verdade, Cláudio Lemos Fonteles; e o membro desta Comissão Paulo Sérgio Pinheiro; além de outras autoridades e advogados, inclusive o ex-presidente da CDHM, Luiz Eduardo Greenhalgh, ele também advogado de presos políticos.

Comissões propõem o Dia Internacional do Direito à Verdade no calendário nacional, de estados e municípios

Com o objetivo de fortalecer o caráter educativo sobre o sentido da verdade, memória e justiça, além da contribuir para a memória dos episódios históricos de violações de tais direitos, a CDHM apresentou o Projeto de Lei 4903/2012, que inclui o Dia Internacional do Direito à Verdade no calendário nacional de datas comemorativas.

O projeto de lei procura internalizar no Brasil a proclamação da Assembleia das Nações Unidas do dia 24 de março como Dia Internacional do Direito à Verdade sobre Graves Violações aos Direitos Humanos e da Dignidade das Vítimas. A iniciativa da ONU realça que se trata de um desdobramento natural dos documentos fundamentais, como a Declaração Universal de Direitos Humanos. As referências da ONU a normas e decisões recentes ilustram abundantemente que vivemos um tempo de realização dos compromissos relativos ao direito à verdade.

O dia escolhido pela ONU é uma homenagem a Dom Oscar Romero, bispo de El Salvador e grande defensor dos direitos humanos e do povo pobre do seu país, assassinado em plena missa no dia 24 de março de 1980.

Audiência pública

Para marcar o caráter coletivo e a relevância da proposição legislativa, uma audiência pública da CDHM foi realizada no dia 5 de dezembro, com participação de representantes da sociedade civil e outros órgãos públicos para sua apresentação.

Participaram do referido evento, como expositores, a Sra. Iara Xavier, coordenadora do Comitê pela Verdade, Memória e Justiça do Distrito Federal; o Sr. Pedro Paulo Bicalho, representante do Conselho Federal de Psicologia; o Sr. Egon Heck, representante do Conselho Indigenista Missionário–CIMI e o Dr. Aurélio Veiga Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão.

Estados e Municípios

A CPV encaminhou às comissões integrantes da Rede Legislativa Nacional pela Memória, Verdade e Justiça, propostas elaboradas com a ajuda técnica da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, de projetos de lei análogos a serem apresentados às respectivas casas legislativas.

Por iniciativa da CPV, Câmara devolve simbolicamente mandatos aos deputados cassados pela ditadura de 1964

Numa emocionante sessão solene, no dia 6 de dezembro de 2012, a Câmara dos Deputados devolveu, simbolicamente, os mandatos populares dos 173 deputados federais cassados por atos da Ditadura de 1964. Em seguida, a casa lançou o livro *Parlamento Mutilado: Deputados Federais Cassados pela Ditadura de 1964* e inaugurou a exposição homônima no corredor principal, descerrando o pano que cobria o painel *A verdade ainda que tardia*, do artista plástico Elifas Andreato.

As três ações compuseram projeto de iniciativa da Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça (CPV), no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias que, em razão de sua relevância, foi acolhido entusiasticamente por toda a Câmara dos Deputados e, duas semanas depois, replicada pelo Senado Federal.

A mesa da sessão solene foi composta pelos deputados Marco Maia, presidente da Câmara; Eduardo Gomes, 1º vice-presidente; Domingos Dutra, presidente da CDHM; Deputada Luiza Erundina, coordenadora da CPV; Ministra Maria do

Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos; Cláudio Lemos Fonteles, representando a Comissão Nacional da Verdade e; representando os deputados homenageados, a Deputada Lígia Doustel de Andrade.

A deputada Luiza Erundina, coordenadora da CPV, avaliou que “a restituição, ainda que simbólica e tardia, da dignidade dos mandatos era devida pela Câmara dos Deputados como instituição que teve suas portas fechadas e prerrogativas subtraídas. Afirmar a soberania do Legislativo, apurar as violações de direitos humanos perpetradas contra parlamentares e servidores, reconhecendo os esforços de resistência democrática de todos, era um dever institucional.”

“Com essas atividades que marcaram a devolução simbólica dos mandatos, a Câmara dos Deputados presta merecida homenagem e contribui para a memória e a busca da verdade histórica, ajudando na consolidação da democracia no país”, comentou o deputado Domingos Dutra, presidente da CDHM.

Os deputados cassados pelos atos arbitrários sobreviventes, bem como os familiares desses e dos falecidos que puderam comparecer entraram pela rampa principal, onde foram recebidos pelos deputados da CPV. Caminharam sobre o cerimonial tapete vermelho, ladeados por trabalhadores portando bandeiras do Brasil e dos estados. Sob aplausos emocionados do grande público presente, animados por palavras de ordem exaltando a democracia puxadas pela Deputada Luiza Erundina e o deputado Domingos Dutra, entraram no plenário Ulysses Guimarães.

O painel eletrônico mostrava os nomes dos 173 deputados. A cada deputado ou representante foi entregue pelos deputados atuais um certificado impresso e um *botton* característico da função parlamentar, simbolizando a reintegração ao mandato conferido pelo povo e subtraído por atos ditatoriais.

Em carta dirigida à Comissão e divulgada na sessão solene, o deputado e historiador Chico Alencar (PSol-RJ), membro da CPV, associou o evento às palavras de Mário Quintana: “o passado não conhece o seu lugar, ele teima em aparecer no presente”. Para o parlamentar, “a devolução dos mandatos cassados pela ditadura é forma simbólica de fazer justiça e de recuperar o sentido do Parlamento, que jamais pode ser subjugado”.

Exposição situou Câmara nos Anos de Chumbo

A exposição, inaugurada oficialmente após a sessão solene, no dia 6 de dezembro, no corredor entre o edifício principal e os anexos da Câmara, foi composta de imagens e textos que retratam os momentos mais tensos vividos no

Congresso Nacional entre 1964 e 1985, além de fotografias recolhidas no acervo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

Abria a exposição o impressionante painel *A verdade ainda que tardia*, do renomado artista plástico Elifas Andreato, que compôs sua visão sobre a repressão e a resistência dos Anos de Chumbo. A obra foi doada pelo autor à Câmara e incorporada ao acervo artístico da Casa. O Sindicato dos Servidores do Legislativo (Sindilegis) contribuiu na viabilização do evento.

Livro conferiu permanência à homenagem aos deputados

O livro lançado na ocasião, *Parlamento Mutilado: Deputados Federais Cassados pela Ditadura de 1964*, apresenta uma reunião de informações até então esparsas e incompletas sobre todos os 173 deputados cujas representações foram retiradas sem o devido processo legal. As cassações estão divididas entre as quatro legislaturas atingidas e foram analisadas em seu contexto político.

Os autores da obra são os consultores legislativos da Câmara dos Deputados Márcio Rabat e Débora Azevedo.

“As informações referentes a atos de arbítrio de tal magnitude política não poderia ficar limitada às repercussões imediatas da cerimônia de devolução simbólica dos mandatos. Cabe ao livro a maior responsabilidade por conferir permanência ao projeto, que é um reencontro da Câmara com sua própria história”, escreveram o deputado Marco Maia, presidente da Câmara, o deputado Eduardo Gomes, primeiro-secretário, e o deputado Domingos Dutra, presidente da CDHM, na apresentação do livro.

Acordo de Cooperação Técnica une Comissão Nacional da Verdade e Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça

A Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça assinou acordo de cooperação técnica com a Comissão Nacional da Verdade (CNV) com vistas a promover a “mútua colaboração para a apuração e esclarecimento de graves violações de direitos humanos praticadas no País (...)”. A assinatura ocorreu durante cerimônia no dia 6 de dezembro de 2012, na sede da CNV.

Participaram os deputados Domingos Dutra, Luiza Erundina, Érika Kokay, Arnaldo Jordy, Luiz Couto, Janete Capiberibe e Jean Wyllys. Da parte da CNV estavam presentes o coordenador, Cláudio Lemos Fonteles, e o membro Paulo Sérgio Pinheiro, além de assessores de ambas as comissões.

Com o acordo de cooperação, esperamos intensificar nossa “articulação interinstitucional, aumentando a sinergia dos esforços de todos no resgate da

verdade histórica sobre as violações de direitos humanos durante a ditadura militar”, avaliou a Deputada Luiza Erundina.

O coordenador da CNV afirmou que “este trabalho pela sua natureza não pode ser solitário”, destacando o fortalecimento do resgate da memória em decorrência da participação da CPV. “O Legislativo não apenas fiscaliza o cumprimento da lei, é também um parceiro sua execução”, acrescentando que o trabalho de ambas as comissões “contribuirá para a consolidação da democracia”..

Foi contemplado entre os objetivos do acordo o desenvolvimento de trabalhos conjuntos com segmentos da sociedade civil organizada para a obtenção de dados, documentos e informações, referentes à violação de direitos humanos ocorridas no período.

Na ocasião, a CDHM e a CPV entregou à CNV seis caixas contendo documentos, informes, relatórios, a maioria digitalizados, bem como objetos recolhidos e classificados pela CDHM desde sua criação, em 1995. O acervo totaliza cerca de 20 mil páginas.

O coordenador da CNV, Cláudio Lemos Fonteles, explicou que essa documentação será analisada e, depois de subsidiar a feitura do relatório das atividades da CNV, será transferida ao Arquivo Nacional ou arquivo público participante da rede que integra o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas, criado pela Portaria Casa Civil da Presidência da República nº 204, de 13 de maio de 2009, para fim de pesquisa e conscientização de governantes e governados das consequências nefastas da ruptura do Estado de Direito, da Democracia ou da institucionalidade constitucional.

Plano de trabalho da CPV para 2013

A elaboração de um plano estratégico e o surgimento de propostas nos debates da Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça permitiram ao colegiado produzir em 2012 uma agenda de atividades que se estende e continua atual em 2013. Atividades aprovadas no decorrer de 2013 não foram realizadas por falta de tempo disponível e serão reapresentadas este ano. Como as seguintes:

- Audiência pública com autores de livros e jornalistas que contribuíram no registro histórico e denúncia de violações de direitos humanos pela ditadura civil-militar. Requerimento aprovado nesse sentido justificou-se pela riqueza dos testemunhos de escritores e jornalistas que produziram dezenas de livros abordando episódios do período da ditadura, nos quais detalham violações de direitos humanos cometidas pelo estado à época.

- Audiência pública em homenagem aos militares que resistiram ao golpe de 1964. Os militares possivelmente formam a categoria com o maior número de profissionais atingidos pela violência da ditadura de 1964. Todos aqueles que de alguma forma defenderam a legalidade institucional foram punidos. Muitos foram perseguidos até mesmo em razão de idiosincrasias e interesses pessoais contrariados. O ambiente ditatorial favorecia tais arbitrariedades.

- Audiência pública sobre experiências internacionais de comissões da verdade. A ideia é conhecer melhor os desafios e soluções encontrados por outros países que criaram suas comissões como instrumento de transição para a democracia, como o Chile, Argentina, Uruguai e a África do Sul.

- Diligência parlamentar à região do Bico do Papagaio, com audiência pública em São Domingos do Araguaia (TO) para dialogar e ouvir da comunidade suas memórias e conhecer situações atuais ainda decorrentes da Guerrilha do Araguaia.

- Depoimento do coronel Sebastião Curió, um dos comandantes das operações militares anti-guerrilha no Araguaia. É sabido que ele preserva arquivo pessoal com informações de interesse público sobre a repressão, da qual foi um dos mais ativos operadores, possuindo assim a memória de muitos fatos históricos.

- Depoimento do ex-governador de São Paulo, Paulo Egydio, nomeado pelo então presidente general Ernesto Geisel. Foi no seu governo que o então diretor da TV Cultura, Wladimir Herzog, foi assassinado sob tortura nas dependências do 2º Exército. Em 2012, Paulo Egydio admitiu que a versão do suicídio era uma farsa e se dispôs a depor sobre o assassinato de Herzog.

- Audiência pública sobre as circunstâncias obscuras da morte do educador Anísio Teixeira. O corpo do idealizador da UnB foi encontrado no fosso do elevador de um edifício no Rio de Janeiro, em março de 1971. Há informação de que ele teria sido levado ao quartel da Aeronáutica, em uma operação que teve como mentor o brigadeiro João Paulo Burnier, a quem era atribuído plano de matar todos os intelectuais mais importantes do Brasil na época.

- Audiência pública para discutir as informações levantadas no relatório parcial "Povos Indígenas e Ditadura Militar - Subsídios à Comissão Nacional da Verdade", em continuidade à ocorrida em 09/05/2012, que tratou do massacre dos Waimiri-Atroari. Novas pesquisas indicam, agora, que não só os Waimiri-Atroari, mas outras etnias, como os Arara e Suruí do Pará e Potiguaras da Paraíba, entre outras, podem ter sido vítimas de violações massivas de direitos pela ditadura de 1964. Uma pesquisa colaborativa, com fontes documentais relevantes, divulgou seu primeiro relatório em novembro, cujas conclusões são impactantes e deverão ser debatidas nessa audiência, que poderá ensejar novas investigações, inclusive por parte da Comissão Nacional da Verdade.

DIREITO AO TRABALHO É DIREITO HUMANO

CDHM: presença forte nas votações de propostas pela erradicação do trabalho escravo e extensão de direitos às domésticas

Conforme preconiza o Pacto dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, promovido pela ONU e assinado pelo Brasil, os direitos associados ao mundo do trabalho são indissociáveis de sua condição de Direito Humano.

Com esse fundamento, a CDHM teve a oportunidade e o empenho de atuar com protagonismo em 2012 para a aprovação de duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs), além de outros temas relevantes para os trabalhadores.

Participação da CDHM na votação da PEC do Trabalho Escravo

A inclusão na pauta do plenário da Câmara e a aprovação da “PEC do trabalho escravo” foram possíveis depois da forte mobilização social e política engendrada nas semanas que antecederam a votação (22 de maio de 2012). Essa mobilização teve na CDHM sua principal base operacional na Câmara.

A articulação incluiu uma reunião de deputados membros da CDHM com personalidades dos meios artísticos e uma forte ação juntos às redes sociais e à mídia. Depois de organizar a reunião no Rio de Janeiro com representantes desses segmentos, o presidente da CDHM, deputado Domingos Dutra estimulou a presença desses representantes no Congresso Nacional. Eles vieram e exerceram sua pressão política junto aos deputados, inclusive os líderes partidários.

Uma audiência pública da CDHM transformou-se num ato político com a participação de movimentos sociais e culturais, reforçando a mobilização dentro da Câmara.

Foi nesse contexto que foi forjado o acordo para a votação da PEC entre os líderes partidários. A proposta passou com 360 votos a favor, 29 contra e 25 abstenções. O texto precisava de 308 votos para ser aprovado. O presidente da Câmara, Marco Maia, comemorou a aprovação da PEC. “O placar surpreendente demonstra que a grande maioria do Parlamento compreendeu que é fundamental erradicar o trabalho escravo”, disse.

O alto índice de aprovação impressionou, pois havia uma expectativa de rejeição entre os deputados ligados ao agronegócio. Até o início da votação, deputados da bancada ruralista tentavam esvaziar a sessão e votar contra o texto. “A pressão

social, com participação ativa de setores políticos como a CDHM foi fundamental para esse resultado”, avaliou Domingos Dutra.

Esta votação em segundo turno na Câmara ocorre oito anos após a aprovação em primeiro turno. O texto agora retorna ao Senado para nova votação naquela casa, de onde é originário.

A PEC 438/01 permite a expropriação de imóveis rurais e urbanos onde a fiscalização encontrar exploração de trabalho escravo. Esses imóveis serão destinados à reforma agrária ou a programas de habitação popular. Atualmente, quem explora trabalho escravo já está sujeito a reclusão de dois a oito anos e multa, além da pena correspondente à violência praticada, mas essas penas raramente são aplicadas, em razão da força política dos que exploram o trabalho escravo.

CDHM ajuda a garantir aprovação da PEC do Trabalho Doméstico

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) teve participação ativa também na mobilização social que estimulou a aprovação na Câmara dos Deputados da PEC 478/2010, que amplia os direitos dos trabalhadores domésticos e garante equivalência em relação a profissionais de outras áreas.

A CDHM organizou, ao lado da relatora da PEC, Deputada Benedita da Silva (PT-RJ) e da Frente Parlamentar de apoio à proposta, um ato público de apoio, no dia da votação - dia 11 de novembro de 2012. O evento reuniu parlamentares, representantes de movimentos sociais, cozinheiras, faxineiras, babás, jardineiros, mordomos, arrumadeiras. As deputadas vestiram aventais, simbolizando o uniforme doméstico. As lideranças foram sensibilizadas com ajuda dos deputados da Comissão.

A Deputada Érika Kokay (PT-DF), 1ª vice-presidente da CDHM, autora de requerimento do ato público, explicou que “esta PEC é de grande alcance social e consentânea com a o Pacto dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, patrocinado pela ONU e do qual o Brasil é parte. Além de dignificar a profissão de empregado doméstico, a nova lei, se aprovada, terá impactos positivos em vários aspectos.

Pela PEC 478, domésticas, babás, cozinheiras e outros trabalhadores em residências passarão a ter direitos trabalhistas já assegurados aos demais trabalhadores urbanos e rurais contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Entre os 16 direitos previstos, alguns poderão entrar em vigor de imediato após a promulgação da PEC, como a jornada de trabalho de 44 horas semanais, hora extra e proibição de trabalho de menores de 16 anos, salvo na condição de

aprendiz com o mínimo de 14 anos. Outros direitos, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), seguro-desemprego, salário-família e seguro contra acidentes de trabalho, ainda precisarão de regulamentação.

A matéria precisa agora ser votada pelo Senado em dois turnos.

Diligências em Minas verificam situação de comunidade quilombola e investigações sobre assassinato de trabalhadores sem-terra

Diligências da CDHM coordenadas pelo deputado Domingos Dutra, com participação dos deputados Padre João (PT-MG) e Gilmar Machado foram realizadas nos dias 14 e 15 de maio nos municípios de Patos de Minas, Serra do Salitre, Uberlândia e Prata, para verificar *in locu* situações relacionadas à regularização de comunidade quilombola, violência no campo, trabalho degradante e danos ambientais.

Em Uberlândia, os parlamentares participaram de reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, quando ouviram agentes públicos e movimentos sociais de luta pelo acesso à terra nas microrregiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG). Três trabalhadores rurais foram mortos numa ação policial de despejo de uma ocupação naquela região. Os deputados tomaram conhecimento panorâmico de situações de conflito pela posse de diversas áreas e das queixas sobre ineficiência do INCRA e de outros órgãos públicos para reduzir a tensão e efetivar a reforma agrária. Posteriormente, a CDHM encaminhou requerimentos de soluções para os problemas aos órgãos competentes.

Na comunidade quilombola Oliveira e Ventura, ouviram os anseios pela regularização fundiária e apoio do Estado para seu desenvolvimento, inclusive a necessidade de preservação de patrimônio histórico que atesta a presença dos ex-escravos na região.

As atividades foram realizadas em cumprimento ao Requerimento nº 28/2012, de iniciativa do deputado Domingos Dutra.

Precarização no trabalho: secretariado parlamentar, funcionários de embaixadas e de organismos internacionais

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) realizou audiência pública no dia 12 de dezembro, para levantar propostas visando estender direitos trabalhistas ao secretariado parlamentar, funcionários de embaixadas e de

organismos internacionais (inclusive trabalhando no Poder Executivo, por meio de programas conveniados).

Foram examinadas as situações e recolhidas propostas – a serem ratificadas pela Comissão – e posteriormente encaminhadas aos três poderes da República com a intenção de sanar lacunas na legislação que rege essas profissões. “Direitos trabalhistas são direitos humanos. Nada justifica manter esses trabalhadores à margem da legislação, essa situação de anomalia jurídica”, defende o presidente da CDHM e co-autor do requerimento do evento, deputado Domingos Dutra (PT-MA).

Secretariado parlamentar

Os trabalhadores que exercem cargos em comissão no legislativo federal são demissíveis sem quaisquer verbas trabalhistas, não tem recolhimento de FGTS, nem seguro desemprego, nem aviso prévio. Alguns direitos foram conquistados nos últimos anos, como o enquadramento do secretariado parlamentar no regime geral do INSS e a licença-maternidade.

Em razão das características de subordinação, onerosidade, não eventualidade, inerentes ao secretariado parlamentar, a situação desses profissionais se assemelha à do empregado público. Assim sendo, é justo estender aos comissionados do legislativo federal os direitos trabalhistas, transformando-os em celetistas, defende a Assercon - Associação de Secretários Parlamentares, Servidores Requisitados e Comissionados do Congresso Nacional.

“O trabalho digno, sem abusos contra o trabalhador, é um direito humano fundamental, sobretudo quando o empregador é o poder público”, disse a Deputada Erika Kokay (PT-DF), vice-presidente da CDHM e também autora do requerimento para a audiência pública. “Não se buscam aqui privilégios ou inovações, mas simplesmente a equanimidade com outros segmentos dos trabalhadores”, explicou Érika.

Tramita no Congresso Nacional a PEC 53, aguardando definição de relatoria, que modifica o regime jurídico de contratação do servidor comissionado, retirando-se a demissão *ad nutum*, e aplicando-se o regime jurídico celetista.

Funcionários de embaixadas e organismos internacionais

Por outro lado, o Sindnações - Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Embaixadas, Consulados, Organismos Internacionais - denuncia o “total descumprimento, por quase todos os organismos internacionais, das legislações

trabalhista, previdenciária e sindical, além de inúmeras sentenças judiciais. No caso das embaixadas e consulados, o descumprimento da legislação é parcial, com muitos passivos decorrentes de sentenças por liquidar”.

As omissões e lacunas na legislação são criticadas pelos autores do requerimento da audiência pública. Afinal, “por se tratar do Poder Legislativo, encarregado de fazer e fiscalizar o cumprimento das leis, e dos organismos internacionais e embaixadas, íntimos conhecedoras do princípio da prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais, o respeito a esses parâmetros de direito nos seus respectivos âmbitos torna-se ainda mais exigível” – lembram os deputados ao justificar o requerimento.

Foi definida a criação de um Grupo de Trabalho com representantes de secretários parlamentares e membros da CDHM para atuar, em 2013, na defesa da regularização da situação do segmento.

Também foram examinadas propostas de medidas que possam ser adotadas pelo Executivo, Legislativo e Judiciário, para sanar problemas relacionados ao passivo e a contratos presentes e futuros de dezenas de trabalhadores brasileiros no setor.

O evento contou com a participação dos convidados Sr. Elias Castro Castilho - Presidente da Associação de Secretários Parlamentares, Servidores Requisitados e Comissionados do Congresso Nacional; Sr. Raimundo Luís de Oliveira - Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Embaixadas, Consulados e Organismos Internacionais; Sr. Rogério Ventura Teixeira - Diretor-Geral da Câmara dos Deputados; Sr. Flávio Marcílio Moreira Sapha - Coordenador-Geral de Privilégios e Imunidades do Itamaraty; Sr. José Carlos de Matos - Diretor Jurídico do SINDILEGIS - Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União.

O evento foi realizado por requerimento de iniciativa dos deputados Domingos Dutra, Padre Ton e Erika Kokay.

DIREITO À SAÚDE

Delegação da CDHM vai às emergências hospitalares checar situação e fundamentar propostas

Delegação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias iniciou no final de 2011, com encerramento previsto para o primeiro semestre de 2013 um processo de avaliação das emergências e urgências hospitalares em todas as regiões do país.

“Nosso objetivo é harmonizar a missão desses serviços essenciais à população aos paradigmas dos direitos humanos. Afinal, o direito à vida, à saúde e ao tratamento digno são fundamentais e indisponíveis, inclusive para o exercício aos demais direitos humanos”, afirmou o deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA), um dos autores do requerimento da realização das diligências, ao lado do deputado Domingos Dutra (PT-MA).

Participam do Grupo de Trabalho Emergências Hospitalares, além dos deputados da CDHM, entidades de profissionais de saúde, Ministério Público e consultoria legislativa da Câmara dos Deputados.

O deputado Padre Ton (PT-RO) explicou que não existe a pretensão de fazer inspeções técnicas. “Para isso há os serviços próprios no Ministério da Saúde, o que cabe a nós é atuar para que os direitos humanos sejam assegurados ao cidadão numa instituição sensível a esses direitos como é a urgência hospitalar.”

Arnaldo Jordy explicou que o planejamento do Grupo de Trabalho prevê a divulgação de um relatório minucioso, contendo conclusões, indicações, requerimentos e sugestões para os órgãos competentes, além de medidas de iniciativas no âmbito do legislativo, como projetos de lei. “É para gerar resultados, não para produzir um relatório para ficar na estante”, garantiu o deputado Jordy.

Diligências a hospitais realizadas em 2012

Porto Velho-RO – Em 22/03/12, o hospital e pronto-socorro João Paulo II foi visitado pelo Grupo de Trabalho Emergências Hospitalares. Verificou-se um quadro de superlotação nas emergências, bem como a falta de leitos para atender a demanda, ocasionando a presença de pacientes internados por vários dias em macas e em colchões sobre o piso. A comitiva foi formada pelos deputados Domingos Dutra, Arnaldo Jordy e Padre Ton; assessora técnica Roseana Queiróz; Fábio Gomes, médico e consultor legislativo da Câmara dos Deputados. Uniram-se ao grupo representantes locais do Ministério Público, entidades e sindicatos de profissionais da saúde.

Belém-PA – Em 23/03/12, o GT visitou o Hospital Municipal Mário Pinotti, onde foi recebido pelo diretor da unidade, Dr. Orlando Garcia Brito, e pela Secretária Municipal de Saúde, Dra. Silvia Santos. Visitaram o consultório de otorrinolaringologia/oftalmologia, a sala de triagem e algumas enfermarias, onde conversaram com os pacientes. Observaram a péssima condição do hospital: banheiro sem condição de uso, coleta de lixo hospitalar inadequada, prédio em péssimas condições, bebedouros estragados, falta de leitos, entre outros. A comitiva foi formada pelos deputados Domingos Dutra, Arnaldo Jordy e Padre Ton; assessora Roseana Queiróz; consultor legislativo Fábio Gomes. Participaram representantes locais do Ministério Público, entidades e sindicatos de profissionais da saúde.

Distrito Federal – Em 11/04/2012, foi visitada a principal unidade de saúde de Brasília, o Hospital de Base do Distrito Federal. Foram constatados pelo GT Emergências Hospitalares lotação acima da capacidade do hospital, déficit de profissionais na área de enfermagem, grande rotatividade de profissionais na área de cardiologia, falta de medicamento, material e equipamentos médicos e hospitalares, instalações precárias para o atendimento do paciente e seus acompanhantes. Integraram a comitiva os deputados Érika Kokay, Arnaldo Jordy, Domingos Dutra, o assessor da CDHM Augustino Pedro Veit; o médico e consultor legislativo Cláudio Viveiros de Carvalho; as assessoras parlamentares Carla Mendonça, Juliana Rabelo, Maíra Lima, Vicente Bezerra; Cid Carvalhais, presidente da FENAM; Antônio José Pereira dos Santos, secretário de assuntos Jurídicos da FENAM; Taciana Geisel, assessora de Imprensa da FENAM; Iran Augusto Cardoso, presidente do CFM; Viviane Cordeiro, assessora de Imprensa do CFM.

Cacoal-RO e São Francisco do Guaporé-RO – Em 12/07/2012 a CDHM se fez representar nesses dois polos regionais do Estado de Rondônia, por meio do deputado Padre Ton e representações da sociedade civil. Foram verificadas a situação das unidades de saúde e suas condições de atendimento à população. Ofício da CDHM foi enviado na semana seguinte à Secretaria de Saúde do Estado, solicitando informações referentes aos hospitais visitados, sobre contratos de serviços, convênio celebrado com outro hospital para compartilhamento de leitos de UTI, relação dos servidores lotados concursados e comissionados, relação de medicamentos e materiais cirúrgicos em falta e previsão de data para abertura do atendimento ao público no Hospital Regional de São Francisco do Guaporé, que embora concluído, estava fechado.

Várzea Grande-MT – Em 14/12/2012, o Grupo de Trabalho visitou o setor de emergência do Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande. Participaram o deputado federal Nilson Leitão (PSDB-MT), representando a CDHM, o consultor legislativo da Câmara Fábio Gomes, representantes de várias entidades representativas de profissionais de saúde. Foram observados os setores da emergência adulto e infantil, UTI adulto e enfermarias. A delegação também reuniu-se com autoridades, servidores do hospital e instituições convidadas. Entre outros problemas constatados, destacaram-se superlotação nos corredores do

setor de emergência, com pacientes internados em macas; insuficiência de atenção básica do município; ausência de hospital estadual em Cuiabá; problemas recorrentes com esgoto na sala de ortopedia; falta de leitos de UTI para adultos.

CRIANÇA, ADOLESCENTE E JOVEM

Debate foca extermínio de adolescentes e jovens nas regiões Norte e Nordeste

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, no dia 22 de novembro, audiência pública com a finalidade de debater os contextos das ocorrências de práticas de extermínio contra adolescentes e jovens com foco no Norte e no Nordeste do Brasil. O evento foi requerido pelos deputados Arnaldo Jordy (PPS-PA) e Luiz Couto (PT-PB).

O Mapa da Violência de 2012 mostrou novos padrões da mortalidade juvenil. De 2000 a 2010, a mortalidade juvenil quase duplicou. O relatório revelou, ainda, que, em 1980, aproximadamente 52,9% dos jovens morriam por conta das chamadas “causas externas”, que podem ser consideradas homicídios, mortes no trânsito e ocorrências violentas. Passados trinta anos, o índice de mortalidade juvenil por causas externas alcançou 73,2%.

Especialistas apontam que práticas de extermínio estão intimamente relacionadas ao crime organizado, ao narcotráfico ou ao simples uso de drogas, e tem se concentrado nas grandes capitais. Desde 2005, quando da publicação do Relatório da CPI *Extermínio no Nordeste*, a ação criminosa das milícias privadas e dos grupos de extermínio em toda a Região Nordeste tem se intensificado.

Além da questão do extermínio, há ainda o aumento potencial de jovens ameaçados. Tal situação demonstra a fragilidade dos órgãos de defesa e as limitações dos programas de proteção.

Foram extraídas do evento as seguintes conclusões e encaminhamentos:

- Acompanhamento de forma permanente as implementações das recomendações de relatórios das CPIs;
- Solicitação ao CDDPH de relato de casos de crimes de extermínio;
- Avaliação da legislação específica para combater o fenômeno do extermínio de jovens;
- Recomendação ao Poder Judiciário e ao Conanda da criação de varas especializadas;

- Ampliação, pelo CNJ, de sua atuação junto aos Tribunais nos estados para estimular ações contra o extermínio de jovens.

Participaram, como expositores do referido evento, os convidados: deputado Luiz Couto - Relator da CPI de Extermínio do Nordeste; deputado Arnaldo Jordy - Presidente da CPI do Tráfico de Pessoas; Sra. Ana Celina Hamoy - Coordenadora do CEDECA - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente de Emaús em Belém-PA; Sra. Angélica Goulart - Representante da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Sra. Valdênia Paulino Lanfranchi - Ouvidora de Polícia da Secretaria de Segurança e Defesa Social da Paraíba; Sra. Cristina Gross Villanova - Diretora do Departamento de Política para Criança e Adolescente do Ministério da Justiça; Dr. Luciano Mariz Maia - Procurador Federal dos Direitos do Cidadão Adjunto; Dr. Júlio César Fernandes dos Santos - Delegado da Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal.

Seminário debate proteção da criança frente ao consumismo

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, no dia 9 de agosto, o 1º Seminário Infância Livre de Consumismo. A mesa de debates na parte da manhã abordou a proteção da criança frente aos apelos de consumo, enquanto a da tarde focou na publicidade dirigida ao público infantil.

Com o slogan *“Por uma proteção legislativa da criança frente aos apelos mercadológicos”*, o evento colocou em pauta no Congresso Nacional um tema da agenda contemporânea dos direitos da criança e do adolescente. “Como pessoas ainda em processo de formação, as crianças são mais vulneráveis. Elas – e, por extensão, suas famílias - estão expostas aos interesses que se expressam por meio do universo do marketing e da publicidade”, argumentam os deputados que requereram a realização dos debates.

“O discurso mercadológico dirigido à criação de desejos de consumo entre as crianças é feito por adultos altamente especializados, dotados de capacidade econômica e instrumental midiático, contra os quais a comunidade, a família e a própria criança estão indefesas”, explica a deputada Érika Kokay (PT-DF).

Essa realidade levou os países de democracia consolidada a criar legislações que buscam o equilíbrio nessas relações de consumo. É um movimento inclusive nos países que mais valorizam a livre iniciativa e ganham com a globalização econômica, como os Estados Unidos da América e países europeus – dotados de legislação protetiva, ainda inexistente no Brasil.

O presidente da CDHM, Domingos Dutra (PT-MA), lembra que “nosso país já tem massa crítica, conhecimento acumulado, experiências de debate e mobilização

capazes de gerar um diálogo de alto nível que venha a resultar numa proteção legislativa da criança frente a esses apelos, sem que isso represente ameaça à liberdade de expressão”.

O seminário teve a parceria do Instituto Alana, organização não-governamental sem fins lucrativos, que trabalha em várias frentes em prol do desenvolvimento pleno da criança em um ambiente de bem-estar. O Instituto Alana atua com projetos inovadores em educação infantil, formação de educadores e conscientização da sociedade.

Participaram, como expositores da primeira mesa, os deputados Domingos Dutra, Luiza Erundina (PSB-SP); coordenadora da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito a Comunicação com Participação Popular; a Senadora Marta Suplicy (PT-SP); o deputado Osmar Terra, da Frente Parlamentar da Primeira Infância; Liliam Sá (PSD) e Erika Kokáy (PR), coordenadoras das Frentes Parlamentares em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Sandra Maria Francisco de Amorim, representante do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Na segunda mesa, sobre a proteção especial e integral da infância frente aos apelos de consumo, participaram a Senadora Marta Suplicy; a Sra. Inês Vitorino, professora e coordenadora do Grupo de Pesquisa da Relação Infância, Adolescência e Mídia, da Universidade Federal do Ceará; a Sra. Isabella Henriques - Diretora de Defesa e Futuro do Instituto Alana; Sra. Ana Cláudia Bessa, do Coletivo de Mães pela Infância Livre de Consumismo; Sra. Sandra Maria Francisco de Amorim, do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Sr. Ilan Brenman, Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo, escritor, palestrante, consultor, formador de professores e contador de histórias, com dezenas de livros publicados e Sra. Vanessa Anacleto, mãe integrante do Coletivo Infância Livre de Consumismo

Para a mesa sobre Publicidade de Alimentos direcionada ao público infantil, participaram o deputado Lincoln Portela (PR-MG), da Frente Parlamentar de Combate à Obesidade; Sra. Elizabetta Recine, professora da Universidade de Brasília e Conselheira do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA; Sr. Rafael Sampaio, da ABA – Associação Brasileira de Anunciantes; Sr. José Valdenor Queiroz Júnior, procurador Distrital dos Direitos do Cidadão; Sr. Marcos Vinícios Aguiar Macedo, do Grupo de Trabalho de Comunicação Social do Ministério Público Federal; e Sra. Ana Claudia Bessa, mãe integrante do Coletivo Infância Livre de Consumismo.

Na mesa sobre Publicidade Infantil e Liberdade de Expressão, a Deputada Luiza Erundina, Sra. Daniela de Melo Custódio, representante da ONG Artigo 19; Sra. Cecília Bizerra, representante do Intervezes; Sr. Ricardo Moretzsohm, representante do Conselho Federal de Psicologia; Sr. Edney Narchi, vice-presidente Executivo do CONAR - Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária; Sr. Veet Vivarta, secretário-executivo da ANDI - Agência de Notícias

dos Direitos da Infância; e Sra. Mariana Machado de Sá, mãe integrante do Coletivo Infância Livre de Consumismo.

Ato público reivindica votação de projeto que limita propaganda dirigida a crianças

A CDHM e a organização não-governamental Alana realizaram ato público na Câmara dos Deputados, no dia 12 de dezembro, em defesa da votação do Projeto de Lei 5.921/2001, que visa defender a criança dos impactos do consumismo em sua formação física e mental.

De autoria do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), o projeto tramita há 11 anos no Congresso Nacional, sendo que na data do ato público, a matéria aguardava parecer do relator na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, da Câmara dos Deputados, deputado Salvador Zimbaldi (PDT-SP), que está com o PL desde 2/3/2011.

O deputado Luiz Carlos Hauly considerou que não é razoável uma matéria com essa relevância para a criança, que deveria receber a prioridade de todos, ficar tanto tempo tramitando, sem que seja votada. “Este projeto não é apenas meu, ele expressa uma vontade ampla na sociedade e no Congresso Nacional”.

O deputado Luiz Couto (PT-PB) afirmou que vai articular com outros parlamentares e movimentos sócias, em 2013, no sentido de colocar o projeto em votação.

No ato público foram apresentadas peças com dez motivos para não expor crianças ao bombardeio da publicidade:

1. *Viola seus direitos*
2. *É imoral e antiético*
3. *Leva à obesidade e sobrepeso*
4. *Não é sustentável*
5. *Erotiza precocemente*
6. *Distorce valores e deseduca*
7. *Estressa a família*
8. *Estimula a violência*
9. *Aproveita-se da ausência dos adultos*

10. Não é fiscalizada por um órgão público.

Uso indiscriminado de remédios para problemas de aprendizagem preocupam psicólogos e médicos

CDHM realizou audiência pública, no dia 11 de julho, para tratar sobre a aplicação de concepções “organicistas” sobre distúrbios e transtornos no campo da educação, no tratamento de dificuldades de crianças na escolarização, bem como a consequente utilização em larga escala no Brasil do medicamento Metilfenidato, tarja preta.

O evento atendeu ao requerimento 115/2012, da Deputada Érika Kokay (PT-DF) e do deputado Domingos Dutra (PT-MA), e participaram, como expositores, a Sra. Maria Aparecida Moisés - Professora do Departamento de Pediatria da UNICAMP; Sra. Marilene Proença - Conselheira do Conselho Federal de Psicologia; Sra. Roseli Fernandes Caldas – Representante da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional-ABRAPEE; e o Sr. Ricardo César Carafa – Representante do Ministério da Saúde – Consultor da Saúde da Criança do Ministério da Saúde.

O Conselho Federal de Psicologia e o Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, constituído por 32 entidades acadêmicas, profissionais e de promoção da cidadania, alertaram para o avanço, desde o ano 2000, de explicações “organicistas”, ou seja, centradas em distúrbios e transtornos no campo da educação para explicar dificuldades de crianças na escolarização. Embora reconheçam a importância de tratamentos com esse foco, os especialistas alegam, porém, que aplicados no campo da educação, estão levando a uma preocupante medicalização excessiva de crianças e adolescentes.

Os dados sobre utilização de metilfenidato, droga controlada, tarja preta, e que pode provocar reações adversas, frequentes e graves, ministrada a crianças e adolescentes por médicos de várias especialidades com a finalidade de melhorar os sintomas de TDAH (distúrbio que não raramente está acoplado aos diagnósticos de dislexia), por exemplo, teve um aumento de venda de 71.000 caixas em 2000 para 2.000.000 de caixas em 2010 (dados do IDUM – Instituto de Defesa de Usuários de Medicamentos). Este dado coloca o Brasil como o segundo maior consumidor mundial de metilfenidato.

Na cidade de São Paulo, por exemplo, dados recentes da Secretaria Municipal de Saúde (2011), informam que em 2009 foram comprados 110.300 comprimidos da droga; esse número cresce para 180.000 comprimidos em 2010 e até maio deste ano foram comprados 150.000 comprimidos.

Desta forma a dificuldade de leitura e escrita deixa de levar ao questionamento da escola, do método, das condições de aprendizagem e de escolarização. O foco no direito à educação é abandonado. Passa-se automaticamente a buscar na criança, em áreas de seu cérebro, em seu comportamento manifesto as causas das dificuldades de leitura, escrita, cálculo e acompanhamento dos conteúdos escolares. O resultado é uma espécie de patologização da criança que não aprende ou não se comporta na escola.

“Vemos que para muitos é mais fácil ministrar remédios para estudantes sempre que estes mostram limitações e falhas na sua leitura, na sua escrita ou no seu aprendizado. Deixa-se de lado o questionamento do contexto de aprendizagem. O foco no direito à educação é abandonado sem se levar em conta os problemas futuros que essas crianças terão”, avaliou a Deputada Érika Kokay.

DIREITO À MORADIA

Ação preventiva contra violência em despejo

Em visita a Goiânia, no dia 4 de setembro, os representantes da CDHM mantiveram audiência com o prefeito de Goiânia, Paulo Garcia (PT) sobre a questão do assentamento de moradores do Parque Oeste Industrial, localizada na capital goiana. “Reforçamos as negociações já em curso, pelo Prefeito, Ministério Público e Judiciário em busca de uma solução para o assentamento de moradores dessa comunidade”, explicou o Presidente da CDHM, deputado Domingos Dutra (PT-MA).

Nesse bairro houve, poucos anos atrás, um despejo de cerca de 500 famílias, que resultou em moradores mortos e feridos. “Vamos nos somar no esforço para evitar abusos. O direito humano à moradia tem de ser resolvido com política pública de habitação, e não com violência policial”, defendeu Érika Kokay.

Ato lança campanha pela função social da propriedade urbana

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, no dia 5 de junho, ato público de lançamento da *Campanha pela Função Social da Propriedade Urbana: a cidade não é um negócio, a cidade é de todos nós*, coordenada pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana. O evento também serviu para apoiar mudanças que versam sobre conflitos fundiários, no âmbito do Código de Processo Civil, em tramitação no Congresso Nacional.

Os direitos humanos envolvidos em litígios coletivos pela posse de imóveis urbanos e rurais tem sido desprezados em liminares emitidas por juízes,

frequentemente sem conhecimento suficiente das situações. Os procedimentos legais de reintegração de posse ainda obedecem a uma lógica patrimonialista incompatível com a plataforma contemporânea de direitos coletivos e individuais, já consolidados no Brasil, sobretudo após a Constituição de 1988.

O Pacto Internacional de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, entre outros instrumentos no âmbito da ONU e OEA, também obrigam o Brasil, como parte desses tratados, a considerar direitos e contextos sociais ainda ignorados na prática judicial e mesmo no nosso Código de Processo Civil.

Movimentos sociais atuantes na defesa dos direitos às cidades, por meio da Campanha pela Função Social da Propriedade Urbana, pressionam o Congresso Nacional, em defesa das propostas de emendas ao Projeto de Lei 8.046/2010 acolhidas pelo relator, deputado Zezéu Ribeiro. Tais emendas buscam garantir e proteger direitos de cidadãos pobres às cidades, além do acesso à terra, para viver e produzir.

Para o presidente da CDHM, deputado Domingos Dutra (PT-MA), “essas demandas se referem a diversas dimensões dos direitos humanos que merecem ser apoiadas pela Comissão de Direitos Humanos”. O requerimento do ato público, aprovado pelo plenário da CDHM, foi sugerido pelos deputados Domingos Dutra (PT-MA), Paulo Teixeira (PT-SP) e Zezéu Ribeiro (PT-BA).

Luta pelo direito à moradia no DF recebe apoio da CDHM

A CDHM, representada pela Deputada Érika Kokay (PT-DF) e assessores, realizou diligência no dia 22 de maio na cidade de Ceilândia, no Distrito Federal, para acompanhar a situação de mais de 300 (trezentas) famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que estavam acampadas no local, como forma de lutar pelo direito à moradia.

A delegação visitou o acampamento e analisou as reivindicações do grupo. Em seguida contribuiu nas negociações que levaram ao compromisso do Governo do Distrito Federal. Em razão desse compromisso, os manifestantes dissolveram o acompanhamento dias depois. Segundo o GDF, 600 famílias articuladas ao movimento seriam incluídas na associação representativa das famílias no Programa Morar Bem e iriam receber auxílio emergencial de R\$ 408,00.

A diligência atendeu ao Requerimento 96/2012, de autoria da deputada Érika Kokay.

População em situação de rua é tema de audiência pública na CDHM

A CDHM realizou, no dia 04 de abril, audiência pública para discutir as condições de vida da população em situação de rua no Distrito Federal, bem como as medidas adotadas para o enfrentamento à violência praticada contra esta população.

Participaram, como expositores, a Sra. Ana Lúcia Andrade, representante da Giração – Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no DF; o Sr. Luiz Cláudio Sesário, coordenador do Movimento pela remoção do Albergue de Brasília; o Sr. Alexandre Teixeira Trino, representante do Ministério da Saúde, responsável pela Divisão de Atenção Básica à Saúde; Sra. Sandra Duarte, coordenadora da Equipe de Saúde da Família Sem Domicílio da Secretaria de Saúde do Distrito Federal; o Sr. Welington Pantaleão, representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, responsável pela pauta sobre políticas públicas relativas à população em situação de rua; o Sr. Daniel Seidel, secretário da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho do Governo do Distrito Federal; o Sr. Jacinto Mateus, representante do Fórum Nacional de Pessoas em Situação de Rua.

A audiência foi requerida pela Deputada Erika Kokay.

PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Audiência busca articulação com movimentos sociais

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, no dia 18 de abril, audiência pública com a finalidade de promover a articulação com entidades de trabalhadores e movimentos sociais e definir uma agenda comum de promoção dos direitos humanos e da cidadania.

As avaliações convergiram para o entendimento de que a classe trabalhadora brasileira tem sido vítima frequente de violações de direitos humanos, mas tem sido também pilar das lutas que tem garantido avanços nessa mesma pauta de direitos. As mobilizações das últimas décadas no Brasil demonstram essa capacidade de conquistas, como ocorreu, por exemplo, durante a Assembleia Nacional Constituinte e nas das marchas setoriais a Brasília, que geraram resultados importantes.

O presidente da CDHM, deputado Domingos Dutra, explicou na ocasião que o objetivo do diálogo plural da Comissão de Direitos Humanos e Minorias com

organizações representativas dos trabalhadores é promover uma concertação capaz de promover avanços reais na cidadania e nos direitos humanos dos brasileiros.

O evento contou com a participação dos expositores Sr. Sérgio Ronaldo da Silva, representante da CONDISEF - Confederação dos Servidores Públicos Federais; Sra. Adriana Borba Fetzner, representante da CONTAG; Sr. Saulo Arcangeli, representante da CONLUTAS; Sr. André Luiz dos Santos, representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar; Sr. Marcelo Lavenere, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Sr. Paulo Maldos, representante da Secretaria de Articulação Social da Presidência da República; Sr. Saulo Chacon, representante da União Geral dos Trabalhadores - UGT; Sr. Gabriel Faria Oliveira, presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais - ANADEF; Sr. Jô Queiroz, representante do Sindicato dos Servidores Públicos no DF; e Sr. Cláudio da Costa, representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP.

Comissão cumpre agenda de promoção de direitos humanos no Rio

Um amplo programa de promoção dos direitos humanos levou a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) ao Rio de Janeiro de 12 a 14 de abril de 2012. A Comissão estava representada pelos deputados Domingos Dutra, Erika Kokay e Jean Wyllys.

A primeira atividade foi o lançamento do livro *Ao pé do muro*, de Cesare Battisti, ex-ativista político italiano hoje reconhecido como refugiado político no Brasil. A obra apresenta o olhar do autor sobre o Brasil de dentro dos muros do cárcere. O debate no lançamento da obra focou a trajetória de Battisti, acusado por crimes políticos dos quais ele sempre negou a autoria e a impossibilidade fática, atribuindo a tentativa de deportação dele para a Itália como retaliação da direita daquele país. Mas foi além ao debater a importância do instituto do refúgio político para a garantia dos direitos humanos civis e políticos.

Campanha pelo casamento civil igualitário – A representação da CDHM participou também do lançamento da campanha coordenada pelo deputado Jean Wyllys pelo direito de qualquer casal, incluindo os homossexuais, ao casamento civil igualitário.

Também foi realizada entrevista coletiva dos deputados com correspondentes da imprensa estrangeira creditada no Brasil. Realizada no Centro Cultural Banco do Brasil, destacou a campanha pela votação da PEC 438, que criminaliza o trabalho escravo, e as atividades da CDHM em defesa da memória e da verdade sobre as violações de direitos humanos durante a ditadura de 1964.

No mesmo período foi realizado encontro com núcleo de artistas identificados com os Direitos Humanos, na qual foi articulada mobilização em prol da aprovação da PEC contra o trabalho escravo.

Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão presta contas ao público em evento na CDHM

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou audiência pública no dia 13 de dezembro, para prestação de contas ao Parlamento e à sociedade civil pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) na promoção, proteção e defesa dos direitos humanos.

O Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Dr. Aurélio Veiga Rios, enumerou os temas em que a PFDC atua, no sentido de zelar pelo efetivo respeito pelos poderes públicos e em prol dos serviços de relevância pública: “acessibilidade/inclusão da pessoa com deficiência, alimentação adequada, comunicação social, criança e adolescente, direito à memória e à verdade e à informação, direitos reprodutivos, educação, igualdade/não discriminação, pessoa idosa, saúde mental, segurança pública, sistema prisional, terra/reforma agrária e tráfico de pessoas”.

“A PFDC tem sido parceira natural da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Ambas resultaram dos avanços da Constituição de 1988 que estruturaram o estado para promover os direitos humanos e a cidadania. Ambas dialogam de forma permanente com a sociedade civil e contribuem na mediação de conflitos. Por isso recebemos muito bem a proposta inovadora da PFDC de apresentar sua prestação de contas numa audiência da CDHM”, afirmou o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Domingos Dutra.

Participaram, como expositores, os convidados Dr. Aurélio Veiga Rios - Procurador Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal; Dr. Oswaldo José Barbosa Silva - Procurador Federal dos Direitos do Cidadão Adjunto do Ministério Público Federal; Sr. Alexandre Ciconello - Representante da Plataforma Dhesca Brasil; Sr. Carlos Eduardo da Cunha Oliveira - Conselheiro-Chefe da Divisão de Direitos Humanos do Itamaraty; Sra. Ivanilda Maria Figueiredo Lyra Ferreira - Assessora do Gabinete da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

CDHM emite moção em apoio à autonomia funcional e administrativa das Defensorias Públicas

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados do Brasil vem manifestar apoio às Propostas de Emenda à Constituição 98 e 100 de 2011, ambas com o mesmo objetivo: conferir autonomia funcional e administrativa à Defensoria Pública da União e do Distrito Federal. A justificativa das propostas

fundamenta-se na necessidade de se conferir à Defensoria Pública da União o mesmo tratamento já dispensado às defensorias Estaduais, que gozam de autonomia administrativa e funcional desde 2004, quando da publicação da Emenda Constitucional nº 45.

As PECs 98 e 100 passaram pela CCJC em dezembro de 2011, obtendo parecer pela admissibilidade e agora aguardam a criação de uma comissão temporária. As propostas pretendem modificar o artigo 134, já alterado pela Emenda Constitucional n. 45 de 2004. O dispositivo conta atualmente com seguinte redação:

Art. 134 - A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do Art. 5º, LXXIV.

§ 1º - Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais. (Alterado pela EC-000.045-2004)

§ 2º Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º. (Acrescentado pela EC-000.045-2004)

Conforme já destacado pelo parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a redação do caput do art. 134 da Constituição Federal deixa claro o caráter uno e indivisível que o legislador originário quis conferir à Instituição Defensoria Pública; ou seja, afigura-se clara a inconstitucionalidade advinda da EC n. 45, que, ao acrescentar o parágrafo 2º ao art. 134, atribuiu, sem razão, autonomia funcional e administrativa apenas ao ramo estadual da Defensoria Pública.

É imperioso ressaltar que o fortalecimento da Defensoria Pública é essencial para garantir o acesso à justiça de uma parcela significativa da população brasileira, que não dispõe de recursos para arcar com os custos de honorários advocatícios. Não se pode olvidar que a ONU consagrou, em 1948, o direito fundamental de acesso à justiça, por meio da Declaração Universal de Direitos Humanos.

Ademais, o Supremo Tribunal Federal já destacou a significativa importância jurídico-constitucional e político-social da Defensoria Pública, ressaltando que, enquanto instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, qualifica-se como instrumento de concretização dos direitos e das liberdades de que são titulares as pessoas carentes e necessitadas (conforme julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2.903, Rel. Ministro Celso de Mello, DJ de 19.9.2008).

Além da falta de autonomia, a Defensoria Pública da União encontra uma barreira na falta de estrutura e no baixíssimo número de defensores públicos federais em atividade - 489, no total – que está muito aquém da demanda já existente para o órgão. Nesse ponto, é de se dizer que, a par de existirem atualmente menos de 500 defensores públicos federais, há no país 7970 Advogados públicos federais para defender a União, 1698 membros do Ministério Público da União, 3574 Juízes do Trabalho e 1775 Juízes federais, o que revela a urgente necessidade de se estruturar efetivamente a Defensoria Pública da União.

Registre-se, ainda, que, quanto à Defensoria Pública da União, o Estado brasileiro encontra-se não só em dívida com a sua população, mas também, agora, com a Organização dos Estados Americanos (OEA), que por meio da Resolução AG/RES. 2656 (XLI-0/11), reconhece o acesso à Justiça como um direito fundamental, recomendando a adoção de medidas que garantam a independência e a autonomia para a Defensoria Pública.

Um Brasil sem miséria necessariamente passa pela garantia dos direitos fundamentais. Ou seja, enquanto não houver assistência jurídica integral e gratuita para todos os brasileiros e, conseqüentemente, obediência ao direito constitucional de acesso à justiça, não se poderá falar em um Estado verdadeiramente Democrático e de Direito.

Por fim, é patente a urgência em se corrigir a falha existente na Carta Magna (artigo 134, §2º) por meio das PECs 98 e 100 de 2011, de forma que não só o ramo estadual da instituição, mas também a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal possuam autonomia funcional, administrativa e iniciativa de sua proposta orçamentária. Esse é o caminho para o fortalecimento da instituição e, conseqüentemente, para a efetivação dos direitos humanos da parcela mais pobre do País.

Brasília, 20 de março de 2012

Especialista estrangeira profere conferência sobre humilhação, dignidade e direitos humanos

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) recebeu, no dia 5 de junho, a professora doutora Evelin Lindner, da Universidade de Oslo, na Noruega, que proferiu uma conferência sobre *Humilhação, Dignidade e Direitos Humanos*, tema no qual é considerada uma das principais especialistas no mundo, sendo autora de obra referencial na área. A conferência teve o apoio da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados.

O evento destinou-se a jogar luz sobre um assunto com múltiplas incidências nos direitos humanos. A humilhação está associada à tortura, ao abuso sexual, a todos os tipos de assédio, preconceitos e arbitrariedades contra grupos sociais e

indivíduos vulneráveis. O fenômeno está presente nas relações familiares, no mundo do trabalho e na vida social.

A humilhação vem sendo empregada como arma de guerra em conflitos armados, sobretudo conflitos que se fundamentam em rivalidades étnicas. Foi o caso da Bósnia, da Somália e nos escabrosos episódios que envolveram soldados americanos e presos de guerra em Abu Ghraib, no Iraque. A violação da dignidade humana e o emprego da humilhação, inclusive a prática do estupro em massa, têm se tornado lugar comum nos conflitos armados internacionais.

Dra. Evelin Lindner veio ao Brasil num momento em que a agenda do país destaca a instalação de comissões da verdade, do resgate da memória histórica e a demanda por justiça sobre as violações de direitos humanos por agentes do Estado na ditadura de 1964 destacam-se na agenda nacional, com a instalação da Comissão Nacional da Verdade e os trabalhos da Comissão Parlamentar Verdade, Memória e Justiça (vinculada à CDHM). A pesquisadora abordou a questão da tortura nos processos políticos como no caso da ditadura civil-militar.

A conferencista já publicou quatro obras sobre o assunto. Seu livro “Fazendo inimigos: humilhação e conflito internacional”, lançado em 2007 nos Estados Unidos, foi considerado pela revista “Choice” como uma das mais importantes contribuições acadêmicas ao estudo dos Direitos Humanos. Evelin Lindner é doutora em medicina e em psicologia. Fundadora da organização Human Dignity and Humiliation Studies, é pesquisadora da Universidade de Oslo desde 1997, atuando também da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, e na Maison des Sciences de l’Homme, na França.

Relatório da sociedade civil mostra situação de direitos humanos no Brasil

A CDHM realizou audiência pública no dia 29 de novembro para o lançamento e debate em torno do relatório *Direitos Humanos no Brasil: Diagnósticos e Perspectivas, vol. III*. A série desses relatórios tem se consolidado como uma das mais importantes fontes de conhecimento sobre a evolução na área, principalmente no que diz respeito aos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

A iniciativa, que tem o apoio da CDHM desde seu início, em 2004, é coordenada pelas seguintes redes e entidades: Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Processo de Articulação e Diálogo entre as Agências Ecumênicas Europeias e Parceiros Brasileiros (PAD), Parceiros de MISEREOR no Brasil e Plataforma Brasileira de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhesca Brasil).

A publicação tem como finalidade contribuir no monitoramento político da situação concreta dos direitos humanos, com enfoque nos sujeitos de direitos. Neste sentido o foco não é analisar determinadas políticas ou aspectos orçamentários específicos, mas um estudo analítico-político mais abrangente, podendo conter estudos de casos, denúncias e recomendações, tentando circunscrever o período de 2007 até 2012.

A primeira parte do relatório aborda aspectos gerais dos direitos, com reflexões gerais e transversais, sob os títulos Direitos Humanos no Brasil; Democracia e Participação Popular; Desenvolvimento; Diversidade e Discriminação; Políticas Públicas e Direitos Humanos; Criminalização dos movimentos e lutas sociais; Participação e Controle Social; Violência e Garantia de Direitos; Territorialidade e luta por Direitos.

A segunda parte versa sobre enfoques específicos, buscando articular direitos e sujeitos específicos sob os títulos Meio Ambiente; Água; Alimentação; Cidade; Educação; Comunicação; Memória, Justiça e Verdade; Liberdade de Expressão, Culto e Religião; Direitos sexuais e Direitos reprodutivos; Saúde; Terra; Acesso à Justiça; Segurança Pública; Trabalho e Renda; Trabalhadores; Criança e Adolescente; LGBT; Afrodescendentes; Migrantes; Mulheres; Povos indígenas; Pessoas com deficiência; Populações encarceradas; Populações tradicionais; Idosos; Populações de rua.

A elaboração dos 35 textos que compõem o relatório contou com a contribuição de autores ligados às organizações e entidades sociais e à academia, constituindo-se uma mescla entre perspectivas prática, a partir da experiência cotidiana, e a pesquisa, numa perspectiva acadêmica. O prefácio é assinado pelo ex-ministro Paulo Vannuchi.

O deputado Domingos Dutra considerou o relatório “um instrumento importante de monitoramento dos direitos humanos no país, oferecendo informações, denúncias e análises sobre uma ampla gama de temas e uma rica plataforma de lutas em busca da garantia e realização dos direitos humanos no Brasil.”

Participaram, como expositores, do evento, a Sra. Ivanilda Maria Figueiredo de Lyra, representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Sra. Joisiane Gamba, coordenação do Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH; Sr. Oswaldo José Barbosa Silva, representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – MPF/PFDC; e Sr. Daniel Rech, representante de parceiros da ONG MISEREOR no Brasil.

DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO

Movimentos propõem fundo para sanar danos da mineração

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) realizou, no dia 3 de maio, audiência pública para debater a proposta de criação de fundos sociais comunitários da mineração.

De acordo com o Requerimento nº. 95 /2012, de autoria do deputado Domingos Dutra (PT-MA), o código de mineração a ser enviado pelo governo ao Congresso Nacional deverá considerar “os interesses e direitos humanos das populações atingidas pelos impactos sociais e ambientais gerados pelo setor, desde a mina até o porto, passando pelas vias de escoamento do minério”.

Dutra lembra que “este é, sim, um assunto de direitos humanos, em razão dos fortes impactos gerados pela a exploração mineral e o desequilíbrio entre benefícios e danos causados pela atividade. É preciso legislar para corrigir essas injustiças e desequilíbrios que se repetem nos grandes projetos de infraestrutura”.

Um exemplo é o corredor Carajás, que corta 23 municípios no Maranhão e quatro no Pará, por onde as composições transportaram em 2011 cerca de 465 milhões de toneladas úteis de minério de ferro para embarque no terminal ferroviário de Carajás, município de Parauapebas-PA. A pobreza e os péssimos indicadores sociais dessa região atestam o desequilíbrio da relação.

A proposta dos fundos da mineração está sendo apresentada por um conjunto de organizações com atuação em direitos humanos, defesa do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, além de articuladores de movimentos sociais das comunidades atingidas. Junto com pesquisadores universitários, essas organizações propõem um debate que considere estrutura de financiamento, foco geográfico, mecanismos de participação e gestão. Na audiência pública, foi apresentado estudo comparativo das experiências do tipo em vários países.

Presidente da CDHM, o deputado Domingos Dutra avalia que o código de mineração em vigor é de um tempo em que não havia uma cultura de garantia de contrapartidas às comunidades por danos causados por grandes projetos econômicos. “Hoje não é mais possível ignorar os movimentos dos atingidos, nem propostas construtivas, como essa de se criar os Fundos Sociais Comunitários da Mineração”.

Participaram do referido evento, como expositores, os convidados: Sr. Rodrigo Salles Pereira dos Santos, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG; Sr. Cláudio Scliar, secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia; Sr. Valério Vieira, representante do Sindicato Metabase de Congonhas/MG; Sr. Guilherme Zagalo, representante do Projeto

Justiça nos Trilhos e deputado Padre Ton, presidente da Comissão Especial destinada a discutir o PL 1610/96 - Exploração de Recursos em Terras Indígenas e 2º vice-presidente da CDHM.

Comissão investiga denúncias de violações em obras de hidrelétricas de Rondônia

Em cumprimento ao Requerimento nº. 26/2012, de iniciativa dos deputados Domingos Dutra e Padre Ton, a Comissão realizou diligência nos canteiros de obras das usinas hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio, ambas no Rio Madeira, em Rondônia, para verificar denúncias de violações aos direitos humanos dos atingidos por barragens, indígenas, ribeirinhos, trabalhadores e lideranças eclesiais. As visitas foram realizadas no dia 22 de março de 2012.

Participaram da diligência, além dos Deputados Domingos Dutra e Padre Ton, presidente e 2º vice-presidente da CDHM, respectivamente, a assessora técnica da CDHM, Rosiana Queiroz, Jair Bruxel, assessor do deputado Padre Ton, e os defensores públicos Tiago Mito e Renato Torres, da Defensoria Pública da União em Rondônia.

Economia solidária é objeto de audiência pública na Câmara

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias, a Comissão de Legislação Participativa e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária realizaram audiência pública, no dia 7 de novembro, para tratar da “Agenda Legislativa da Economia Solidária”.

O evento contou com a participação de representantes do poder Executivo e da sociedade civil, além de parlamentares da Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária. Também compuseram a mesa, como expositores, Carlos Alencar, do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis; Sônia Braz, e representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. O evento foi fruto do requerimento 185/12, de autoria do deputado Domingos Dutra.

Na ocasião, foi realizada uma homenagem ao professor Paul Singer, renomado economista e professor, pelo seu aniversário de 80 anos. Austríaco, naturalizado brasileiro, Singer, que ocupa atualmente o cargo de Secretário Nacional de Economia Solidária, tem prestado notável contribuição à formulação teórica do tema.

O economista analisou que os resultados obtidos pela Secretaria e pelo movimento de economia solidária são decorrências de um processo de “produção

intelectual coletiva”. Ele disse ser inaceitável existir pobreza em um país rico, mas comemora os avanços da economia solidária. “O fundamental é que nós estamos conseguindo coletivamente, de uma forma democrática, reconquistar alguma coisa que nos foi tirada”.

A deputada Érika Kokay, que presidia a reunião, argumentou que o processo de economia solidária contribui para tornar o cidadão parte de toda a cadeia produtiva, “criando novas formas horizontais, igualitárias, de construir uma nação que caiba todo mundo”.

A audiência abriu espaço para o debate sobre a contribuição desse tipo de economia para um desenvolvimento baseado na sustentabilidade e em metas distributivas de recursos. Ou seja, uma plataforma para o fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, capaz de preservar a natureza e redistribuir os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos seus resultados.

Lideranças de empreendimentos que operam nos paradigmas da economia solidária e membros do Fórum Brasileiro de Economia Solidária falaram sobre experiências interessantes que estão ocorrendo em todas as regiões do país, indicando que essas iniciativas estão em expansão, mas dependem da continuidade do apoio de agências governamentais. “O apoio que é considerado natural para empresas que operam nos padrões da propriedade privada tem de ser natural também para essas organizações de propriedade coletiva”, defendeu o deputado Paulo Teixeira (PT-SP), coordenador do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Para o vice-presidente da Comissão de Legislação Participativa, deputado Dr. Grilo, é preciso avançar muito ainda no tema da economia solidária. Ele analisa que é preciso conscientização das pessoas para a questão. “Na economia solidária não existe patrão ou empregado, há um grupo de pessoas voltadas para um objetivo comum”, argumentou o deputado mineiro.

Lideranças de empreendimentos que operam nos paradigmas da economia solidária e membros do Fórum Brasileiro de Economia Solidária falaram sobre experiências interessantes que estão ocorrendo em todas as regiões do país, indicando que essas iniciativas estão em expansão, mas dependem da continuidade do apoio de agências governamentais. “O apoio que é considerado natural para empresas que operam nos padrões da propriedade privada tem de ser natural também para essas organizações de propriedade coletiva”, defendeu o deputado Paulo Teixeira (PT-SP), coordenador do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

O Pacto Internacional dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, patrocinado pela ONU, do qual o Brasil é signatário, consagra as iniciativas voltadas para a busca dessas alternativas de independência econômica,

sobretudo quando acompanhadas do desenvolvimento social, afirmação cultural e preservação do meio ambiente.

A reunião contou com a participação de algumas autoridades que prestaram sua valiosa contribuição aos debates, a exemplo dos seguintes parlamentares: deputada Erika Kokay – Presidente em exercício da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Dr. Grilo – 1º Vice-Presidente da Comissão de Legislação Participativa, deputado Padre Ton e deputado Bohn Gass.

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

CDHM debate os entraves e soluções para as questões étnico-raciais no Brasil

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, no dia 8 de maio, audiência pública para tratar dos entraves e soluções para as questões étnico-raciais no Brasil, em especial dos negros, índios e ciganos.

A presidente da Fundação Santa Sara Kali, entidade de ciganos, Mirian de Siqueira, afirmou que os ciganos também começam a se organizar para defender o seu direito de ir e vir. “O cigano não quer a posse da terra; ele quer o direito à liberdade”, destacou. Ela defendeu ainda que o governo edite decreto considerando a barraca do cigano inviolável, assim como são hoje os domicílios. “A barraca é a casa dos ciganos”, ressaltou.

Andrea Araújo, representante da Organização Internacional do Trabalho no Brasil (OIT), destacou durante a audiência que a convenção 29 da OIT, assinada em 1957 pelo Brasil, prevê o compromisso com a eliminação de qualquer tipo de trabalho forçado. Andrea Araújo defendeu a regulamentação do trabalho doméstico, que representa 19,5% do trabalho feminino no Brasil. Segundo ela, a maior parte das empregadas domésticas é negra.

A representante da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), Maria Conceição Fontoura, ressaltou que o Brasil foi construído sobretudo pelo trabalho de mulheres e homens negros, “que não são respeitados no País”.

Já o presidente da União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), Edson França, afirmou que a extrema pobreza no Brasil, além do racismo, possibilita a existência do trabalho escravo.

Participaram do referido evento, como expositores, os convidados: Sra. Luíza Bairros - Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; deputado Luiz Alberto - presidente da Frente Parlamentar de Igualdade Racial; Sra. Francisca Picanço - Representante da FUNAI; Sr. Richard Torsiano, diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária - INCRA; Sra. Jacira da Silva, representante da Coordenação do Movimento Negro Unificado; Sr. Edson França, presidente Nacional da União de Negros pela Igualdade-UNEGRO-DF; Sra. Evane Lopes Dias Silva, representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas-CONAQ; Sra. Maria Conceição Fontoura, representante da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras - AMNB; Sra. Mirian Stanescon Batuli de Siqueira, presidente da Fundação Santa Sara Kali; Sr. Egom Heck, representante da Coordenação Nacional do Conselho Indigenista Missionário - CIMI; Frei David Raimundo dos Santos, diretor-Executivo da EDUCAFRO; Sra. Andrea Araújo, representante da Organização Internacional do Trabalho - OIT; e Cacique Ukué.

Secretário anuncia em audiência proposta de plano de cotas para negros

O secretário-executivo da Secretaria de Políticas de Promoção à Igualdade Racial (SEPPIR), Mário Lisboa Teodoro, afirmou, em audiência pública no dia 26 de junho, que o órgão deverá entregar à presidente Dilma Rousseff, nos próximos dias, uma proposta de plano nacional de ações afirmativas. Entre as medidas previstas no documento estão cotas para negros em todas as universidades federais, em concursos públicos e em empresas que recebem verbas da União.

O anúncio foi em resposta aos questionamentos de deputados da CDHM sobre a necessidade de geração de oportunidades aos negros no mercado de trabalho. O presidente do colegiado, deputado Domingos Dutra (PT-MA), lembrou que os negros ainda têm as maiores taxas de desemprego e recebem os menores salários, em média.

Para enfrentar o problema, a SEPPIR deve propor medidas específicas em áreas como educação, mercado de trabalho e cultura. De acordo com a proposta de plano nacional, haverá reserva de vagas em cursos de graduação e pós-graduação de universidades federais; no programa Ciência sem Fronteiras, que oferece bolsas no exterior para estudantes brasileiros de graduação e pós-graduação; em concursos públicos, com percentuais variáveis em cada estado; e em empresas privadas que contraiam empréstimos com a União ou participarem de licitações.

Segundo Mário Teodoro, o plano pode ainda estimular, com verbas específicas, a participação de atores negros em filmes e peças teatrais, além de priorizar a destinação de recursos de fundos públicos de apoio à cultura para obras que divulguem a desigualdade racial.

Mais um plano

Apesar do anúncio, o diretor-executivo da organização não governamental Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (EDUCAFRO), Frei David

Santos, acredita que não haverá avanços nas políticas públicas de combate à desigualdade racial tão cedo.

“Esse é mais um de outros vários planos que são apresentados no Executivo, mas esbarram nos ministérios do Planejamento, da Fazenda ou na Casa Civil. A pauta do povo negro continua parada neste governo”, protestou Frei David, durante a audiência pública.

Disparidade

Na audiência, a técnica em Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) Fernanda Lira Góes mostrou dados para evidenciar a disparidade entre brancos e negros no mercado de trabalho. De acordo com o IPEA, a taxa de desemprego das mulheres negras é a pior de todos os segmentos da sociedade: 12%. Os homens brancos, por sua vez, são os mais empregados (taxa média de desemprego de 5%).

Além disso, ressaltou a técnica, mesmo quando os negros têm empregos equivalentes aos dos brancos, os salários são menores. Conforme levantamento de 2009, as trabalhadoras domésticas negras recebiam 13% menos que as domésticas brancas.

Espaço para negros nas empresas

Segundo o diretor de Relações Institucionais da Federação dos Bancos Brasileiros (FEBRABAN), Mário Sérgio Vasconcelos, essas divergências vêm sendo combatidas no setor bancário, pelo menos. Ele informou que, entre junho de 2011 e março de 2012, os 14 maiores estabelecimentos bancários do País contrataram 10 mil pessoas. Desse número, 5,9 mil são negros. “O crescimento proporcional dos profissionais negros tem sido contínuo e sem recuos”, assegurou.

As contrações ocorreram após o diálogo pela diversidade racial nos bancos brasileiros, processo de negociação promovido pela CDHM com participação de entidades do movimento negro, Ministério Público do Trabalho, FEBRABAN e IPEA, entre 2007 e 2009. A entidade representativa dos bancos comprometeu-se, na época, a contratar trabalhadores negros até atingir uma proporção equivalente a sua parcela da força de trabalho. Embora a desigualdade continue, houve certo avanço entre as instituições bancárias.

Frei David, que pediu medidas específicas de contratação de negros, afirmou que “é duro ver o que ocorre todo dia: em uma seleção para dez profissionais, sendo 80 candidatos negros e 20 brancos, os dez selecionados estão entre os brancos. Isso não pode continuar”, sustentou. O deputado Domingos Dutra também defendeu a política de cotas nas empresas: “Já há cotas para deficientes, para mulheres nos partidos, para negros em universidades. É justo que haja também nas empresas, uma vez que os negros representam mais da metade da população brasileira”.

Além de Dutra, solicitaram o debate os deputados Luiz Alberto (PT-BA), Luiz Couto (PT-PB) e Janete Rocha Pietá (PT-SP).

Deputados conferem denúncias de violências contra comunidade Quilombola em área disputada com a Marinha

A CDHM realizou, em 4 de junho de 2012, diligência no Quilombo Rio dos Macacos, localizado entre Salvador e Simões Filho (BA), bairro de São Tomé do Paripe, para apurar denúncias de abusos e uso de violência pela Marinha contra moradores do quilombo. Os deputados ouviram relatos de ameaças, agressões a moradores e cerceamento do direito de ir e vir dentro dos limites da Base Naval. A comitiva foi formada pelos deputados Domingos Dutra (PT-MA), Severino Ninho (PSB-PE), Luis Alberto (PT-BA), membros da CDHM; e Amauri Teixeira (PT-BA) e Valmir Assunção (PT-BA). A atividade atendeu ao Requerimento nº. 007/2012.

Durante a visita, o presidente da CDHM, deputado Domingos Dutra, declarou que se tratava de uma violação de direitos dos quilombolas. “Vamos pegar essa documentação [dossiê apresentado pelos quilombolas e Defensorias Públicas, do Estado e da União] e, se for necessário, vamos mandar para a Comissão de Direitos Humanos da OEA e a Comissão de Direitos Humanos da ONU”.

Para o deputado Luiz Alberto (PT-BA), presidente da Frente Parlamentar Mista pela Igualdade Racial e em Defesa dos Quilombolas, da Câmara dos Deputados, “estamos chocados com essa situação que, pelos depoimentos que ouvimos aqui, caracteriza-se violação de direitos humanos, “temos de oficiar à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, para que a ministra Maria do Rosário também atue em relação a esses fatos”.

O comandante do 2º Distrito Naval, responsável pela Base Naval de Aratu, vice-almirante Antônio Fernando Monteiro Dias, negou as acusações de violência contra quilombolas: “afirmo com veemência que não agredimos qualquer pessoa”. Disse que a área em disputa é estratégica para a Marinha e a manutenção dos moradores inviabilizaria o funcionamento da base militar. O comandante ainda questiona o caráter quilombola das famílias que lá vivem: “A maioria não nasceu ali”, afirmou.

O órgão militar reivindica na justiça a reintegração de posse das terras onde vivem atualmente 48 famílias descendentes de escravos. Por conta da intervenção de parlamentares, movimentos sociais, da Presidência da República e pela luta da própria comunidade, a ação ainda não foi efetivada.

Acordo emergencial

Na ocasião, foi acordado entre o comando da Marinha e os deputados da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara que o patrulhamento dos militares se restringiria ao entorno da área ocupada pela comunidade do Quilombo Rio dos Macacos. A medida emergencial visou a acalmar os ânimos entre militares e moradores até uma solução definitiva do impasse.

A área está em litígio desde 2009, quando a Advocacia Geral da União (AGU) impetrou ação reivindicatória – acatada pela juíza Arali Maciel Duarte, da 10ª Vara Federal – determinando a retirada dos moradores do local. A execução da retirada estava marcada para 4 de março de 2012, mas o governo federal determinou a suspensão do despejo.

“A maioria dessas famílias vive em casebres de taipa ou madeira, sem energia e água corrente, uma condição de miséria que agride nossos olhos e contrasta com a beleza da mata e da praia próxima dali”, disse o deputado Domingos Dutra (PT-MA).

Desde a decisão da Justiça pela saída das famílias da região, os moradores estão proibidos de plantar, pescar, construir ou reformar suas casas. “Nos tiraram a razão de viver, que é trabalhar na terra. A gente vivia com o que plantava aqui”, explicou Rosimeire Silva dos Santos, líder comunitária da região. A proibição de novas construções gera mais tensão na região. Segundo os quilombolas, os moradores estão impedidos de reconstruir muros de contenção destruídos pelas chuvas, muros esses que são essenciais para a segurança dos casebres.

Ações em defesa do Quilombo do Rio dos Macacos

No dia 28 de outubro de 2011, a CDHM recebeu, pela primeira vez, representantes da comunidade Remanescente de Quilombo Rio dos Macacos, que solicitou o apoio da Comissão, pois estava ameaçada de ser despejada de seu território em razão de conflito judicial com a Marinha. Foi solicitada na época a elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), pelo INCRA e a instalação de uma Câmara de Conciliação, já que há interesses sobrepostos entre órgãos federais.

Desde então, a Comissão desempenhou um papel de mediação e negociação, visando a dar conhecimento do conflito às autoridades competentes a cessar a violação de direitos da comunidade praticadas pela Marinha do Brasil e à solução para o conflito territorial no âmbito do Poder Executivo.

Neste sentido, a CDHM expediu ofícios aos Ministérios da Defesa, Justiça e Advocacia-Geral da União, à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, à Secretaria de Promoção de Políticas para Igualdade Racial, à

Secretaria Geral da Presidência da República, à Fundação Cultural Palmares e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

A CDHM ainda aprovou por unanimidade, em março de 2012, o Requerimento nº. 07, que solicita a instalação de uma diligência para averiguar as denúncias de violências contra o Quilombo Rio dos Macacos e acompanhar o conflito territorial instalado com a Marinha do Brasil.

A Comissão também promoveu e participou de reuniões com as pastas governamentais competentes para solução do conflito e com representantes da Comunidade quilombola, destacando-se:

- reunião em 3 de abril, com a participação de representantes do Governo da Bahia, da SEPPIR e a Fundação Cultural Palmares, para ouvir os órgãos responsáveis de atuar no conflito acerca das demandas da comunidade e assim melhor planejar as ações da Comissão;

- reuniões com representantes da Comunidade (3 de abril, 15 e 16 de maio), nas quais denunciaram pressões e agressões por parte da Marinha do Brasil -- ainda que a ação judicial reivindicatória estivesse suspensa --, entregaram o “Dossiê de violação de direitos da Comunidade Quilombola do Rio dos Macacos” e solicitaram aos parlamentares acelerar o diálogo com o Governo Federal. Participaram das reuniões 20 quilombolas, representante das Secretarias Geral da Presidência da República, do INCRA e da SEPPIR.

- audiências com o Ministro da Defesa, Sr. Celso Amorim, (24 de abril e 15 de maio) para ouvir o Ministério e conhecer a proposta do Governo para resolução do conflito territorial.

- reunião com o Ministro da Advocacia-Geral da União, Luiz Inácio Adms, reiterando solicitação à AGU que peticionasse ao Juiz Federal requerendo a desistência da ação reivindicatória que moveu em favor da Marinha do Brasil, tendo em vista que em nenhuma das ações havia sentença transitada em julgado.

- encaminhamento do caso ao Programa Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, que funciona no âmbito da SDH.

- discursos proferidos em plenário informando sobre a violência sofrida pela comunidade e as ações realizadas pela Comissão.

- participação em duas reuniões interministeriais, em 31 de julho e 30 de agosto, sob coordenação da AGU. A representação da comunidade solicitou agilidade na publicação do RTID, pelo INCRA, e recusou a proposta da Marinha de conceder 23 hectares em lugar dos 301 demandados.

- apoio à apresentação de denúncias à OIT e OEA, da Associação Quilombola Rio dos Macacos e diversas entidades da sociedade civil, no dia 24 de julho. O

objetivo foi reforçar, junto aos organismos internacionais, a pressão legítima sobre o Estado brasileiro visando o reconhecimento do território do Quilombo Rio dos Macacos, além da suspensão da reintegração de posse que estava marcada para 1º de agosto de 2012.

Comunidades quilombolas de Rondônia recebem visita e apoio da CDHM

Uma mesa-redonda em Costa Marques (RO), no dia 13 de julho de 2012, culminou as diligências realizadas pela CDHM em Rondônia para debater o andamento dos processos de reconhecimento e demarcação dos territórios quilombolas de Rolim do Moura do Guaporé, Tarumá, Forte Príncipe da Beira, Santa Fé, Pimenteiras D'Oeste, Laranjeiras, Pedras Negras, Santo Antônio e Jesus. Autor do Requerimento nº. 59/2012, o deputado Padre Ton representou a Comissão, que contou, ainda, com a participação de representantes da sociedade civil, dos quilombos e das prefeituras envolvidas. As reivindicações das comunidades foram registradas e encaminhadas com pedidos de agilização dos procedimentos de demarcação.

CDHM analisa os desafios para implementação do Estatuto da Igualdade Racial

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, no dia 21 de novembro, audiência pública para avaliar e gerar propostas para os entraves e gerar propostas de soluções para as questões étnico-raciais no Brasil. O evento abordou diversos aspectos da implementação do Estatuto, atendendo assim a vários requerimentos, abordando temas como as ações afirmativas para promoção de direitos e cidadania de mulheres negras; a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra; a promoção da igualdade de gênero e raça; e a regulamentação dos mecanismos de consulta prévia da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

O evento foi realizado numa data em alusão ao Dia Nacional da Consciência Negra - 20 de novembro, instituído pela Lei nº. 12.288/2010. Participaram, como expositores, o deputado Luiz Alberto – coordenador da Frente Parlamentar Mista pela Igualdade Racial e em Defesa dos Quilombolas; a Sra. Eunice Lea de Moraes, gerente de Projetos da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas - SEPPIR; a Sra. Rose Meire dos Santos Silva, representante da Comunidade Rio dos Macacos; o Sr. Alexandre Ciconello, representante do Instituto Nacional de Estudos Sócio-Econômicos – INESCO, e do Fórum de Entidades Nacionais de

Direitos Humanos; a Sra. Danielle Cronemberger, gerente de Projetos da Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A representante da comunidade Quilombo Rio dos Macacos, Rose Meire dos Santos, denunciou, na ocasião, que a Marinha continuava a agir com violência contra a comunidade, e que o relatório do INCRA sobre o território ainda não tinha sido publicado. Informou que a comunidade não aceitava a proposta do quilombo se restringir a uma área de apenas 21 hectares.

Os requerimentos para o evento foram o de nº. 172/2012 de autoria do deputado Domingos Dutra, nºs. 55 e 58/2012 de autoria da deputada Janete Rocha Pietá (PT-SP); e nº. 138/2012, dos deputados Luiz Alberto (PT-BA), Vicentinho (PT-SP) e Benedita da Silva (PT-RJ).

POVOS INDÍGENAS

Parlamentares visitam área dos Guarani-Kaiowá

Uma representação conjunta do Congresso Nacional, com membros da CDHM, Comissão Externa da Câmara dos Deputados e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal realizou diligências em áreas onde vivem indígenas Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, no dia 10 de dezembro de 2012. Os parlamentares criticaram a "situação precária" em que estão os índios, e comprometeram-se em contribuir para encontrar soluções. Representaram a CDHM as deputadas Érika Kokay (PT-DF) e Janete Capiberibe (PSB-AP).

Os Guarani-Kaiowá reivindicam a regularização de suas terras tradicionais, repassadas a fazendeiros por governos da União e do Estado, décadas atrás. A principal contribuição imediata dos parlamentares foi a destinação de recursos orçamentários da União para indenizar proprietários que ocuparam terras indígenas em boa-fé. A CDHM destinou emenda no valor de R\$ 200 milhões.

“As condições de vida das comunidades indígenas são absolutamente precárias”, constatou a Deputada Janete Capiberibe, acrescentando que “eles não têm atendimento de saúde nem frequentam escolas”.

Os deputados visitaram os índios kaiowás que vivem numa área de dois hectares da Fazenda Cambará, conhecida como Pyelito, nas margens do Rio Hovy, onde vivem cerca de 150 índios. “Em pleno século XXI, seres humanos sendo tratados como bichos, animais”, protestou o presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, deputado Sarney Filho (PV-MA). O senador João Capiberibe (PSB-AP) qualificou como “chocante” a situação: “Fico

constrangidíssimo em ver os índios, que um dia foram donos desta terra, vivendo hoje sem os padrões mínimos de dignidade”.

Os parlamentares defenderam providências imediatas como a facilitação do acesso da Funai à área, além da instalação de um veículo para transporte dos índios. Mas a solução definitiva para o caso, segundo o grupo, envolve a demarcação definitiva da área. Nesse sentido, deputados e senadores comprometeram-se em aprovar emendas ao Orçamento de 2013.

A 1ª vice-presidente da CDHM, deputada Érika Kokay, alertou para a inacessibilidade dos indígenas também a políticas públicas. “Pyelito ilustra isso muito bem, pois é uma região onde se somam conflitos fundiários com falta de serviços básicos de educação, saúde e saneamento, por exemplo. Os fazendeiros dificultam até mesmo a chegada de cestas básicas a alguns grupos indígenas”, explicou.

O drama dos indígenas na região sul do Mato Grosso do Sul começa na década de 1930, quando suas terras originárias foram vendidas ou doadas pela União e pelo estado a proprietários rurais. Boa parte da ocupação aconteceu nos anos de 1970. Índios e antropólogos que trabalham na região indicam que as comunidades indígenas foram confinadas em áreas pequenas e de pior qualidade.

Um estudo antropológico da Funai sobre o caso de Pyelito deve ser finalizado ainda este ano, segundo a autarquia. Estudos preliminares, porém, já mostram que os índios que hoje ocupam parte da Fazenda Cambará, que tem 760 hectares no total, viviam na região e foram deslocados para reservas do estado, muitas com péssimas condições de vida. “O que houve historicamente foi um verdadeiro etnocídio, já que arrancaram os índios de suas terras, que são fundamentais para sua identidade”, disse a deputada Érika Kokay (PT-DF).

O movimento de retorno às terras originais começou por volta de 2006 entre a comunidade de Pyelito e outras da região. Os 150 índios estão na Fazenda Cambará desde agosto de 2011. Do outro lado do rio está a Reserva Sassoró, no município de Tacuru, que oferece alguns serviços básicos de educação e saúde aos índios.

Posição dos fazendeiros

Os fazendeiros da região alegam que as dificuldades por que passam os indígenas hoje se devem à decisão de invadir terras privadas. “Os indígenas vivem nessa situação porque saíram de uma área demarcada e vão para a invasão sofrer essa falta de estrutura”, disse a produtora rural Luana Ruiz aos parlamentares que visitaram Iguatemi.

O argumento, porém, não é válido, de acordo com Érika Kokay: “Muitos fazendeiros realmente encontram-se no local de boa fé. No entanto, nada justifica

a situação de confinamento em que se encontram os índios hoje. Eles têm de permitir o acesso das políticas públicas às comunidades”.

Os índios que vivem no local reclamam que são intimidados e coagidos por seguranças armados na região. “Nós, povo guarani-kaiowá, mesmo com ameaça a tudo, a gente não vai desistir. Já estamos aqui, sem acesso, não podemos plantar ainda neste pedacinho, mas sempre estamos lutando e vamos sempre lutar”, garantiu o líder indígena Ademir Lopes.

Eles também relataram aos deputados e senadores alguns ataques contra líderes indígenas da região que ocorreram até o ano passado. Segundo o procurador da República Marco Antônio Delfino de Almeida, a média de assassinatos nas regiões indígenas é de 14 vezes o índice de alerta da Organização Mundial da Saúde.

Participaram da visita, além dos representantes da CDHM (deputadas Érika Kokay e Janete Capiberibe, os deputados Sarney Filho (PV-MA), Geraldo Resende (PMDB-MS), Penna (PV-SP) e Ricardo Tripoli (PSDB-SP), além dos Senadores João Capiberibe (PSB-AP) e Randolfe Rodrigues (Psol-AP).

CDHM patrocina ato público em solidariedade aos povos indígenas

A CDHM realizou, no dia 12 de dezembro, ato público em solidariedade aos povos indígenas brasileiros e para o lançamento da campanha *Também Sou Guarani Kaiowá*. O evento contou com a presença de uma comitiva com 90 lideranças indígenas de todas as regiões do país, que compareceu ao Congresso Nacional para pedir a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, a aprovação de outras proposições legislativas de interesse dos índios, como o Estatuto dos Povos Indígenas.

A campanha teve a parceria da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Associação Juizes para a Democracia. Na ocasião lideranças indígenas, representantes de organizações não-governamentais e deputados protestaram contra uma proposta que transfere do Executivo para o Congresso a responsabilidade pelo reconhecimento das terras indígenas e de outros povos tradicionais (PEC 215/00). Segundo o presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado Domingos Dutra (PT-MA), “a medida visa a impedir a demarcação de terras e beneficiar empreendimentos privados com interesses em regiões reivindicadas pelos índios”.

“Questiona-se se os índios têm terras demais, mas as terras são imprescindíveis para a preservação da cultura indígena e do meio ambiente”, argumentou o deputado Padre Ton (PT-RO), coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas. A deputada Erika Kokay (PT-DF) acrescentou: “Quando se

impede a comunidade indígena de voltar para sua própria terra, impede-se a própria existência dessa comunidade”.

Territórios

O secretário-executivo do CIMI, Cleber Buzatto, afirmou que a aprovação da PEC 215/00 pode impedir a demarcação de cerca de 700 territórios indígenas. Muitos deles, segundo Buzatto, estão no Mato Grosso do Sul, como é o caso das terras dos Guaranis-kaiowás, etnia ameaçada por despejos judiciais em seus próprios territórios.

O cacique Guarani-Kaiowá, Ládio Veron alertou para a situação em que vive seu povo. “Não suportamos mais viver à beira das rodovias. Os empreendimentos ocupam nossas terras acabam com nossos rios e florestas, envenenam nossas terras. Muitas das nossas lideranças já passaram por aqui reivindicando nossas terras e até hoje nosso problema não foi solucionado”, reclamou o líder.

Apesar das queixas, a assessora parlamentar da Fundação Nacional do Índio (Funai), Ticiano Imbroisi, disse que as aldeias contam hoje com a proteção da Força Nacional e da Polícia Federal.

Na ocasião, a CDHM deu publicidade à seguinte moção:

Moção de apoio à causa indígena

No momento em que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados recebe, nesta data, em ato público de apoio à causa indígena, cerca de 70 lideranças dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul e de diversas regiões do país, além de organizações da sociedade civil, e deles recebe carta com mais de 20 mil assinaturas da campanha Eu apoio a causa indígena, esta Comissão aprova a seguinte Moção de Apoio:

- Pela imediata revogação da Portaria 303, da Advocacia Geral da União (AGU), por se tratar de instrumento jurídico que contraria a Constituição Federal, a Convenção 169 da OIT e a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas;

- Contra a PEC 215 e a PEC 38, ambas com o propósito de transferir para o Congresso Nacional a competência de aprovar a demarcação das terras indígenas, criação de unidades de conservação e titulação de terras quilombolas, medidas estas que colocam em risco as terras indígenas já demarcadas e inviabiliza demarcações futuras;

- *Contra o PL 1610/96, que trata de mineração em terras indígenas, pois esse tema é tratado de forma integrada pelo PL que cria o Estatuto dos Povos Indígenas;*
- *Pela investigação, julgamento e punição dos crimes contra os povos indígenas, especialmente os homicídios de suas lideranças;*
- *Pela aprovação do PL 2057/91, que cria o Estatuto dos Povos Indígenas;*
- *Pela Aprovação do PL 3571/08, que cria o Conselho Nacional de Política Indigenista;*
- *Pela agilização da demarcação de terras e o julgamento de todas as ações em andamento no Supremo Tribunal Federal.*

Esta agenda traduz não só o compromisso com os povos indígenas, mas com princípios, valores e instrumentos internacionais de direitos humanos, além do espírito da Constituição de 1988.

Ao aprovar esta Moção de Apoio, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias declara também sua adesão à Campanha Eu Apoio a Causa Indígena.

Brasília, 4 de dezembro de 2012

*Deputado Domingos Dutra
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias*

*Deputado Padre Ton
Coordenador da Frente Parlamentar de Apoio à Causa Indígena*

*Deputada Janete Capiberibe
Frente Parlamentar de Apoio à Causa Indígena e CDHM*

*Deputada Érika Kokay
Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias*

DIVERSIDADE

IX Seminário LGBT apóia o respeito à diversidade na infância

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, no dia 15 de maio, o IX Seminário LGBT - Respeito à Diversidade se Aprende na Infância-Sexualidade, Papéis de Gênero e Educação na Infância e na Adolescência, em conjunto com a

Comissão de Educação e Cultura e com o apoio da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT e da Frente Parlamentar Mista de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente.

O evento discutiu o tema “Todas as infâncias são esperança”, contando com a participação de autoridades e de diversos estudiosos do tema, bem como de entidades e associações de pessoas cuja orientação sexual se enquadra na sigla LGBT.

O seminário contou com três mesas: “Subjetividades e papéis de gênero” (É possível falar em uma infância e adolescência gay?), “Educação, sexualidade e gêneros” (O que os papéis de gênero têm a ver com a prática do *bullying* nas escolas?) e “Infância, adolescência e estado de direitos” (Como estender as redes de proteção da infância e da adolescência aos meninos e meninas que fogem dos papéis de gênero?).

Os expositores do seminário foram: Sr. João W. Nery – Representante do Movimento LGBT; Sra. Maria Lucia Leal – Sócio-fundadora do CRECIA, Inst. Violes e Lassos/SER e coordenadora da Rede Iberoamericana de Prevenção e Cidadania em Coimbra – Portugal; a Sra. Tatiana Lionço – Professora de Psicologia do UNICEUB; Sra. Miriam Abramovay - Coordenadora da Área de Juventude e Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais; Sr. Alexandre Bortolini – Coordenador adjunto do Projeto Diversidade Sexual na Escola da Pró-reitoria de Extensão da UFRJ; Sra. Lena Franco – Coordenadora do Projeto Escola Sem Homofobia - Instituto Ecos – Comunicação e Sexualidade, Sra. Maria Berenice Dias – OAB/IBDFAM; Sra. Simone Florindo - Coordenadora do Projeto: Direitos Sexuais são Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CEDECA/DF; Sra. Maria Rebeca Otero Gomes – UNESCO; Maria Cláudia Cabral - do grupo Mães pela Igualdade e do Reverendo Márcio Retamero, da Comunidade Betel do Rio de Janeiro

Combate à homofobia deve começar cedo

Conforme avaliação do deputado Jean Wyllys (Psol-RJ), um dos autores do requerimento do seminário, essa discussão é fundamental. “Não adianta enfrentar a homofobia que nos vitima nas ruas, que nos mata, que nos cerceia dos direitos, do acesso aos restaurantes e da expressão pública do afeto se não formos diretamente à origem do fogo, que começa na infância, quando a homofobia nos vitima na relação conosco.”

Entretanto, o assunto é considerado um grande tabu, conforme atestou a pesquisadora Miriam Abramovay, coordenadora da área de Juventude e Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso): “Das pesquisas que realizamos há mais de 10 anos e outras também no Brasil, não existe nenhuma que trabalhe a homofobia na infância. Acho que esse é um tema de que devemos nos ocupar. Todas as pesquisas realizadas nas escolas foram

com meninos e meninas a partir de 11 anos de idade. Não existe no Brasil uma pesquisa nacional que trate dessa questão, nem da violência nas escolas, muito menos da homofobia”.

Durante todo o dia, foram apresentados dados e avaliações sobre a grande incidência de *bullying* homofóbico na infância, os sofrimentos psicológicos acarretados (incluindo a grande evasão escolar decorrente), bem como analisadas áreas consideradas fundamentais no enfrentamento do problema, como a educação, a religião e a família.

Vários expositores destacaram a importância de se pensar a prática pedagógica, o currículo e qualificar os profissionais da educação. Segundo o coordenador-adjunto do Projeto Diversidade Sexual na Escola da Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ, Alexandre Bortolini: “Quando falamos em discutir diversidade sexual dentro da escola, não estamos propondo uma aula sobre homossexualidade. Não estamos propondo uma aula em que vamos falar sobre quem é gay, lésbica, travesti, transexual, sobre o modo de andar, de agir, de falar. Nós estamos propondo que a escola pense sobre a maneira como já trabalha a sexualidade, como já ensina sobre gênero, repense e transforme esse modo e essa prática pedagógica, esse currículo, a fim de trabalhar todos os temas que já trabalha hoje, na perspectiva da diversidade sexual de gênero. Ter diversidade sexual e gênero não como um capítulo adicional, mas como uma perspectiva dentro das nossas escolas”.

O Reverendo Márcio Retamero, da Comunidade Betel do Rio de Janeiro, incluiu a questão religiosa no Seminário: “Então, eu quero dizer a vocês o seguinte: não adianta discutirmos educação escolar, *bullying* escolar, se não passarmos pelo viés religioso, se não passarmos pela teologia inclusiva”.

Foram apresentados vários depoimentos pessoais, como, o da representante do grupo Mães pela Igualdade, Maria Cláudia Cabral, mãe de uma filha homossexual, o do primeiro transexual masculino brasileiro (tranhomem), João Nery e o do próprio deputado Jean Wyllys (Psol-RJ). Todos destacaram a necessidade de se trabalhar a questão de gênero desde a infância.

O deputado Ronaldo Fonseca (PR-DF) defendeu o direito das crianças “de serem educadas pelos seus pais”, ponderando sobre sua visão religiosa: “Não concordamos com a prática, mas não vamos nem ridicularizar nem promover violência, porque o Brasil não suporta isso e o cristianismo também não suporta isso”.

O encontro foi marcado também pelas diversas críticas ao governo federal por não ter levado adiante o Programa Escola Sem Homofobia. O Programa, cuja metodologia e histórico foram explicados pela Sra. Lena Franco, Coordenadora do Projeto Escola Sem Homofobia - Instituto Ecos, previa, entre outros pontos, a distribuição nas escolas de todo o País de um *kit* sobre questões de gênero e sexualidade. O material foi produzido, mas está parado há mais de um ano.

Deputados defenderam também a inclusão do respeito à diversidade no Plano Nacional de Educação.

Diversas outras questões foram discutidas, tais como o trabalho que a UNESCO tem feito sobre o tema, as dificuldades que o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal tem enfrentado, a tendência dos Conselhos de Psicologia sobre o tema, a importância do Estado no enfrentamento da questão, destacando-se o grande passo dado com a decisão do ano passado do Supremo Tribunal Federal de reconhecimento dos vínculos de pessoas do mesmo sexo como entidade familiar.

DIREITOS HUMANOS SÃO INTERNACIONAIS

Comissões parlamentares debatem situação dos cubanos presos nos EUA por atuarem contra o terrorismo

As comissões de Direitos Humanos e Minorias, Legislação Participativa e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao lado da Frente Parlamentar Brasil-Cuba, realizaram mesa-redonda no dia 21 de novembro para discutir a situação dos cinco cidadãos cubanos presos nos Estados Unidos da América, por terem monitorado planos terroristas contra Cuba por dissidentes de ultradireita residentes no estado da Flórida.

A libertação dos *“últimos soldados da guerra-fria”* - título do livro do escritor brasileiro Fernando Morais sobre a saga dos cinco cubanos - é objeto de campanha humanitária internacional, na qual esse evento se insere.

Os cubanos Gerardo Hernández, Ramón Labañino, René González, Antonio Guerrero e Fernando González integraram a Operação Vespa, organizada pelo governo da ilha, cuja missão era obter informações sobre planos terroristas, permitindo assim que as autoridades do país pudessem evitar a execução desses planos em território cubano. Em Cuba, eles são conhecidos como “os cinco heróis cubanos”.

Os grupos de ultradireita cubanos se organizam com maior ou menor beneplácito das autoridades norte-americanas após a Revolução Cubana, cujos dissidentes se concentraram no Estado da Flórida. Para executar ações de terrorismo e sabotagem, os anticastristas arregimentaram mercenários e atuaram diretamente. Esses terroristas já haviam instalado uma bomba num avião, provocando a morte de 70 atletas cubanos, além de terem provocado várias explosões em locais turísticos de Cuba.

Infiltrados nesses grupos, os agentes cubanos de antiterrorismo acabaram tendo suas identidades descobertas. Foram então condenados a duras penas num

juízo político que, segundo advogados conhecedores do caso, violam claramente as próprias leis estadunidenses e o Direito Internacional.

Restrições de visitas de familiares, tortura psicológica e outros tratamentos desumanos, cruéis e degradantes, têm sido a realidade desses cidadãos nos cárceres norte-americanos.

De acordo com as informações recolhidas na pesquisa do escritor Fernando Morais, a Operação Vespa limitou-se a proteger o povo cubano de atos terroristas, que vinham se repetindo, sempre planejados e executados pelos mesmos grupos a partir da Flórida. Os EUA não sofreram qualquer prejuízo com o monitoramento dos terroristas. Pelo contrário, o governo de Cuba repassou tudo o que descobriu ao FBI – a polícia federal dos EUA.

Em 2006 a X Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em Brasília, já emitira moção em defesa do direito humano de acesso à justiça aos cubanos. O documento foi enviado a autoridades estadunidenses. A moção, patrocinada pelo Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, invocava normas e princípios internacionais de direitos humanos, especialmente as que preconizam o direito de qualquer pessoa, quando acusada criminalmente, ser julgada por tribunal independente e imparcial (art. 10º da Declaração Universal de Direitos Humanos das Nações Unidas). O documento também repudiou a prisão e o tratamento aos prisioneiros, acusados de “conspiração”.

Durante a mesa-redonda, foram lidas mensagens de Frei Beto e outros intelectuais que apoiam a campanha pela liberdade dos cinco cubanos.

A principal iniciativa da mesa-redonda foi elaborar uma carta dirigida ao presidente dos Estados Unidos da América, Barak Obama, apelando para a revisão do processo e a anistia aos presos cubanos. O documento, entregue à embaixada do Brasil nos Estados Unidos, é assinado pelos representantes das três comissões e da Frente Parlamentar Brasil-Cuba.

O evento contou com a participação dos seguintes convidados: deputada Érika Kokay – Presidenta em Exercício da Comissão de Direitos Humanos e Minorias; deputada Perpétua Almeida – Presidenta da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; deputado Anthony Garotinho – Presidente da Comissão de Legislação Participativa; Senadora Lídice da Mata – Vice-Coordenadora da Frente Parlamentar Brasil-Cuba; Sr. Rafael Hidalgo – Representante da Embaixada de Cuba; Sr. Afonso Magalhães – Representante do Comitê Brasília pela Libertação dos Cinco Cubanos; Sr. Hélio Doyle – Jornalista, estudioso da história de Cuba.

Migrações internacionais e direitos humanos: haitianos no Brasil, refúgio e tráfico de pessoas

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) realizou audiência pública, no dia 20 de junho de 2012, sobre o tema: “Migrações Internacionais e direitos humanos: refúgio, tráfico de pessoas e questão dos haitianos no Brasil”.

A audiência pública foi proposta nos Requerimentos 51/2012, do deputado Domingos Dutra (PT-MA), “para debater tráfico de pessoas, ações de enfrentamento do problema e levantar sugestões de políticas públicas”, 114/1012, do deputado Luiz Couto (PT-PB) para debater o PL 844/2011, que define mecanismos para implementação do Estatuto dos Refugiados”; e os Requerimentos 04 e 05/2012, da deputada Érika Kokay (PT-DF) e Arnaldo Jordy (PPS-PA), de debate acerca do processo de migração de haitianos para o Brasil.

O Presidente da CDHM, deputado Domingos Dutra, entende que “os temas são correlatos, com o mesmo pano de fundo dos direitos humanos em migrações internacionais, portanto podem ser analisados conjuntamente, com a participação de autoridades públicas e especialistas que contribuam na compreensão dos problemas e na apresentação de sugestões de aperfeiçoamento de políticas públicas”.

Foi avaliada a tramitação do Projeto de Lei nº. 5.655, que institui o Estatuto de Migrações Internacionais. O entendimento foi o da necessidade de reforçar as articulações para superar etapas e possibilitar a votação num tempo razoável.

Outra matéria considerada prioritária avaliada foi a Convenção Internacional do Trabalhador Migrante. A indicação foi de solicitar ao presidente da Câmara e lideranças partidárias a instalação da Comissão Especial que vai analisar a matéria.

O Dr. Joelson Dias, advogado e autor de livro sobre tráfico de pessoas, propôs acrescentar ao Código de Processo Penal situações dessa modalidade de tráfico.

Avaliou-se que há, no momento, 2.700 brasileiros cumprindo pena no exterior, sendo a maior parte nos países vizinhos e na Europa.

Participaram, como expositores do referido evento os convidados: Sr. Renato Zerbini Leão - Membro do Comitê Nacional para Refugiados e do Comitê do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU; Sra. Michelle Geraldi - autora de livro atual sobre tráfico de pessoas; Sr. Joelson Costa Dias - Advogado e autor de livro atual sobre tráfico de pessoas; Sr. Fernando de Oliveira Sena - Chefe da Divisão das Nações Unidas do Itamaraty; Sr. Marcelo Santa Cruz de Freitas Ferraz - Secretário representante da Divisão de Assistência Consular do Itamaraty; Sra. Márcia Anita Sprandel - Membro Consultor do Instituto Migrações e Direitos Humanos - IMDH; Sra. Maria Beatriz Bonna Nogueira -

Assessora Internacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Sr. João Guilherme Lima Granja - Representante da Secretaria Nacional de Justiça; Ministro Rodrigo do Amaral Souza - Diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos do Itamaraty; e Sr. Paulo Sérgio de Almeida - Presidente do Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego.

CDHM recebe delegações estrangeiras

República do Irã - O embaixador do Irã, Mohammad Ali Ghanezadeh Ezabadi, visitou a CDHM em outubro, quando foi recebido pelo presidente do colegiado, deputado Domingos Dutra, e pelo membro deputado Roberto de Lucena (PV-SP). Os interlocutores trocaram impressões sobre a situação dos direitos humanos no Irã, no Brasil e no mundo. O embaixador apontou assimetrias entre os avanços em direitos humanos no Irã e o noticiário negativo cultivado por agências ocidentais. Os parlamentares fizeram perguntas sobre questões a respeito da liberdade religiosa, igualdade de direitos às mulheres, entre outras. O embaixador citou que no Irã mais de 60% dos estudantes universitários são mulheres e que elas encontram-se presentes em todos os campos de atividade; que a maior comunidade judaica fora de Israel está no Irã, vivendo suas tradições religiosas e com representação no Parlamento. O embaixador solicitou ajuda da CDHM para verificar a situação de um cidadão iraniano preso sem julgamento no estado do Ceará e, finalmente, convidou a CDHM a enviar uma delegação oficial para visitar o Irã.

Campanha Internacional por Direitos Humanos no Irã – A CDHM recebeu a visita do Sr. Aliakbar Mousavi, ex-deputado daquele país, hoje dissidente vivendo no Canadá e atuando nessa campanha. Ele manifestou-se contra intervenções militares no Irã e na esperança de negociações políticas e movimentos sociais que levem o Irã a realizar mudanças evolutivas para a democracia. Acredita que esse caminho será percorrido no longo prazo e que os países que convergirem para ele serão lembrados no futuro. Disse que no Irã as minorias, sindicatos e organizações sociais não são respeitados, não há liberdades públicas e há muitos presos por delitos de opinião e por terem mudado de religião. Pede que o Brasil apoie esforços pela liberdade de expressão e contribua para condenar o recrudescimento da repressão naquele país desde as eleições de 2009.

Marrocos – Duas delegações parlamentares marroquinas visitaram a CDHM em 2012. A primeira, em 29 de maio, foi chefiada pelo presidente da Câmara dos Conselheiros do Reino do Marrocos (Senado), Mohamed Cheikh Biadillah. Ele deu um panorama otimista da situação do seu país, informando que ao contrário do que ocorreu em outros países do Norte da África e Oriente Médio, a Primavera Árabe transcorreu sem traumas nem rupturas, mas representou oportunidade para institucionalizar importantes avanços democráticos. “Enquanto outros países da Primavera Árabe contavam seus mortos, Marrocos contava seus votos”. Citou a

nova Constituição, que ampliou liberdades, a existência de um conselho nacional de direitos humanos independente do governo e a criação, em 2006, de uma Comissão de Equidade e Reconciliação. Afirmou que historicamente o Saara Ocidental é parte do Marrocos e, não fosse a interferência da Argélia, já seria possível uma decisão autônoma dos saarianos de integração definitiva.

A segunda representação marroquina a visitar a CDHM foi em 28 de novembro, presidido pela deputada Jamila Moussali, presidenta do grupo parlamentar do Partido Justiça e Desenvolvimento (PJD), e Secretária da Mesa da Câmara; deputada Kenza GHALI, Partido da Independência (PI); deputada Gajmoula Ebbi, Partido do Progresso e do Socialismo (PPS), presidenta da Comissão do Ensino, Cultura e da Comunicação; deputada Sidi Mouhammed Joumani, da Assembleia Nacional dos Independentes (RNI); e deputada M. Abdellah Akfas, (PJD). Também participou o conselheiro da embaixada Abdeslam Maleh.

Representaram a CDHM seu vice-presidente deputado Padre Ton e o deputado Roberto Lucena. As deputadas citaram o Brasil como referência importante como modelo de democracia e desenvolvimento, destacando Luiz Inácio Lula da Silva como liderança mundial. Qualificaram o sistema político de Marrocos como aberto e democrático, com avanços e desafios, mas o problema do Saara Ocidental é um obstáculo à paz. Declararam o interesse em estreitar laços diplomáticos e econômicos com o Brasil, afirmando que uma orientação estratégica no país hoje é abrir novas relações, tendo a América Latina como prioridade.

Moçambique – Uma delegação com seis deputados da República de Moçambique visitou a CDHM em 12 de junho de 2012, onde foi recebida pelo deputado Domingos Dutra e o deputado Luiz Couto. O grupo moçambicano era formado pelos deputados Teodoro Andrade Waty (FRELIMO), presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, de Direitos Humanos e de Legalidade; Abel Safrão, Virgínia Matabele, Luciano Augusto, Feliz Avelino Sílvia, José Rodrigues Palaço, e a secretária do colegiado, Sra. Stélia Ofiço.

Depois de trocarem informações sobre os principais problemas e melhores experiências na área de direitos humanos nos dois países, os parlamentares brasileiros responderam a perguntas sobre o funcionamento da CDHM. Os parlamentares do país africano informaram que uma ampla reforma do Código Penal naquele país é a principal atividade que estão realizando no momento. Na avaliação deles, o país melhorou nos últimos anos, mas ainda é muito injusto, há desafios a superar principalmente na questão da desigualdade. Mostraram-se interessados em obter informações principalmente sobre a organização do Congresso Nacional brasileiro, o processo de fiscalização, o papel reservado à CDHM e o tratamento de temas afetos aos Direitos Humanos.

Comissão Interamericana é solicitada a decidir sobre violações do Estado paraguaio contra refugiados políticos

O presidente da CDHM, deputado Domingos Dutra, oficiou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, solicitando resolução do processo sobre os cidadãos paraguaios Juan Arrom, Anuncio Martí e Victor Colmán. Eles gozam do status de refugiados políticos no Brasil, sob proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, em razão das violações dos seus direitos por agentes do estado no Paraguai.

Os referidos militantes políticos foram perseguidos, sequestrados, torturados e difamados, tendo sido a eles imputados crimes dos quais os próprios agentes do estado são os principais suspeitos. Diante dessa situação, eles vieram para o Brasil, onde receberam o refúgio político.

Mesmo gozando dessa condição, autoridades paraguaias fizeram uso de propaganda ilegal oferecendo recompensa a quem atentar contra a integridade física dos referidos refugiados em território brasileiro. Tais violações são intoleráveis e requerem uma resposta de âmbito internacional dirigida ao governo do Paraguai.

Moção da CDHM pede clemência a brasileiro condenado à morte na Indonésia

Vimos perante as autoridades públicas da Indonésia, através de sua Embaixada no Brasil, apresentar nosso pedido de clemência ao brasileiro Marcos Archer, nacional brasileiro condenado à morte em seu país por tráfico de drogas.

Já nos dirigimos antes à Indonésia fazendo este mesmo apelo em outras ocasiões. Em audiência com o então embaixador, em 2011; em contato com delegação parlamentar indonésia em visita ao Brasil recentemente; em outras comunicações oficiais desta Comissão, desde o ano 2005. O apelo também foi feito pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, além de outras autoridades brasileiras.

A pena de morte não existe na legislação brasileira e, no âmbito internacional, a maioria dos países não adota condenação tão severa. Instrumentos internacionais consideram tal pena excessivamente cruel, contrastando com princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Na visão clássica sobre os direitos humanos, base dos tratados internacionais da área, visão compartilhada por esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, a vida deve ser sempre preservada, pois é o bem mais precioso que existe. Mas

defendemos também que todos os crimes sejam rigorosamente punidos, aplicando-se penas compatíveis com a gravidade dos mesmos.

Apelamos às autoridades indonésias a colocar na balança a relevância dos Direitos Humanos como valor nas relações internacionais. Como membro da comunidade das nações, a Indonésia poderia buscar um equilíbrio entre suas próprias bases legais e os valores jurídicos importantes para a comunidade internacional e para os países com os quais a Indonésia mantém relações, como é o caso do Brasil.

Na expectativa de que as autoridades da Indonésia, a quem dedicamos elevado respeito, ouçam este apelo em nome dos Direitos Humanos, com o qual subscrevemos.

Brasília, 09 de julho de 2012

ANISTIA POLÍTICA

Transposição do regime jurídico dos servidores federais

Durante todo o ano de 2012, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) intensificou os debates sobre as irregularidades praticadas pela Administração Pública Federal contra os Servidores Públicos Federais normatizados pela Lei nº. 8878/94. A CDHM acompanhou processos, promoveu e mediu negociações e fortaleceu a pressão legítima dos servidores demandantes dos seus direitos junto à administração.

No dia 21 de novembro, a Comissão promoveu uma Audiência Pública, fruto de requerimento dos deputados Luiz Couto e Érika Kokay, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, ocasião em que participaram caravanas de servidores vindas de todo o país. A audiência foi presidida alternada e respectivamente por seu presidente e seus vices, deputados Domingos Dutra, Érika Kokay e Padre Ton. O objeto foi debater entre diversos atores pela transposição do Regime Jurídico dos anistiados que retornaram aos quadros da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, embora inseridos no regime jurídico celetista. Por força da Lei nº 8.112/90, todos os servidores públicos desses órgãos, são obrigatoriamente inseridos no Regime Jurídico Único (Estatutário).

Dos servidores que retornaram sob a Lei nº. 8878/94, estima-se que aproximadamente seis mil servidores celetistas foram para a Administração Direta, Autárquica e Fundacional. A estimativa deve-se ao fato de que restam menos de dois mil requerimentos e cerca de oito centenas de recursos a serem apreciados

pela Comissão Especial Interministerial (CEI), órgão responsável pela análise dos pedidos de retorno.

Isso tem gerado uma série de injustiças trabalhistas e sociais, pois enquanto os servidores estatutários fazem jus a uma gama de benefícios, os celetistas retornaram após quase 20 anos de afastamento, sem direitos retroativos e, portanto, sem contribuição previdenciária, o que lhes impede de ter acesso à aposentadoria e a outros benefícios da Previdência Social.

Essas mulheres e homens contam hoje com idades entre 40 e 70 anos de idade. Há registros de casos de servidores que tiveram seus pedidos de retorno deferidos com idades entre 80 e 90 anos, quando já não podem assumir os cargos. Em suma, é o típico caso de quem *ganha mas não leva*.

Caravanas de Servidores de todo o país lotaram o Auditório Nereu Ramos

O decreto que normatiza a remuneração dos servidores que voltaram à ativa gerou um enquadramento salarial que levou a grandes distorções remuneratórias. Também procrastinou o cumprimento da lei nº. 8878/94 fazendo com que a Justiça chegasse tarde para muitos.

Durante a Audiência Pública, autoridades do Ministério Público do Trabalho, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, da Advocacia-Geral da União, da Câmara dos Deputados, representantes da CNDAESP (Coordenação Nacional dos Demitidos e Anistiados nas Estatais e Serviços Públicos), do SINDSEP-DF (Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal), da CONDSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) entre outros, expuseram posicionamentos sobre a transposição para o RJU.

Para compreender o caso

Quando esses servidores foram demitidos pelo ex-presidente Fernando Collor de Melo, entre 1990 e 1992, teve início um sofrido processo de busca por justiça social junto aos três poderes.

No apagar das luzes do Governo Itamar Franco, que promulgou a Lei 8878/94, foram deferidos mais de 30 mil requerimentos de retorno ao Serviço Público. Essas anistias foram derrubadas nos primeiros dias do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Ao assumir o Governo, Luiz Inácio Lula da Silva tratou o tema como questão de honra diante do compromisso de seu partido com o retorno dos trabalhadores demitidos por Collor. Ainda assim, encontrou forte resistência dentro da Administração Pública Federal para o cumprimento da Lei nº. 8878/94. A partir de compromisso assumido pelo então Advogado-Geral da União, ministro Antonio Dias Tóffoli, perante uma audiência pública da CDHM em novembro de 2007, ele

emitiu um mês depois o parecer que passou a nortear a análise dos requerimentos, permitindo a partir daí o retorno de milhares de servidores requerentes.

Mesmo após o retorno a vida não tem sido fácil para esses servidores. Ao longo de 2012 a Comissão procedeu a diversas reuniões internas e externas com autoridades do Executivo Federal, do Ministério Público do Trabalho, da AGU, de organizações sindicais e de trabalhadores em busca de uma solução para as violações de Direitos Humanos que os servidores abrangidos pela Lei 8878/94 vêm sofrendo em seus locais de trabalho.

A proposta encontrada - já encaminhada pela CDHM e CEANISTI à AGU - foi a transposição do regime jurídico celetista para o regime jurídico único. Para esses servidores, as melhorias possibilitarão melhor nivelamento salarial e promoção do acesso à aposentadoria e a outros benefícios previdenciários. Para a União, essa transposição significará redução dos gastos em torno de 20% a 30% dos atuais com esses mesmos servidores além de facilitar a gestão dessa mão de obra.

O STF e o Regime Jurídico Único

Em agosto de 2007, o Supremo Tribunal Federal concedeu liminar suspendendo a vigência da redação dada pela Emenda Constitucional 19/98 ao caput do artigo 39 da Constituição Federal. Desta forma, permanece válida a normatização da lei 8.112/90 que estabelece o Regime Jurídico Único para a Administração Direta, Autarquias e Fundações.

O cancelamento dos termos de adesão dos anistiados políticos militares

A Anistia Política é responsável por um significativo percentual de atendimentos de anistiados e anistiandos pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM). Cidadãos que tiveram seus direitos fundamentais violados durante o período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988 buscam junto à Comissão uma aliada para o cumprimento da Lei nº 10.559/02.

O caso dos anistiados militares do Exército, Marinha e Aeronáutica é uma das faces dessa violação legal. Esses homens resistiram ao Golpe Militar dentro e fora da caserna e até hoje são perseguidos de forma velada por meio do descumprimento da legislação que os ampara.

Uma das questões mais polêmicas relacionadas aos anistiados militares é a suspensão do pagamento das indenizações retroativas normatizadas pela Lei nº 11.354/06 e fruto da Medida Provisória nº 300/06. Essa lei autoriza os Ministérios da Defesa e do Planejamento, Orçamento e Gestão a pagar os valores retroativos a todos os signatários dos termos de adesão que concordassem em não ingressar

em juízo reclamando ou impugnando os valores constantes das portarias ou que concordassem em retirar os processos de execução que estivessem tramitando no Judiciário.

O Ministério da Defesa reconheceu os objetivos da Lei 11.354/06 através da Portaria Normativa-PN nº 1.235/MD de 21 de Setembro de 2006, na qual explicita indiretamente que o signatário do Termo de Adesão não poderia recorrer ao Judiciário tendo como “objeto o termo de adesão, isto é, busca de juros e correção ou pagamento antecipado”. A PN traduz tal assertiva em seu artigo 4º, inciso I, *in verbis*:

“Art. 4º - Nos casos a seguir, deverão ser anexados, ao Termo de Adesão, os documentos citados:

I – quando existir processo judicial com fundamento no objeto do Termo de Adesão – certidão comprobatória do trânsito em julgado da decisão de homologação da desistência da ação ou da desistência do recursos que verse sobre o mesmo objeto do Termo;”

A Lei nº 11.354/06 tinha a finalidade de facilitar o pagamento dos valores retroativos pela União, bem como estancar as sucessivas derrotas judiciárias que estavam ocorrendo e que ocasionavam despesas extras aos cofres públicos. Contudo, nos últimos anos, em consequência de suposta pressão dos comandos militares junto à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, esta não reconheceu administrativamente o direito dos anistiados militares a promoções a que fariam jus. Sentindo-se prejudicados, os anistiados militares ingressaram com ações judiciais pleiteando seus direitos a promoções.

Tais ações foram interpretadas pelos Comandos Militares como violações aos acordos firmados nos Termos de Adesão, embora não se tratassem de ações relativas aos valores retroativos, objetos da gênese da MP 300/06. Baseados nessas e em outras ações e na interpretação do artigo 2º e incisos da Lei 11.354/06, os Comandos Militares cancelaram os termos de adesões assinados e passaram a cobrar a restituição das importâncias parcialmente pagas.

Como os valores foram recebidos parceladamente, sem juros e correção monetária, em prazos de até 09 (nove) anos, não há como serem devolvidos à vista e integralmente, com juros e correção monetária, como os Comandos Militares estão exigindo. Diante da impossibilidade da restituição dos valores recebidos pelos anistiados os Comandos Militares ameaçavam inscrever os beneficiários na Dívida Ativa da União podendo vir a causar a perda de eventual patrimônio que o anistiado possuísse, inclusive suas moradias.

Diante desse quadro que provoca o sofrimento a esses cidadãos de idade avançada, que continuam pagando um preço caro por terem lutado pelo retorno do Brasil à democracia constitucional, os deputados Domingos Dutra e Érika Kokay solicitaram agenda com o Ministro da Defesa, Celso Amorim. No dia 05 de Setembro de 2012, os parlamentares da CDHM e anistiados políticos de diversos

estados foram recebidos pelo Ministro da Defesa e expuseram a situação a que estavam sendo submetidos pelos Comandos Militares.

O Ministro, surpreso diante da situação, solicitou aos deputados Domingos Dutra e Érika Kokay e anistiados militares presentes que fosse encaminhado um memorial ao Ministério da Defesa para a análise da Assessoria Jurídica e da Assessoria do próprio Ministro. Aventou a possibilidade de se criar um grupo de estudo sobre o tema após as conclusões de sua assessoria. O memorial foi protocolizado no Ministério da Defesa - MD cerca de 30 dias depois e a CDHM aguarda um posicionamento ministerial sobre a denúncia apresentada e sobre a possibilidade aventada pelo Ministro Celso Amorim de, se for o caso, criar-se um Grupo de Trabalho no MD para dirimir esses conflitos.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O Dia do orgulho autista é tema de audiência pública na CDHM

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou audiência pública no dia 21 de junho de 2012 alusiva ao Dia do Orgulho Autista, para uma apresentação e debate dos problemas e propostas de entidades ligadas aos familiares de pessoas autistas e estudiosos.

Participaram, como expositores, do referido evento, os convidados: Sr. Fernando Cotta - Presidente do Conselho Brasileiro do Prêmio Orgulho Autista; Sra. Cláudia Moraes - Presidenta da Associação dos Pais e Amigos de Autistas de Volta Redonda - RJ (APADEM); Sra. Cristina Magessi - Diretora de Eventos da Associação dos Amigos dos Autistas do Rio Grande do Sul (AMARS); Sra. Berenice Piana - Diretora da Associação em Defesa dos Autistas do Rio de Janeiro (ADEFA); Sra. Adriana Alves - Presidenta do Movimento Orgulho Autista Brasil (MOAB Brasil); Sr. Horácio Campos - Presidente da Associação dos Amigos dos Autistas do Distrito Federal (AMA - DF); Sra. Hosana de Freitas Carneiros - Presidente da Associação de Pais, Amigos e Simpatizantes do Autista da Paraíba; e Sra. Renata Tibiryçá - Defensora Pública do Estado de São Paulo.

Proposta pelo deputado Luiz Couto (PT-PB), a audiência mostrou-se relevante e necessária, segundo o parlamentar, pois “essa perturbação psicológica atinge milhares de famílias brasileiras e é preciso que a sociedade busque formas de superar as dificuldades de convivência humana dessas pessoas”.

O autismo é caracterizado pelo fato de toda a vivência do indivíduo estar centrada nele mesmo, apresentando uma indiferença aparente para com a realidade que o rodeia.

COMBATE À VIOLÊNCIA E À IMPUNIDADE

CDHM exige fim de ação de grupos de extermínio em Goiás

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados realizou diligências em Goiânia-GO, no dia 4 de setembro, em cumprimento à deliberação plenária, proposta pela deputada Érika Kokay (PT-DF), de contribuir na apuração de denúncia fundamentada sobre existência de grupo de extermínio na capital goiana e região metropolitana. A denúncia apontou ainda a precariedade na área de segurança pública, com o sucateamento das polícias civil e técnico-científica e a falta de controle externo.

O colegiado parlamentar foi representado pelo Deputado Domingos Dutra (PT-MA), Presidente da CDHM; deputada Érika Kokay (PT-DF), 1ª Vice-Presidente; e deputada Marina Santanna (PT-GO), além de assessores. Pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Goiás participou de todas as atividades seu presidente, deputado Mauro Rubem (PT).

A representação da Câmara foi recebida pelo governador Marconi Perillo (PSDB), a quem foi apresentada a demanda da CDHM de providências do governo urgentes e profundas, no sentido de interromper a escalada de crimes e impunidade.

Audiências com o Ministério Público do Estado e o Tribunal de Justiça trataram das ações públicas e processos judiciais em curso sobre o tema. A CDHM pediu agilidade e rigor nos processos.

A CDHM recebeu da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás relatório circunstanciado sobre ação de grupos de extermínio supostamente integrados por agentes do estado, sobretudo policiais militares.

No auditório da Assembleia, realizou-se uma plenária com participação de representações da sociedade civil, do Comitê contra a Violência Policial e de famílias de vítimas. Foram analisados os episódios mais recentes de execuções com fortes indícios de responsabilidade de grupo extermínio formado por agentes do estado.

A Polícia Federal investiga o caso e já encaminhou inquéritos à justiça, o que resultou em ações penais contra efetivos da Polícia Militar do Goiás. Em tais processos foram decretadas prisões, que foram relaxadas, mas nenhuma sentença foi ainda proferida.

A CDHM tem sido notificada, nos últimos anos, de ocorrências de homicídios e desaparecimentos de jovens na periferia de Goiânia, depois de serem sequestrados por policiais.

Há relatos de ameaças de morte a autoridades públicas e ativistas identificados com a defesa dos direitos humanos e do estado de direito, como o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Assembleia Legislativa, juiz federal e procuradores da República engajados nas investigações de delitos atribuídos ao grupo de extermínio. O envolvimento direto de agentes do estado nos crimes tem produzido forte sensação de insegurança na população.

Desde maio de 2012, três mortes aparentemente relacionadas causaram indignação e desamparo. Um comerciante, um radialista e um advogado foram executados com precisão “profissional” em Goiânia. Dias depois, uma detalhada carta anônima advertida para a existência de um “supercomando”, formado por policiais presos e depois soltos na Operação Sexto Mandamento, da Polícia Federal.

Comissão reforça exigência de júri imediato dos acusados da chacina dos fiscais em Unai

A CDHM se somou nos esforços para agilizar o julgamento dos mandantes e executores da chacina de Unai-MG, na qual três fiscais do trabalho e o motorista da equipe foram executados quando se encontravam em diligência apurando denúncias de trabalho escravo, no dia 28 de janeiro de 2004.

Na data em que se completavam nove anos do crime, o presidente da comissão, deputado Domingos Dutra, e o deputado Nilmário Miranda (PT-MG), foram a Belo Horizonte, onde participaram de ato público em defesa do julgamento pela 9ª Vara da Justiça Federal, na capital mineira. Nas vésperas, a juíza Raquel Vasconcelos Alves de Lima, responsável pelo processo, declinou de sua competência no julgamento, enviando o processo para a vara recém-constituída que abrange o município de Unai.

Os parlamentares da CDHM também participaram de reunião da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), com a participação do ministro do Trabalho e Emprego, Brizola Neto. Os participantes reforçaram o apelo legítimo pelo julgamento e contra a impunidade do crime. Houve também um ato público em frente à sede da Justiça Federal clamando pelo julgamento e a condenação dos assassinos.

“Essa manifestação ocorreu logo após a aprovação da PEC contra o trabalho escravo na Câmara e antes de votação no Senado”, lembrou o deputado Domingos Dutra, acrescentando que “remeter o julgamento para Unai é colocar a raposa para tomar conta do galinheiro, pois lá os mandantes do crime detêm o poder político e econômico. Essa ação da juíza ajuda a incluir esse crime na longa lista da impunidade dos responsáveis pela violência no campo”, afirmou.

O deputado Nilmário Miranda, por sua vez, avaliou que “não há motivo jurídico plausível para essa demora do júri, uma vez que todas as manobras protelatórias foram feitas e seus prazos encerrados. Foram quatro agentes do Estado mortos no cumprimento do dever, em plena atividade contra o trabalho degradante. Este é um caso emblemático, pois além do massacre de quatro seres humanos, significou um atentado contra o Estado e contra a própria lei”.

Outras organizações do poder público e da sociedade civil também cobraram o julgamento o mais rápido possível, como a Secretaria de Direitos Humanos, o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério da Justiça e o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – entre outras.

Chacina covarde

Era dia 28 de janeiro de 2004, nas primeiras horas da manhã, quando cinco jagunços emboscados dispararam rajadas de tiros em quatro fiscais da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, perto da Fazenda Bocaina, município de Unaí, Noroeste de Minas Gerais.

Quatro indiciados como mandantes estavam soltos até a data em que o crime completou nove anos: Antero Mânica (prefeito de Unaí, pelo PSDB), Norberto Mânica (“conhecido na região como rei do feijão”), Hugo Pimenta e José Alberto Costas. Quatro acusados de execução estavam presos: Francisco Pinheiro, Erinaldo de Vasconcelos Silva, Rogério Alan da Rocha Rios e William Gomes de Miranda. Humberto Ribeiro dos Santos, acusado de haver sido o encarregado de apagar as provas do crime, foi libertado.

Como agentes públicos no cumprimento do dever, os servidores estavam fiscalizando fazendas no município de Unaí. Multaram vários fazendeiros. A família Mânica, por exemplo, foi multada em mais de R\$ 3 milhões. Após uma infinidade de recursos, pagaram apenas 300 mil reais. As multas foram aplicadas por terem sido encontrados trabalhadores em situações análogas à escravidão, sobrevivendo em condições precárias e se envenenando com a aplicação exagerada de agrotóxicos na monocultura do feijão.

Por isso, os fiscais foram ameaçados de morte. O fiscal Nelson chegou a fazer um relatório alertando sobre as ameaças que vinha sofrendo. E, tragicamente, não ficaram só nas ameaças. Aconteceu o massacre.

Violência associada à exploração de madeira no Amazonas é debatida em audiência conjunta

A CDHM realizou, em conjunto com a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, no dia 19 de junho, audiência pública para tratar sobre conflitos rurais e exploração de madeira no Estado do Amazonas.

A principal conclusão do evento foi a necessidade de se criar grupo executivo integrado, pelos governos federal e estadual, envolvendo todos os órgãos responsáveis por solucionar pendências de regularização fundiária e outros serviços públicos demandados na região. “É necessária uma presença do Estado em todas as dimensões necessárias, de modo a garantir a cidadania e a solução dos problemas emergenciais”, defendeu o presidente da CDHM, deputado Domingos Dutra.

A deputada Janete Capiberibe (PSB-AP), por sua vez, defendeu a presença também da própria Câmara dos Deputados na região, inclusive “para inibir as ações de violência e ameaças Contra as lideranças das populações ribeirinhas”.

A líder camponesa Nilcilene Miguel de Lima pediu o cancelamento das medidas e marcos feitos em terras da região, pois, segundo alegou, foram feitos sob pressão de pistoleiros, e portando, sem validade. Essas ocupações irregulares estão ocorrendo em áreas de reserva e em áreas ocupadas tradicionalmente por populações ribeirinhas que praticam atividades sustentáveis, sem danos à floresta.

Participaram, como expositores, do referido evento a Sra. Nilcilene Miguel de Lima – Líder Camponesa da Associação Deus Proverá, do Amazonas; a Sra. Marta Valéria de Andrade Cunha Sponton - Representante da Comissão Pastoral da Terra do Estado do Amazonas; o Sr. Wellington Clay Porcino Silva – Chefe da Divisão de Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça; o Sr. Jorge Arzabe – Representante da Secretaria do Patrimônio da União; o Sr. Paulo Henrique Marostegan e Carneiro - Diretor Substituto da Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBio – Instituto Chico Mendes; o Sr. Rodrigo Dutra – Coordenador-Geral de Fiscalização do IBAMA; o Sr. Igo Martini – Coordenador-Geral do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR; e o Sr. Frederico de Sousa Marinho Mendes – Secretário-Executivo do Gabinete de Gestão Integrada da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas - GGI/SSP/AM.

A audiência atendeu ao Requerimento nº. 105/2012, aprovado na CDHM; e o nº. 197/2012, aprovado na CAINDR, ambos de autoria da Deputada Janete Capiberibe.

Deputados acompanham investigação sobre morte de líderes extrativistas

Os deputados Domingos Dutra, Arnaldo Jordy e Manuela D'Ávila representaram a CDHM em Nova Ipixuna, sudeste do Pará, em diligência para o acompanhamento das investigações sobre os assassinatos dos líderes extrativistas José Claudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva, casal executado por madeireiros no dia 24 de maio de 2012.

José Claudio e Maria participavam do Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta Piranha, localizado a 50 quilômetros da sede do município. Eles estavam saindo da área do projeto quando foram cercados em uma ponte por pistoleiros e executados a tiros.

A CDHM solicitou o envolvimento da Polícia Federal e apoio do Ministério Público Federal no acompanhamento das investigações, para evitar a impunidade.

José Claudio e Maria vinham recebendo ameaças de madeireiros da região desde 2008. José Cláudio da Silva era um dos principais defensores da preservação da floresta amazônica após a morte de Chico Mendes e denunciava o avanço ilegal na área de preservação onde trabalhava por madeireiros para extração de espécies como castanheira, angelim e jatobá.

Membros da CDHM aprovam moção de solidariedade ao presidente do colegiado em protesto contra violência policial

Os deputados membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias presentes à reunião ordinária no dia 8 de agosto de 2012, na Câmara dos Deputados, expressam sua irrestrita solidariedade ao deputado Domingos Dutra, Presidente deste colegiado parlamentar, vítima de violência policial e desrespeito ao livre exercício do mandato popular.

Em 25 de julho de 2012, ao participar de ação legítima de defesa da vila de Vinhais Velho – comunidade tradicional remanescente de povoamento indígena tupinambá, anterior à própria fundação de São Luiz-MA, onde está inserida - para impedir a destruição desse patrimônio histórico, arqueológico e natural, o Presidente da CDHM foi agredido pelos policiais que invadiram o local para garantir a construção de uma via expressa no local.

A ação truculenta executada por cerca de 150 policiais, munidos de balas de borracha, gás lacrimogêneo e outros produtos químicos, foi ordenada pelo governo do Estado do Maranhão contra uma comunidade pacífica, de 35 famílias, além dos jornalistas, educadores e intelectuais que ali estavam para proteger o patrimônio ameaçado.

É inaceitável que, 24 anos após a promulgação da Constituição Federal que garante direitos coletivos e individuais, em plena democracia, persistam atitudes como esta, em que se atropelam direitos e a negociação de demandas legítimas da cidadania é substituída pela truculência policial.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias protesta contra esse ataque ao exercício de prerrogativa parlamentar; considera-se atingida pela violência cometida contra seu Presidente; e requer a imediata devolução do carro e outros bens, inclusive computador, do deputado Domingos Dutra, confiscados durante a referida ocasião.

Brasília, 08 de agosto de 2012

*Deputada Érika Kokay – 1ª Vice-Presidente
Deputado Padre Ton – 2º Vice-Presidente*

Moção de apoio a Dom Pedro Casaldáliga

Diante das ameaças que novamente são perpetradas contra Dom Pedro Casaldáliga, em razão de sua atitude corajosa de solidariedade aos povos indígenas e trabalhadores da terra;

Considerando o agravamento das tensões decorrentes da retirada, por forças do Estado e em cumprimento de decisão judicial, de invasores da terra indígena Xavante Maráiwatsédé (MT);

Considerando a importância da presença solidária e da autoridade moral de Dom Pedro na resistência dos Xavante pela devolução do seu território;

Considerando a legitimidade da militância de Dom Pedro como defensor de direitos humanos para atuar em defesa dos povos oprimidos do campo;

Em repúdio à ação criminosa dos grileiros das terras indígenas, que arregimentam pistoleiros e cooptam trabalhadores humildes para expulsar os nativos e se apropriar de suas terras;

Esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias vem manifestar seu repúdio à ocupação das terras indígenas,

Lembrar que a retirada dos fazendeiros é imperativa para a paz no campo,

Conclamar o poder público a acelerar os processos de demarcação e assentamento de povos indígenas em seus territórios no Mato Grosso e nos demais estados onde há conflitos decorrentes da ocupação de áreas indígenas;

E manifesta seu mais forte apoio e solidariedade a Dom Pedro Casaldáliga, um humanista que orgulha o Brasil e a todos os que estão comprometidos com os Direitos Humanos.

Brasília, 12 de dezembro de 2012

*Deputado Domingos Dutra
Presidente*

*Deputado Arnaldo Jordy
Membro*

Comissão vai ao Maranhão contribuir nas investigações sobre execução de jornalista

Diligências da CDHM em São Luiz (MA) foram cumpridas pelos deputados Domingos Dutra, Érika Kokay e Severino Ninho, nos dias 10 e 11 de maio, para acompanhar, obter informações e contribuir com as investigações do assassinato do jornalista e blogueiro Décio Sá. A comitiva se reuniu com diversas autoridades locais, exceto com autoridades da segurança pública estadual, que se recusaram a receber a delegação da Câmara dos Deputados. A comitiva pediu a abertura de inquérito e solicitou reforço do pedido ao Ministro da Justiça, no sentido de federalizar as investigações, a fim de promover um inquérito transparente e isento.

A atividade atendeu ao Requerimento nº. 101/2012, do deputado Domingos Dutra (PT-MA).

DIREITO HUMANO À COMUNICAÇÃO

Diálogo reúne deputados e relator da ONU para liberdade de opinião e expressão

O relator especial para promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão da Organização das Nações Unidas (ONU), Frank de la Rue, encontrou-se com deputados da CDHM, no dia 11 de dezembro. Participaram, pela Comissão, os deputados Domingos Dutra, Luiza Erundina, Keiko Ota e Líliam Sá.

Os deputados fizeram um panorama da situação do direito humano à comunicação no Brasil e do acesso à informação. Segundo o deputado Domingos Dutra, os principais problemas da área hoje são a falta de um marco legal

atualizado, capaz de conciliar a liberdade de opinião com o pleno respeito à dignidade humana, e de democratizar o acesso de todos os segmentos aos meios. Um grupo de oito ou nove famílias controla as redes, escolhendo e ideologizando os fatos para a opinião pública.

O presidente da CDHM citou também que muitos dos parlamentares que decidem sobre as concessões públicas de meios de comunicação são eles próprios beneficiários dessas concessões. Dutra lembrou que o desrespeito aos direitos humanos na programação, principalmente da televisão, é cotidiana, e citou exemplos em que pessoas pobres, acusadas, são demonizadas pela mídia.

A impressão do relator da ONU, segundo afirmou, é que “o problema no Brasil não é a falta de liberdade de expressão, mas os abusos que se cometem em seu nome pelos grupos que concentradores dos meios”.

De La Rue disse ter ficado impressionado com a ausência de pluralidade na mídia brasileira, em que o conjunto dos canais e publicações de maior alcance expressa basicamente a mesma ideologia, os mesmos interesses. Essa situação, disse ele, inviabiliza o exercício do direito de opinião e expressão, “que não pertencem a empresas de comunicação, são direitos de todos”.

Ele afirmou que o avanço do fundamentalismo religioso no Estado, incluindo as concessões de comunicação social para organizações religiosas, rompem a laicidade, significando redução de direitos. De La Rue defende “harmonizar a liberdade de crença com a laicidade do Estado, princípio fundamental da democracia”.

O relator da ONU manifestou-se em defesa das medidas de combate à concentração dos meios de comunicação e em apoio à liberdade e garantia de direitos na Internet. E elogiou a Ley de Medios da Argentina, por entender que instrumentos de regulação democrática são necessários para garantir o pluralismo e a diversidade na comunicação, acrescentando que em vários outros países esse debate também está tomando corpo, como no Uruguai.

A convite do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) para participar de atividades da campanha “Para Expressar a Liberdade, De La Rue teve outros encontros e proferiu palestras em Brasília e São Paulo. A campanha “Para expressar a liberdade”, tem o apoio também da Altercom - Associação Brasileira de Empresas e Empreendedores da Comunicação, Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, Conselho Federal de Psicologia, Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social e da Frente Paulista pelo Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão – Frentex.

Em defesa do respeito à dignidade humana nos meios de comunicação

A CDHM realizou audiência pública conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, no dia 13 de junho, para debater a questão do desrespeito à dignidade humana nos meios de comunicação.

Participaram, como expositores, o Sr. Pedro Caribé - Representante do Coletivo Brasil de Comunicação Social - Intervezes; Sr. Octavio Penna Pieranti - Representante do Ministério das Comunicações; Sr. Carlos Alberto de Souza e Silva Junior - Representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Sr. Aurélio Veiga Rios - Procurador Federal dos Direitos do Cidadão; Sr. Sionei Ricardo Leão - Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Distrito Federal - COJIRA-DF; Sr. Antônio do Carmo - Coordenador de Políticas Públicas do Conselho Estadual de Comunicação do Estado da Bahia; e Sr. José Augusto Camargo - Secretário-Geral da Federação Nacional dos Jornalistas.

Foram apresentados vídeos com exemplos de desrespeito à dignidade humana em programas de televisão e propostas ações de responsabilização das emissoras e apresentadores.

O evento atendeu ao Requerimento nº. 131/2012, de iniciativa dos deputados Luiz Alberto, Domingos Dutra, Pe. Ton, Jean Wyllys, Luiz Couto, Erika Kokay e Rosinha da Adefal.

CDHM debate alcance da Lei de Acesso à Informação

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados realizou audiência pública, no dia 22 de agosto, para debater a questão dos direitos humanos em face da Lei de Acesso à Informação.

“No momento em que instituições do poder público regulamentam internamente a Lei 12.527, de 18/11/2012, o objetivo deste colegiado parlamentar é contribuir, ao realizar esta audiência pública, para a reflexão sobre as dimensões do direito de acesso à informação, seus limites, possíveis convergências e conflitos com outros direitos”, justifica o requerimento, aprovado pela CDHM, de autoria do deputado Domingos Dutra (PT-MA) e da deputada Luiza Erundina (PSB-SP).

A aprovação da nova lei, ao regulamentar o direito fundamental de acesso à informação garantido pela Constituição Federal, representou uma das mais importantes conquistas para o avanço da democracia e da cidadania dos últimos anos no Brasil.

Tratando-se de inovação recente na legislação, não houve tempo, reflexão e debates suficientes para que se chegasse a um entendimento amplo na sociedade e nos organismos de Estado sobre limites e aspectos da aplicação da lei.

Para o deputado Domingos Dutra, “sem dúvida, uma lei moderna e sábia por estabelecer que o acesso à informação é a regra e o sigilo, a exceção. Porém, as linhas limítrofes precisam ser bem delimitadas, para que se evitem conflitos entre direitos igualmente valiosos”.

Participaram do referido evento, como expositores, o Sr. Expedito Solaney Pereira de Magalhães, diretor da Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores - CUT; o Sr. Joelson Dias, representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; o Sr. Nilton Paixão, presidente do Sindicato dos Servidores do Legislativo - Sindilegis; o Sr. Aurélio Veiga Rios, procurador Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal e o Sr. Fernando Oliveira Paulino, representante da Coordenação do Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas.

Foram debatidas questões como os limites entre os direitos fundamentais do cidadão e a exposição de informações privadas em poder do Estado; se realmente há necessidade de divulgação dos nomes dos servidores públicos com respectivos rendimentos ou se é suficiente divulgar os valores dos cargos e funções; o que justifica a manter segredos de Estado, assim definidos no passado, face à nova lei, de conteúdos valiosos do ponto de vista histórico, como os referentes à Guerra do Paraguai; se a nova lei amplia o acesso da Comissão Nacional da Verdade, da Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça, além de outros órgãos contribuintes do resgate da verdade histórica sobre o período da ditadura de 1964 na requisição de documentos ainda desconhecidos do público.

CDHM aprova moção em defesa do direito de asilo político para Fundador do Wikileaks e da inviolabilidade das embaixadas

Face à tensão causada pela ameaça do governo do Reino Unido de desrespeitar o direito de asilo político do fundador do WikiLeaks, Julian Assange, e até mesmo afrontar a inviolabilidade de uma embaixada, vimos manifestar nossa solidariedade à República do Equador e repudiar ato que venha a ser perpetrado contra o direito internacional e os direitos humanos.

Nem mesmo as ditaduras latino-americanas dos anos 1970 se atreveram a invadir embaixadas para capturar dissidentes, nem impediram que saíssem com segurança para embarcar em direção aos países concedentes de asilo. A Convenção de Viena, de 1961, definiu o conceito de imunidade diplomática, pelo

qual a embaixada de um país é considerada parte inviolável de seu território. Violar essa Convenção internacional representaria um retrocesso inaceitável, protagonizado não por uma ditadura de um país remoto, mas pelo governo de uma nação com democracia consolidada.

Vazamento de informações sobre crimes de guerra, conspirações e até mesmo sobre bobagens do mundo diplomático, publicadas pelo site WikiLeaks, não justificam uma perseguição unilateral que ignora valores consagrados pela humanidade. Apenas indica que novas formas de mídia surgiram e que os mecanismos da diplomacia secreta e da espionagem tornaram-se vulneráveis.

As ameaças do governo do Reino Unido revelam uma velha postura colonialista em relação à América Latina. Será que a reação seria a mesma se o asilo político tivesse sido concedido por um país europeu ou pelos EUA. Da mesma forma, cabe indagar se os vazamentos fossem a respeito dos países inimigos do Reino Unido e EUA, Assange seria perseguido ou elogiado?

Ao se manifestar em defesa da dignidade e da soberania do Equador, nos colocamos de acordo com posição tirada pela Unasul (União das Nações Sul-Americanas) e com o governo brasileiro, que por meio do ministro das Relações Exteriores, deixou clara sua posição em defesa da soberania do Equador e do direito de asilo político.

Brasília, 22 de agosto de 2012

*Deputado Domingos Dutra
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias*

Comissão totaliza 838 denúncias de violação de direitos humanos na internet

Desde a inclusão na página da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da ferramenta de denúncia de crimes cometidos por meio da internet, no dia 13 de julho de 2011, até 31 de dezembro de 2012, a Comissão já recebeu um total de 838 comunicados sobre violações dos direitos de crianças e adolescentes, como também de homofobia, racismo e intolerância religiosa. A ferramenta foi desenvolvida pela SaferNet Brasil, organização não governamental que utiliza software livre e adota tecnologia brasileira e critérios de acessibilidade para pessoas com deficiência.

As denúncias são feitas de forma anônima, bastando o cidadão copiar o endereço da página que deseja denunciar e colar na categoria da denúncia disponível no

serviço oferecido pela comissão. Todas as denúncias são encaminhadas à Polícia Federal e à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Desde o início de operação desse instrumento até 31 de dezembro de 2012, a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos disponibilizada no site da CDHM recebeu um total de 838 (oitocentas e trinta e oito) denúncias anônimas referentes a 169 (cento e sessenta e nove) páginas web distintas suspeitas de hospedarem conteúdos que violam direitos humanos fundamentais, sendo que 154 destas páginas eram do Orkut, rede social do Google, que foi objeto de diversas ações e audiências públicas da CDHM desde 2006.

Do total de 838 denúncias recebidas, 669 eram duplicadas e 169 novas. Todas foram repassadas para o conhecimento dos provedores de Internet e das autoridades competentes por meio da ferramenta disponibilizada no site da CDHM (disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/denuncie-crimes-de-direitos-humanos>).

Destas, 66 páginas de fato continham indícios inequívocos de graves violações a direitos humanos fundamentais e por isso foram removidas pelos provedores de Internet e estão sendo investigadas.

Autores de crimes pela internet foram presos

O caso mais emblemático denunciado até o momento diz respeito ao conteúdo do blog www.silviokoerich.org, cujos responsáveis foram presos em 22 de março de 2012 pela PF durante a "Operação Intolerância" deflagrada em Curitiba-PR. O site veiculava conteúdos racistas, neonazistas e de apologia e incitação ao estupro, assassinatos e atos de crueldade e violência extrema contra negros, judeus, nordestinos, homossexuais e mulheres, e hospedava um fórum de discussão onde alguns membros desta célula neonazista articulavam o assassinato do Deputado Federal Jean Wyllys, em um atentado que supostamente ocorreria no Congresso Nacional.

Em 2012 o STF negou, por duas vezes, os pedidos de *Habeas Corpus* formulados pelos advogados dos acusados, que continuam presos aguardando o julgamento. Se condenados, podem pegar pena superior a 10 anos de reclusão.

A CDHM tem se notabilizado desde 2006 pelo protagonismo na defesa e promoção dos Direitos Humanos Fundamentais na Internet. Foi da CDHM a iniciativa de realizar a primeira audiência pública do parlamento brasileiro que

discutiu a utilização indevida do Orkut para a prática de crimes sexuais contra crianças e adolescentes, que posteriormente subsidiou uma CPI que funcionou no Senado entre 2008 e 2010, resultando em um TAC entre o MPF e o Google Brasil. A CDHM também realizou um processo de negociação com os dirigentes do Google nos Estados Unidos visando à adoção de medidas protetivas da infância e adolescência.

Segundo o fundador e presidente da SaferNet Brasil, Thiago Tavares Nunes de Oliveira, "ao lançar, em seu sítio web, uma ferramenta online para receber denúncias anônimas da população sobre crimes e violações aos Direitos Humanos na Web, a CDHM confirma esse protagonismo e eleva a Câmara dos Deputados ao patamar de primeira casa legislativa da América Latina a disponibilizar um instrumento com o propósito de assegurar o respeito aos direitos humanos também no espaço cibernético. É uma honra para a SaferNet Brasil ser parceira da CDHM neste desafio", acrescentou.

A ONU e a OEA manifestaram reconhecimento pela ferramenta desenvolvida pela SaferNet Brasil e utilizada pela CDHM e por outras 5 instituições parceiras no Brasil (Polícia Federal, Secretaria de Direitos Humanos, Senado Federal, Ministério Público Federal de Minas Gerais e da Paraíba).

SISTEMA PENITENCIÁRIO

Seminário avalia sistema carcerário quatro anos depois da CPI que percorreu as prisões do país

Passados três anos desde o lançamento do relatório das atividades da CPI da Câmara dos Deputados que fiscalizou a situação do sistema prisional brasileiro, o Seminário de Avaliação e Propostas para o Sistema Carcerário abriu espaço para o exame da evolução no período, além de verificar a estado de implementação das recomendações contidas naquele relatório.

O evento, que teve o objetivo de levantar propostas para humanização do sistema penitenciário, foi realizado no dia 27 de novembro de 2012.

O Seminário gerou as seguintes propostas:

- criação em 2013 de Subcomissão Permanente da CDHM com o objetivo de acompanhar e contribuir para a implementação das metas definidas no Acordo de Cooperação pela Melhoria do Sistema Penitenciário Brasileiro e Redução do Déficit Prisional, inclusive no que se refere à tramitação da legislação sobre

execução e gestão penal, atuando no sentido de assegurar avanços e deter retrocessos legislativos;

- agilidade na tramitação das proposições da CPI do Sistema Carcerário, além de outras que ampliem direitos da população carcerária e aprimorem a Lei de Execução Penal;

- encaminhamento de indicação ao Poder Executivo de anistia/indulto a presos acometidos de enfermidades graves e apenados condenados até a quatro anos por crimes sem violência;

- indicação a ser enviada ao Poder Executivo propondo a criação de frentes de trabalho em obras do PAC para egressos e internos do sistema penal;

- acompanhamento e monitoramento da execução orçamentária das áreas de execução penal e gestão penitenciária;

- defesa em todos os espaços possíveis da aplicação da remissão de pena pela educação e pelo trabalho;

- promoção de estudos para a regionalização e municipalização do sistema de execução penal;

- adoção de critérios de diferenciação de instituições penais conforme as necessidades de gênero;

- proposição pelo Ministério Público e Defensorias Públicas de ações judiciais contra gestores prisionais comprovadamente responsáveis por violações de direitos humanos;

- visitação a instituições com experiências positivas e inspiradoras;

- apresentação de proposição legislativa para assegurar que a CDHM da Câmara dos Deputados possa visitar ou inspecionar presídios em todo o país independente de aviso prévio ou solicitação à administração de presídio ou a secretarias de estado.

Programa

O seminário foi aberto com a exibição de vídeo-documentário produzido pela TV Câmara sobre o trabalho da CPI do Sistema Carcerário, em 2009. Foi apresentada também, na ocasião, exposição de fotografias dos trabalhos da CPI.

1ª Mesa - Avaliação do sistema penitenciário desde o lançamento do Relatório da CPI em 2009

Coordenador: deputado Domingos Dutra, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias;

Expositores: representante do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN/MJ, Augusto Eduardo de Souza Rossini; Juiz substituto da Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do DF e Territórios, Dr. Angelo Pinheiro Fernandes de Oliveira; representante do Conselho Nacional de Secretarias de Administração Penitenciária, Maurício Kuehne; representante do Conselho Nacional Justiça, Dr. Luciano Losekann; prefeito Municipal de Planaltina/GO, José Olinto Neto.

2ª Mesa - Execução penal: progressão de regime, medidas cautelares, alternativas penais e modernização da gestão penitenciária

Coordenador: deputada Érika Kokay, 1ª vice-presidente da CDHM;
Expositores: coordenadora-geral de Fomento às Penas e Medidas Alternativas do Ministério da Justiça, Heloisa Adário; gerente de saúde prisional da Secretaria de Segurança Pública do DF, Larissa Feitosa de Albuquerque Lima Ramos; coordenadora do Grupo de Trabalho para elaboração de Políticas para mulheres encarceradas, do Ministério da Justiça, Rosângela Peixoto Santa Rita; pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da USP, Camila Dias .

3ª Mesa - Reintegração Social: Educação, trabalho, saúde e outros direitos fundamentais para integração dos (as) presidiários (as)

Coordenador: deputado Luiz Couto, membro da CDHM;
Expositores: diretora do Departamento de Defesa dos Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos, Deise Benedito; ex-interno do complexo penitenciário de Bangu e coordenador do projeto Empregabilidade, do Afroreggae, Chinaider Pinheiro; coordenadora geral do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, do Ministério da Justiça, Mara Fregapani Barreto; representante da Pastoral Carcerária Nacional, Pe. Valdir; representante do projeto Justiça Criminal, Sr. Marcelo da Silveira Campos.

4ª Mesa - Situação e perspectivas de mudanças no marco jurídico (A Lei de Execução Penal, a execução penal na proposta do Novo Código Penal e experiências exitosas de normatização interna)

Coordenador: deputado Jean Wyllys, membro da CDHM
Expositores: advogado, membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal, Ricardo Freire Vasconcellos; representante da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, Rafael Raphaeli.